

ENTRE O AVENTAL *e a gaiota*

O “**ESPERANÇAR**” DAS MULHERES
CATADORAS DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS



Natali Sabrina Fatima Picoletto Zoletti
Angela Maria Moura Costa

Natali Sabrina Fatima Picolotto Zoletti
Angela Maria Moura Costa

ENTRE O AVENTAL E A GAIOTA
o “esperançar” das mulheres catadoras de
materiais recicláveis

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Natali Sabrina Fatima Picolotto Zoletti

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Natali Sabrina Fatima Picolotto Zoletti

Angela Maria Moura Costa

Revisão e Normalização

Angela Maria Moura Costa

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z87e

Zoletti, Natali Sabrina Fatima Picolotto

Entre o avental e a gaiota: o “esperançar” das mulheres catadoras de materiais recicláveis. / Natali Sabrina Fatima Picolotto Zoletti e Angela Maria Moura Costa. – São Luís: Editora Novus, 2026.

116 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-44-8

DOI: 10.29327/5868944

1. Catadoras de materiais recicláveis. 2. Trabalho precário feminino. 3. Divisão sexual do trabalho. 4. Desigualdade de gênero. 5. Justiça social. I. Zoletti, Natali Sabrina Fatima Picolotto. II. Costa, Ângela Maria Moura. III Título.

CDU: 331.4:305-055.2

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

PREFÁCIO



Há trabalhos que produzem riqueza. Há trabalhos que produzem cuidado. E há aqueles que tornam possível a própria continuidade da vida. Este livro é sobre eles.

Aprendemos a reconhecer valor naquilo que é vendido, contabilizado e acumulado. Em contrapartida, deixamos de reconhecer o valor do trabalho que alimenta, limpa, organiza, cuida, sustenta famílias e mantém a vida em movimento. É justamente esse trabalho, tantas vezes naturalizado, que torna possível a própria continuidade da vida.

As mulheres catadoras de materiais recicláveis vivem essa contradição todos os dias.

Empurram gaiotas pelas ruas, separam papel, vidro, plástico e metal, transformam resíduos em recursos e garantem o sustento de suas famílias. Muitas vezes, levam consigo os filhos, interrompem o percurso para acolhê-los, alimentá-los ou amamentá-los, revelando que, para essas mulheres, produzir e cuidar nunca foram tarefas separadas, mas dimensões inseparáveis da mesma vida.

É justamente nessa sobreposição que o título revela toda a sua potência. O avental acompanha a gaiota pelas ruas. A gaiota também entra em casa. Entre um e outro não existe fronteira, mas uma única vida que, todos os dias, transforma trabalho em cuidado, cuidado em sustento e sustento em possibilidade de futuro.

Conheci a Natali Sabrina Fátima Picolotto Zoletti na Incubadora Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Ao longo dessa caminhada, compartilhamos projetos de extensão, pesquisas, grupos de estudos e ações junto às comunidades. Tive ainda a oportunidade de acompanhar sua trajetória acadêmica na banca de seu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação. Por isso, receber o convite para escrever este prefácio foi motivo de alegria e, ao mesmo tempo, uma enorme responsabilidade.

Foi também na Incubadora Social que aprofundi minha convivência com a Angela Maria Moura Costa. Essas experiências, compartilhadas com ambas, ensinaram que a universidade pública realiza sua missão quando reconhece os territórios em que está situada, compromete-se com suas realidades e escolhe caminhar ao lado das pessoas, produzindo conhecimento com elas, e não apenas sobre elas. Nesse percurso foi possível compreender que a transformação social não é um ponto de chegada, mas uma prática construída no encontro, no diálogo e no trabalho coletivo.

Por isso, peço licença para chamá-las, carinhosamente, de Sabrina e Angela e dizer que as reconheço como companheiras do “esperançar”: não do esperar passivo, mas da esperança que se faz prática, diálogo, compromisso e construção coletiva.

Essa postura, aliás, atravessa cada página deste livro.

A Sabrina e a Angela assumem o lugar de onde olham o mundo. Fazem dessa posição uma escolha ética e política: constroem a narrativa em diálogo com as mulheres catadoras, reconhecendo seus saberes e experiências como produção legítima de conhecimento. No texto, aliam rigor científico e sensibilidade humana, recusam hierarquias entre saberes e mostram que compreender a realidade exige partir da vida concreta, das relações que a constituem e das vozes historicamente colocadas à margem.

Dilma, Eduarda, Izabela, Luciana, Maria, Terezinha e Zélia podem ser nomes fictícios, mas as histórias que carregam são profundamente reais.

Ao narrar suas trajetórias, as autoras desmontam dois olhares igualmente insuficientes: aquele que reduz essas mulheres à condição de vítimas e aquele que as transforma em heroínas. Revelam trabalhadoras que constroem estratégias de vida, redes de cuidado, formas de resistência e projetos de futuro enquanto enfrentam a precarização do trabalho, as desigualdades de gênero, o racismo estrutural e a invisibilidade social.

Em vez de nos perguntarmos como essas mulheres conseguem ser tão fortes, somos convidados a refletir sobre as estruturas que exigem delas uma força permanente para garantir aquilo que deveria ser um direito: uma vida digna.

Este é um livro escrito por mulheres, inspirado em mulheres, mas não apenas para mulheres. Como provocam as autoras, é também um livro para homens. Afinal, a transformação das relações de gênero não acontecerá apenas pelo acúmulo de resistências femininas, e sim pela mudança de mentalidades, práticas e responsabilidades compartilhadas.

Ao dar visibilidade ao trabalho invisível que sustenta a vida, nestas páginas, as autoras não interpelam apenas quem historicamente cuidou, mas, sobretudo, quem, durante tanto tempo, pôde naturalizar esse cuidado como obrigação das mulheres.

Difícilmente quem percorreu estas páginas voltará a olhar uma catadora de materiais recicláveis da mesma maneira. Imagino que, assim como aconteceu comigo, perceberá que sua gaiota transporta muito mais do que papel, vidro, plástico ou metal. Nela seguem trabalho, maternidade, cuidado, saberes, afetos e sonhos. Sonhos de uma casa melhor, de um futuro mais digno para os filhos, de reconhecimento e de descanso, revelando a potência de continuar esperando mesmo quando a realidade insiste em negar direitos.

Com essas mulheres compreendemos que entre o avental e a gaiota nunca existiu uma fronteira. Trata-se de uma única vida, tecida pelo trabalho, pelo cuidado e pela coragem cotidiana de transformar o que é descartado em sustento, afeto e futuro. Aí encontramos o esperar: na insistência dessas mulheres em seguir produzindo vida, mesmo quando o mundo insiste em lhes negar reconhecimento.

Boa leitura, boas reflexões e sigamos esperando!

Anderson Roik

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - MULHERES CATADORAS: TRABALHO, RESISTÊNCIA E COTIDIANO.....	14
1.1 O trabalho sob a lógica do capital: da apropriação da força vital ao estranhamento do ser	16
1.2 Mãos que reciclam o mundo: o trabalho na catação de materiais recicláveis.....	19
1.3 Entre restos e resistência: o cotidiano das mulheres na catação de materiais recicláveis	21
CAPÍTULO 2 - A JORNADA DAS MULHERES CATADORAS: TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO EM UM CICLO DE INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA.....	47
2.1 Desafios e invisibilidade: o trabalho doméstico e de cuidado no contexto capitalista.....	49
2.2 Desigualdades em intersecção: gênero, raça e classe no mundo do trabalho.....	54
2.3 Trabalho sem pausa: a rotina invisível do cuidado doméstico e da catação de materiais recicláveis	57
CAPÍTULO 3 - FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO: ESPECIFICIDADES DO TRABALHO FEMININO NA CATAÇÃO.....	73
3.1 A materialidade do trabalho feminino na catação: corpo, renda e sobrevivência	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
SONHOS.....	98
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO



“[...] pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução” (Federici, 2019, p. 15).

A partir do encontro com mulheres que realizam um trabalho **primordial para a vida nas cidades e para a preservação do nosso meio ambiente** nasceu este livro. Mais do que lidar com o que a sociedade descarta, elas são **protagonistas que transformam resíduos em recursos**. Em suas mãos o que era sobra floresce em sonhos e em caminhos para um futuro melhor. Embora o sistema muitas vezes tente silenciar essa importância, estas páginas buscam mostrar a **força do “Esperançar”** - esse movimento corajoso de transformar o desgaste do cotidiano em resistência e a dor em esperança ativa.

Essa jornada, entretanto, é marcada por desafios profundos. Para além de catadoras, estas mulheres são **cuidadoras, mães e esposas**, equilibrando-se em uma tripla jornada onde o tempo é escasso e o trabalho doméstico permanece muitas vezes invisível. Ao mergulharmos em suas histórias, percebemos como as desigualdades de gênero, classe e raça atravessam seus corpos, tornando a busca por reconhecimento social e econômico uma luta constante contra a invisibilidade.

Dialogamos, através desta obra, sobre as vivências de sete mulheres participantes do projeto de extensão universitária **“Esperançar”**, em Guarapuava - PR. Esta pesquisa foi tecida a partir das falas delas, articuladas com reflexões do feminismo marxista e decolonial. Fazemos questão de afirmar que este não é o nosso lugar de fala: não somos mulheres catadoras. Por isso, **pedimos licença, com profundo respeito e admiração**, para apresentar este trabalho construído em conjunto com cada uma das entrevistadas.

Agradecemos de todo coração a **Dilma, Eduarda, Izabela, Luciana, Maria, Terezinha e Zélia**, que nos abriram as portas de suas casas e de suas vidas. Esta escrita foi inspirada por vocês e este espaço é, acima de tudo, de vocês. Obrigado pela confiança e pelo carinho que permitiram que esta pesquisa fosse tecida com **afeto, escuta e compromisso**.

Nesta obra, nosso objetivo é analisar as jornadas de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, revelando como suas mãos, que reciclam o mundo, também constroem “Esperançar” diante das dificuldades, precarização e exploração do trabalho. Através deste estudo, buscamos refletir sobre as complexas interseções entre o trabalho produtivo² e reprodutivo³, destacando as de-

1 O termo Esperançar, inspirado na obra de Paulo Freire, refere-se a uma concepção de esperança ativa, que se movimenta, age e é engajada com a transformação da realidade, articulando prática e esperança em um horizonte coletivo de mudança social (Freire, 1992).

2 O trabalho produtivo engloba às atividades voltadas à produção de bens e serviços no âmbito da economia, geralmente remuneradas e socialmente reconhecidas como trabalho. No âmbito do capitalismo, é o que está diretamente vinculado à produção de valor e à acumulação de capital, possuindo historicamente maior visibilidade e reconhecimento (Marx, 1980).

3 O trabalho reprodutivo compreende as tarefas fundamentais à manutenção da vida e à reprodução da força de trabalho, abrangendo o trabalho doméstico e o de cuidados. Apesar de sua importância para o funcionamento da sociedade, é normalmente não remunerado, invisibilizado e socialmente atribuído às mulheres (Federici, 2019; Hirata, 2009).

sigualdades de gênero, raça e classe que moldam suas experiências.

O texto visa dar voz e visibilidade ao trabalho das participantes, trazendo à tona suas triplas jornadas diárias de luta e resistência, expressas por meio de suas próprias narrativas. Suas histórias e vivências nos permitem entender, de maneira mais profunda, como a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados e as vulnerabilidades impostas pelo cotidiano afetam sua autonomia, saúde e inclusão social. Carregadas de sonhos, dor e cansaço, suas narrativas revelam a feminização do trabalho precário no contexto da catação de materiais recicláveis.

As perspectivas teórico-metodológicas que sustentam este estudo se entrelaçam a partir de três correntes que buscam, juntas, compreender as experiências das mulheres catadoras de materiais recicláveis em maior profundidade e sensibilidade. A crítica materialista, inspirada pela obra de Karl Marx, oferece-nos uma base sólida para entender as condições econômicas e sociais que moldam o trabalho das mulheres, especialmente em um sistema capitalista que oprime as camadas mais vulneráveis. Ela revela como o trabalho das catadoras, embora de grande relevância para a sobrevivência e para o equilíbrio ambiental, é marcado pela desvalorização sistêmica e pela ausência de reconhecimento de sua importância vital (Marx, 1983; Marx, 1984; Netto, 2011; Lessa e Tonet, 2024).

A perspectiva feminista materialista, por sua vez, ilumina as desigualdades de gênero que se entrelaçam com as vivências das entrevistadas, que são muitas vezes mantidas à margem da visibilidade social. Esta corrente nos faz perceber que a exploração das mulheres não se limita ao trabalho remunerado, ela se estende ao trabalho reprodutivo e às dinâmicas familiares, evidenciando como o patriarcado continua a subjugar as mulheres, tanto no lar quanto no mercado de trabalho (Delphy, 1984; Federici, 2021; Federici, 2019; Alves, 2021; Cisne, 2015; Maruani, 2019).

A abordagem interseccional, oriunda do feminismo negro, nos convida a olhar mais amplamente, entendendo como as opressões de classe, gênero e raça se encontram e afetam de maneira única as mulheres negras. Ao integrar essa perspectiva, buscamos não apenas compreender as dificuldades impostas pela precarização do trabalho, mas também o peso do racismo estrutural. Juntas, essas três abordagens formam uma lente poderosa para entender as complexas realidades das catadoras, suas lutas diárias e os múltiplos desafios que superam, muitas vezes com coragem silenciosa, buscando, em cada gesto, uma vida mais digna para si e suas famílias (Akotirene, 2019; González, 2019; Collins, 2019; Lorde, 2019; Carneiro, 2019; Nascimento, 2019).

Na escrita deste estudo, optamos por uma desobediência epistêmica (Mignolo, 2009), deliberadamente abrindo mão da linguagem formal e acadêmica tradicional para adotar uma abordagem mais próxima e acessível, que permita uma conexão genuína com as catadoras de materiais recicláveis e com a sociedade em geral, através da decolonialidade. Ao fazer isso, buscamos criar um espaço de escuta ativa, onde as vozes dessas mulheres, protagonistas de suas próprias histórias, possam se expressar de maneira autêntica, sem as amarras da formalidade científica. Essa escolha reflete nosso compromisso com a valorização de suas experiências e a construção de um saber que não é imposto, e sim compartilhado, em um processo de coautoria e respeito mútuo. Ao abandonar a rigidez da linguagem tradicional, abrimos portas para um diálogo mais sensível e humano, reconhecendo as catadoras não apenas como sujeitos de pesquisa,

mas como agentes centrais na produção do conhecimento.

De acordo com Dulci e Malheiros (2021), pesquisas decoloniais buscam o rompimento com a colonialidade do saber e do poder. É uma ciência que se transforma e transforma a realidade à sua volta. As pesquisas devem responder às demandas atuais, especialmente da comunidade com a qual está sendo construída e mais do que escritas para o meio do(a) pesquisador(a), elas devem destinar-se ao mundo. “Pensar metodologias decoloniais é pensar outras ferramentas além das que hierarquizam e objetificam povos e vozes subalternizados e silenciados” (Dulci; Malheiros, 2021, p. 191).

Para França (2020), o fazer decolonial diz respeito ao desfazer colonial, é o desconstruir e o recriar, é o aparecer em meio à escrita. “A impessoalidade, de certa forma, ajuda a esconder a violência simbólica e epistemológica de um pretense sujeito suposto saber que legitima e autoriza a minha fala, uma fala fria, neutra, rigorosa, criteriosa” (França, 2020, p. 82). Por fim, o pensamento decolonial, junto a outras ciências, visa “[...] garantir visibilidade a modos de existência e experiências invisibilizados, ao mesmo tempo em que propõe resistência a um sistema político, econômico e social montado sobre o tripé colonialismo, capitalismo, patriarcado” (França, 2020, p. 83). Contrapondo-se à impessoalidade descrita, a referida pesquisa será inteira escrita na primeira pessoa do plural.

Como o objetivo da pesquisa diz respeito a dialogar acerca das vivências de MULHERES CATADORAS de materiais recicláveis, durante toda a escrita nos referimos a ELA ou a ELAS, no feminino, salvo exceções por concordância de texto, não seguindo, portanto, a norma padrão da língua portuguesa de concordância nominal em que o masculino sempre predomina, quando se faz presente. Ao nos referirmos aos sujeitos, utilizaremos a forma “os(as)” como uma maneira de incluir o gênero, mesmo que isso não esteja contemplado na norma da língua padrão. O trabalho é escrito por mulheres, inspirado em mulheres e destinado principalmente às mulheres, mesmo assim, também aos homens, porque é através da mudança de mentalidade e, conseqüentemente, de atitudes de todas as pessoas que caminharemos rumo à superação das desigualdades.

Outra questão referente à escrita do texto é que, em alguns municípios, como em Guarapuava, a denominação das(os) catadoras(e) de materiais recicláveis é operadoras(es) ecológicas(os) (Lei N° 1016, GUARAPUAVA, 2001), no entanto, a nomenclatura que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) defende é a de catadoras(es) de materiais recicláveis (Esperançar, 2021), sendo esta utilizada durante todo o trabalho.

A principal intenção é que este seja interpretado como um texto subversivo, ou seja, crítico ao sistema. Que tenha sentido para as entrevistadas, para a comunidade em que elas vivem, para as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, para as pessoas pobres - que são a maior parte da classe trabalhadora -, para a comunidade não acadêmica - que são a maioria da população - e também para a comunidade acadêmica - para o aumento de produção científica nas áreas estudadas.

Para esta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa que

[...] trabalha com um universo de sentidos, significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um fazer científico focado nas relações, nos processos e nos fenômenos que

não devem ser tratados pela racionalização de variáveis (Mussi *et al*, 2019, p. 427).

Essa abordagem científica nos convida a mergulhar nas profundezas das experiências humanas, reconhecendo que o que vivemos não pode ser reduzido a números ou variáveis isoladas. Ao invés de tratar os fenômenos apenas por suas partes mensuráveis, ela nos chama a entender o universo de significados, sonhos, crenças e valores que moldam as vidas das pessoas. Em vez de ver as relações humanas de forma distante ou fria, a proposta é abraçar a complexidade dessas experiências, respeitando os processos e as histórias que elas carregam. É um convite a olhar para os seres humanos em sua totalidade, com suas aspirações, emoções e contextos, entendendo que cada vida é feita de muito mais do que podemos racionalizar ou medir. Nessa lógica, o fazer científico se torna um espaço de sensibilidade, onde as subjetividades e as dimensões de gênero, tão frequentemente ignoradas, ganham visibilidade e voz.

Esta foi uma pesquisa de campo na qual utilizamos a observação não participante e a entrevista semiestruturada para ouvir as narrativas das mulheres sobre suas vivências no trabalho de catação, explorando como conciliam essa atividade com as responsabilidades domésticas e de cuidado. A observação não participante em pesquisa de campo é uma prática onde o(a) pesquisador(a) se coloca como uma testemunha silenciosa, observando o fluxo natural das ações e interações do grupo sem se envolver diretamente nelas. Em vez de se inserir nas atividades ou interagir com os(as) participantes, o(a) pesquisador(a) se mantém à margem, respeitando o espaço e a dinâmica do grupo, permitindo que os comportamentos se desenrolem livremente, sem influências externas (Gil, 2011).

Essa abordagem cria uma atmosfera de respeito e cuidado, permitindo que as mulheres, por exemplo, se expressem e interajam sem a sensação de estarem sendo moldadas ou observadas de forma invasiva. Essa técnica também nos lembra que, embora o(a) pesquisador(a) esteja ali como um observador silencioso, ele está profundamente presente nas histórias e lutas que testemunha. Ao ser um espectador respeitoso, ele também se torna parte de um processo de escuta ativa, onde o que mais importa não é a sua participação direta, mas o cuidado em registrar e entender as realidades que se desdobram à sua frente. É um modo de aprender com as participantes, dando espaço para que elas revelem suas próprias histórias, sem pressões ou imposições, e, ao mesmo tempo, reconhecendo o valor e a dignidade de suas experiências.

A entrevista semiestruturada (Severino, 2007) foi como um convite para uma conversa genuína, onde a ideia era criar um espaço seguro, acolhedor e aberto para que as mulheres pudessem contar suas histórias do jeito delas. As perguntas serviram de guia, apesar disso, a conversa fluiu de forma natural, permitindo que elas compartilhassem suas experiências, sentimentos, desafios e sonhos de forma mais livre.

No caso das mulheres catadoras de materiais recicláveis, essa abordagem se tornou ainda mais especial, pois nos deu a chance de ouvir o que elas realmente pensam e sentem sobre o trabalho, a vida e as múltiplas responsabilidades que carregam. **Não se tratou só de entender o que fazem, mas de ouvir as histórias por trás de cada gesto, como elas enfrentam os obstáculos, como conciliam o trabalho com os cuidados de seus(as) filhos(as) e o que esperam para o futuro.**

As sujeitas da pesquisa foram mulheres que participavam do projeto de extensão universitária “Esperançar” junto aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis em Guarapuava – PR, que foi desenvolvido por nós pesquisadoras, e extensionistas, entre 2021 e 2023. Entrevistamos aproximadamente 20% das mulheres que participaram do projeto, ou seja, de 31 foram entrevistadas 07. Como critérios para o convite para participação da entrevista, utilizamos diferentes características em relação à raça, idade, número de filhos(as), estado civil, abrangendo a maior diversidade possível dentro do limite de mulheres com as quais construímos tal estudo.

Para preservação da identidade das participantes, utilizamos nomes fictícios escolhidos por cada entrevistada. As demais pessoas mencionadas ao longo das entrevistas também foram identificadas por nomes fictícios, sendo estes, atribuídos de forma aleatória. A seguir, apresentamos um quadro com os nomes fictícios das entrevistadas, acompanhado de algumas das principais características, resguardando informações que permitam sua identificação. Os dados apresentados possuem relevância analítica para considerações referentes acerca das relações entre trabalho, gênero e raça.

Quadro 1. Características das participantes

P	NOME	CARACTERÍSTICAS
01	Dilma	Tem 39 anos, é negra, casada, reside com o esposo, cinco filhas e um filho. Trabalha há mais de 18 anos na catação.
02	Eduarda	Tem 58 anos, é branca, viúva, reside com uma filha e um filho. Trabalha há mais de 10 anos na catação.
03	Izabela	Tem 52 anos, é branca, casada, reside com o marido, a filha e o neto. Trabalha há 30 anos na catação.
04	Luciana	Tem 33 anos, é negra, solteira, reside com três filhas e um filho. Trabalha há 16 anos na catação.
05	Maria	Tem 35 anos, é branca, solteira, reside com duas filhas e um filho. Trabalha há aproximadamente 9 anos na catação.
06	Terezinha	Tem 58 anos, é negra, casada, reside com o esposo, a filha e o neto. Trabalha há 15 anos na catação.
07	Zélia	Tem 22 anos, é negra, casada, reside com o esposo e o filho. Trabalha há 3 anos na catação.

A partir de perspectivas críticas, feministas e interseccionais, mergulhamos nas narrativas das catadoras, com o desejo de compreender o significado profundo de seus depoimentos e as histórias que, dia após dia, moldam suas vidas. Ao analisar seus discursos, buscamos enxergar a riqueza e a complexidade de suas experiências. Como bem nos lembra Bakhtin (1997), a análise do discurso é uma jornada que vai além das palavras, explorando como elas constroem significados, moldam percepções e definem as relações de poder dentro de uma sociedade. A linguagem não é algo neutro; ela carrega consigo as marcas das histórias, das ideologias e das vivências que a atravessam.

Bakhtin (1997, p. 95) nos ensina que “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. Em outras palavras, os dizeres das entrevistadas não são apenas expressões vazias, mas sim ecos de suas lu-

tas e de suas realidades. Elas refletem e, muitas vezes, perpetuam as relações de poder que existem no mundo. A linguagem é uma ferramenta poderosa, capaz de criar significados, e é através dela que muitos estereótipos, ideologias e representações sociais são perpetuados. Entretanto, o discurso também é um espaço de resistência, onde as entrevistadas podem recontar suas histórias e redefinir suas realidades.

A análise do discurso, então, não se limita a examinar palavras isoladas, ela busca entender a linguagem dentro de um contexto maior. Quem fala, para quem, em que momento e com que intenção? Cada palavra é carregada de um mundo de significados, tecidos pela história, pela cultura e pela experiência de cada pessoa. O discurso é sempre uma prática social, e é dentro desse espaço de trocas, de afetos e de vozes múltiplas que tentamos compreender as lutas diárias das catadoras, reconhecendo a força de suas palavras e a beleza de suas narrativas.

No primeiro capítulo, somos convidados(as) a nos imergir nas histórias das mulheres catadoras de materiais recicláveis, cujas vidas se tornam um campo de resistência e força. O trabalho da catação não é apenas uma atividade diária, é um ato de sobrevivência, onde transformam a luta em um espaço de resiliência e “Esperançar”. Encontramos ali não apenas relatos de sobrevivência através do trabalho, mas também uma busca por dignidade, respeito e justiça. Suas histórias refletem não só as desigualdades que as cercam, elas mostram também a força imensurável que elas têm para resistir, reexistir e sonhar com um amanhã mais justo.

No segundo capítulo, fazemos uma viagem mais profunda para compreender a realidade das trabalhadoras da catação, que enfrentam a dupla jornada de trabalho doméstico e de cuidado com a família, enquanto ainda carregam as responsabilidades do trabalho no mercado informal, exercendo então, diariamente, triplas jornadas. Através das suas palavras, revelam o peso invisível que carregam, dividindo seu tempo entre o cuidado dos(as) filhos(as), as tarefas do lar e a busca incansável por sustento. Discutimos como a economia do cuidado⁴, atribuída tradicionalmente às mulheres, é negligenciado por um sistema capitalista e patriarcal, embora seja essencial para a manutenção de toda a sociedade. Abordamos também as interseções entre gênero, classe e raça, que tornam as mulheres negras e de classe baixa ainda mais vulneráveis, e como elas, frequentemente, dependem de redes de apoio femininas, como familiares e amigas, para enfrentar essa sobrecarga.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos as experiências através das especificidades do trabalho das mulheres na catação de materiais recicláveis, com foco na feminização do trabalho precário e os impactos da maternidade e do cuidado. Através das narrativas das participantes, mostramos como elas, especialmente as mães, lidam com a interseção entre o trabalho produtivo e reprodutivo, enfrentando as precariedades do trabalho de catação e as responsabilidades que envolvem o cuidado doméstico e familiar. Refletimos sobre as desigualdades de gênero, classe e raça que intensificam as vulnerabilidades e o papel do Estado na manutenção desses ciclos de exploração. Por fim, destacamos como as catadoras, com imensa coragem, encontram formas de resistência e autonomia, reafirmando sua luta diária pela dignidade e pela justiça.

4 A economia do cuidado refere-se ao conjunto de atividades relacionadas à manutenção da vida - como o cuidado com outras pessoas e os trabalhos domésticos -, historicamente atribuídas às mulheres.

CAPÍTULO 1

MULHERES CATADORAS: TRABALHO, RESISTÊNCIA E COTIDIANO



O meu trabalho me deu a minha casa. Traz o pão de cada dia para mim, para o meu esposo, para o meu filho. Eu tenho orgulho de ser catadora. Tenho esperança que um dia esse meu trabalho seja mais humanitário, mais reconhecido. Que as pessoas olhem para nós com mais carinho, com a atenção que nós merecemos. Que a gente não tá fazendo bem só para nós, só para o nosso bolso. Estamos fazendo bem para a sociedade, para nós mesmos, para os nossos filhos, para os nossos netos.

Reciclando. (Zélia).

No cotidiano das ruas, entre materiais recolhidos e, por vezes, olhares estigmatizantes, as mulheres catadoras de materiais recicláveis tecem uma resistência silenciosa. Frequentemente situadas à margem das políticas, são as verdadeiras arquitetas do sustento de suas famílias e são a base que da cadeia da reciclagem, sendo de suma importância para o equilíbrio e a manutenção do meio ambiente. A catação de materiais recicláveis não é apenas um trabalho, e sim, uma luta diária por valorização, respeito e pela garantia de direitos fundamentais. Em suas jornadas exaustivas, elas enfrentam não só as adversidades de um trabalho precarizado, mas também os desafios impostos pelo sistema capitalista e pelo olhar desigual da sociedade. Todavia, nesse processo de driblar as vulnerabilidades do dia a dia, elas não se curvam. Ao contrário, fazem da luta sua fonte de poder, de resiliência e de reexistência, porque delas não foi cobrado menos que isso.

Para iniciar esse capítulo, trazemos um trecho do depoimento de Zélia, catadora de materiais recicláveis, cuja história traz à tona uma realidade de resistência e orgulho diante de um trabalho frequentemente esquecido pela sociedade. Sua voz nos convida a enxergar além do que é descartado, reconhecendo a força e a dignidade de quem, com coragem e perseverança, transforma o que é considerado resto em possibilidade.

Suas palavras carregam a profundidade da luta cotidiana entre a dignidade no trabalho e a ausência de reconhecimento. Ao afirmar que sua atividade “traz o pão de cada dia” e oferece segurança para sua família, Zélia não fala apenas de sobrevivência, mas sobre a centralidade de sua função para a teia social que sustenta sua comunidade. A catação, nesse sentido, ultrapassa o sustento individual e se constitui como prática transformadora, que contribui para algo maior, para a sustentabilidade não apenas do seu lar, e sim de todos ao seu redor.

A esperança expressa ao desejar um trabalho mais “humanitário, mais reconhecido”, é um reflexo de um anseio profundo por respeito e valorização - algo que deveria ser assegurado a todas(os) as(os) trabalhadoras(es). Sua busca por legitimação social é também um grito de resistência frente ao silenciamento que recai sobre aquelas e aqueles que vivem da catação de recicláveis, um trabalho necessário para o funcionamento das cidades, porém, paradoxalmente, é pouco reconhecido. Ainda que contribuam diretamente para a reciclagem e para a redução dos impactos ambientais, muitas vezes, essas mãos que limpam e transformam o mundo são tratadas com indiferença, e o valor humano de quem faz esse trabalho segue desvalorizado.

O depoimento de Zélia evidencia, ainda, a contradição estrutural que marca o capitalismo: embora a classe trabalhadora realize tarefas essenciais para a sociedade, há um abismo entre a contribuição concreta que oferece e o reconhecimento que recebe. Ao expressar o desejo de ser vista com mais carinho e atenção,

Zélia reivindica que olhem de forma mais humana para os(as) trabalhadores(as) informais, que, ao contrário do que muitos imaginam, não apenas garantem o sustento individual, mas promovem benefícios coletivos. Sua esperança de ver seu trabalho reconhecido não se limita à validação pessoal, ela aponta para um mundo mais justo e sustentável, onde o esforço diário de quem limpa e recicla seja valorizado como uma contribuição imprescindível para o futuro. Sua fala é um grito por dignidade, por respeito, por justiça. Demonstra uma luta para que sua ocupação seja reconhecida não só como um meio de sobrevivência, e sim, como uma atividade legítima, da qual todos(as) se beneficiam diretamente do seu trabalho silencioso e incansável.

Este capítulo busca escutar e evidenciar o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, aproximando-nos de seus cotidianos de luta e resiliência. Ao acompanhar suas vivências e desafios, refletimos sobre como essas mulheres transformam as dificuldades impostas pelo sistema em um movimento de transformação e esperança, reciclando não apenas o mundo à sua volta, mas também suas próprias histórias de existência e dignidade.

As narrativas aqui apresentadas revelam um chamado por reconhecimento e respeito. Elas não apenas reciclam materiais, elas reciclam também a própria noção de valor - um valor que transcende a economia do capital e ressurge como um testemunho da força feminina diante de um mundo que insiste em silenciar suas vozes.

1.1 O trabalho sob a lógica do capital: da apropriação da força vital ao estranhamento do ser

Antes de adentrarmos o cotidiano da catação, com suas complexas nuances de precariedade e superexploração, é fundamental situar o(a) leitor(a) no contexto de um sistema econômico que, ao perpetuar desigualdades, condena muitas pessoas à margem. Nesse cenário, a catação emerge não apenas como uma atividade desvalorizada, mas como o meio pelo qual essas mulheres asseguram seu sustento e sua autonomia diante do sistema que falha em oferecer o suporte e reconhecimento que suas funções exigem.

No capitalismo, o trabalho é o coração pulsante da produção de riqueza, entretanto também carrega em si a triste realidade da exploração. O(a) trabalhador(a) não vende o que cria com suas mãos, ele vende a sua própria capacidade de trabalhar, sua energia, sua força vital (Marx, 1983). Essa força é comprada pelos patrões e patroas, que pagam o suficiente para garantir que o(a) trabalhador(a) sobreviva e continue a alimentar o ciclo da produção. Porém, o valor que ele(a) realmente gera é muito maior do que o que recebe em troca, e é nesse abismo que nasce a mais-valia, essa diferença injusta que, segundo Marx (1984), é o que sustenta a desigualdade.

Marx e Engels (2006) revelam que a classe dominante não se limita a controlar apenas os meios de produção, ela vai além, dominando também as ideias e ideologias que moldam a forma como entendemos o mundo. No sistema capitalista, a ideologia dominante transforma o trabalho em um valor moral elevado, quase como uma virtude, criando uma narrativa que faz com que a exploração pareça algo natural para que a economia funcione. O(a) trabalhador(a) é muitas vezes levado(a) a acreditar que sua luta e sua dedicação são apenas parte do ciclo

da vida, sem perceber o quão profundamente está sendo explorado(a). Isso acontece porque está imerso(a) em um sistema de crenças que, de forma silenciosa, justifica a desigualdade e a opressão como algo legítimo.

Em contrapartida, paradoxalmente, ao depender da desvalorização do trabalho para se sustentar, o capitalismo cria também condições que tensionam a sua continuidade. A superexploração da força de trabalho não é apenas uma fonte de lucros para a classe dominante, mas também uma alavanca que pode gerar resistência e luta (Marx; Engels, 2008). O sistema, ao alimentar a desigualdade e a exploração, prepara o terreno para a contestação e a revolução, tornando visíveis contradições que permaneceram naturalizadas com o decorrer do tempo.

Para Marx e Engels (2006), essas contradições internas do sistema capitalista carregam o potencial de desencadear processos de transformação. Ao carregar em si suas próprias contradições, como a exploração da classe trabalhadora e a concentração da riqueza nas mãos de poucos, acaba criando as condições para sua própria superação. O(a) trabalhador(a), ao tomar consciência de sua situação, começa a perceber a disparidade entre o que gera e o que recebe, e essa conscientização é o primeiro passo para a mudança. Ao se unir em torno de uma causa comum, a classe trabalhadora pode se tornar uma força transformadora, capaz de romper com as estruturas de poder que sustentam a desigualdade.

A partir desse despertar coletivo, a classe pode buscar a transformação do sistema, com o objetivo de abolir a propriedade privada dos meios de produção, que é a base da exploração capitalista. O movimento revolucionário não visa apenas a melhoria das condições de vida dos(as) trabalhadores(as), mas a construção de uma sociedade sem classes, onde a produção e a riqueza sejam coletivas e não mais dominadas por uma pequena elite. Como Marx e Engels (2006) apontam, as contradições do sistema capitalista não são apenas fontes de sofrimento, por outro lado, elas também criam possibilidades: a crise gerada por essas contradições pode abrir o caminho para a revolução e para a construção de uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

O capitalismo, com sua obsessão pela acumulação de riquezas e pela busca incessante por lucros, está entrelaçado com a exploração do trabalho. A classe capitalista, ao extrair a mais-valia, mantém seu domínio sobre a produção e a riqueza que é gerada, enquanto o(a) trabalhador(a) se vê cada vez mais submisso(a) a esse processo de exploração (Marx, 1983). E o que acontece com o(a) trabalhador(a)? Ele(a) se perde em um ciclo onde sua energia, seus sonhos e sua vida são consumidos por um sistema que não lhe devolve nada em troca, a não ser a miséria (Marx, 1984).

O(a) trabalhador(a) vê seu suor e suas horas de dedicação sendo transformados em mais lucro para outros, sem nunca ver esse esforço refletido em sua própria vida. Esse ciclo não gera apenas desigualdade econômica, mas algo ainda mais profundo: a alienação e o estranhamento. O(a) trabalhador(a) se vê distante de tudo aquilo que cria, como se o que ele(a) produz não tivesse qualquer conexão consigo mesmo. O produto do seu trabalho, a energia que ele(a) coloca em cada tarefa, torna-se algo estranho, algo que não lhe pertence mais. E o pior, ele(a) se sente cada vez mais distante de si mesmo(a), como se estivesse apenas cumprindo uma obrigação mecânica, sem alma, sem identidade. O trabalho, que deveria ser uma expressão de seu ser, se torna uma prisão sem sentido, e o(a) trabalhador(a) se vê perdido(a), tentando, sem sucesso, encontrar um propósito no

que faz, enquanto sua vida escorre entre os dedos, sem que isso traga qualquer realização ou felicidade verdadeira (Lukács, 2013).

No capitalismo, o(a) trabalhador(a) é tratado(a) como uma mera ferramenta de produção, sem autonomia, sem controle sobre o que faz. Sua vida, suas forças, suas habilidades são consumidas em um processo que não lhe oferece espaço para crescer, se expressar ou conquistar seu próprio destino. A alienação se manifesta de várias formas, mas a mais dolorosa é como o(a) trabalhador(a) se vê separado(a) do produto que cria, das condições sob as quais é forçado(a) a trabalhar e, mais ainda, de seu próprio potencial criativo. O trabalho, que deveria ser uma atividade que permite ao ser humano se realizar, se encontrar e se expressar, no capitalismo se torna uma forma de opressão, um peso que submete o(a) trabalhador(a), tornando-o(a) uma peça esquecida dentro de uma engrenagem sem rosto (Lukács, 2013).

Essa alienação, unida à intensificação da exploração, cria um cenário sombrio, onde o(a) trabalhador(a) se vê sem escolha, forçado(a) a vender sua força de trabalho apenas para sobreviver. Não há opções reais, não há liberdade. O mercado de trabalho, que deveria ser um espaço de possibilidades, se torna uma selva de competição constante, onde o(a) trabalhador(a) está sempre lutando por migalhas, sem nunca encontrar um caminho para escapar dessa realidade.

Entre as complexas dinâmicas de exploração que atravessam a classe trabalhadora, a catação de materiais recicláveis evidencia algumas das contradições mais profundas da sociedade capitalista contemporânea. Esse trabalho central, expõe um sistema que, ao se alimentar do desperdício e da degradação ambiental, muitas vezes silencia aqueles que transformam resíduos em recursos.

Ao promover o consumo desenfreado, o capitalismo cria um ciclo vicioso de produção e desperdício, no qual as(os) catadoras(es) ficam à mercê de um sistema que explora sua força de trabalho sem oferecer amparo e reconhecimento social, enquanto lucra com os recursos que são recolhidos. Esse trabalho, crucial para o equilíbrio do planeta, é frequentemente tratado com desdém e negligência, sem acesso aos direitos básicos que todo trabalhador(a) deveria ter, como uma remuneração justa ou condições adequadas de trabalho.

A alienação do trabalho no capitalismo, que Lukács (2013) discorre, se reflete de forma contundente no trabalho da catação. As(Os) trabalhadoras(es) estão tão distantes do produto que criam que sua própria contribuição se torna irreconhecível. O que coletam, o que é transformado em riqueza para o sistema, não lhes pertence, e os lucros gerados por essa atividade são apropriados por quem está no topo da cadeia produtiva. A classe é separada de seu próprio esforço, do valor que gera, e se vê sem controle sobre o que produz, vivendo à margem de um sistema que a explora sem qualquer consideração pela sua dignidade. É isso que veremos nas linhas que seguem a partir dos depoimentos de catadoras de materiais recicláveis, aprofundando-nos na realidade do trabalho na catação de materiais recicláveis, buscando entender suas implicações não só sociais e econômicas, mas também ambientais, dentro da estrutura capitalista e das relações de trabalho precarizadas.

1.2 Mãos que reciclam o mundo: o trabalho na catação de materiais recicláveis

No capitalismo em que estamos inseridos, desenvolvido sob a ideia de um regime que se diz democrático, todas as pessoas são, supostamente, iguais perante a lei (Brasil, 1988). O(A) trabalhador(a) assalariado(a) é, teoricamente, livre. No entanto, essa liberdade não é de fato plena. Aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho são, na verdade, reféns do mercado. A liberdade de escolha é limitada, uma vez que quem depende dessa venda para sobreviver precisa se adequar às suas exigências e flutuações (Tonet, 2005). Quando o número de pessoas em busca de emprego supera a oferta de vagas, os salários caem, e muitas ficam à margem, excluídas das oportunidades formais de inserção. Nesse cenário, os “bicos” se tornam uma necessidade, uma forma de sobrevivência em uma estrutura que não oferece garantias ou estabilidade (Saffioti, 2001).

Os empregos informais, frequentemente vistos como uma alternativa, são na verdade, o cerne do empobrecimento da classe trabalhadora. Estão longe da proteção dos direitos trabalhistas e frequentemente expõem os(as) trabalhadores(as) a condições precárias, de risco e insalubridade. Esses trabalhos, muitas vezes invisíveis, não atendem nem mesmo às normas mais básicas que sustentam os direitos humanos, deixando essas pessoas à mercê de um sistema que as explora sem oferecer dignidade ou segurança. O resultado é uma classe trabalhadora cada vez mais vulnerável, que, enquanto busca sua sobrevivência, é constantemente empurrada para um abismo de precariedade e exclusão.

Dentre essas atividades informais, destaca-se a catação de materiais recicláveis que apenas em 2002 foi incluída como ocupação. Nesse ano, foi registrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o número 5192-05, conferindo formalização a função historicamente invisibilizada. A catação de recicláveis, incorporada ao sistema classificatório, envolve tarefas como “[...] catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, materiais ferrosos e não ferrosos, entre outros materiais reaproveitáveis” (Silva; Siqueira, s.d, p. 4). Essa formalização, embora relevante, não altera a dura realidade das catadoras(es), que continuam à margem das garantias oferecidas aos trabalhadores formais.

Ribeiro, Nardi e Machado (2012, p. 244) abordam a categoria das(es) catadoras(es) como parte de um grande contingente populacional que surgiu devido às transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 1990. Essas mudanças englobam “[...] a abertura dos mercados e a flexibilização das relações de trabalho [...]”, fazendo com que essa categoria se tornasse, de certa forma, sobrança nesse modelo econômico. A transição do modelo taylorista-fordista para o de acumulação flexível trouxe novas dinâmicas, com “[...] empregos temporários, subcontratação e terceirização”. As alterações nas relações de trabalho criaram instabilidades, o que forçou muitas pessoas a buscar alternativas informais e precarizadas para garantir sua sobrevivência, como o trabalho na catação de materiais recicláveis. Tal processo reflete a crescente vulnerabilidade de uma parte significativa da classe trabalhadora, que, sem acesso a empregos estáveis, se vê forçada a recorrer a atividades invisíveis e desvalorizadas.

Junto às problemáticas que envolvem o mercado de trabalho, especialmente o desemprego, surge também o aumento do consumo, que impulsiona a produção dentro do sistema capitalista, e culmina diretamente no crescimento do número de catadoras(es) de materiais recicláveis.

O aumento constante da extração de recursos naturais, a poluição oriunda das indústrias, veículos e o crescimento da sociedade de consumo foram os responsáveis pela produção e descarte de resíduos em uma quantidade considerável que o meio ambiente não foi capaz de absorver, motivos que levam ao agravamento da degradação ambiental (Marciano; Souza, 2023, p. 02).

Quanto maior é a produção de mercadorias, maior é o volume de materiais descartados e de resíduos acumulados, ampliando a demanda do trabalho da catação. Este ciclo, onde a produção desenfreada se entrelaça com o desperdício crescente, parece não ter fim. Há, contudo, um elemento crucial que intensifica esse processo: a obsolescência programada.

Como aponta William Cornetta (2017), a obsolescência programada consiste na produção intencional de mercadorias com vida útil reduzida, planejadas para se tornarem rapidamente inadequadas ao uso, devido ao desgaste físico ou à indução ao consumo de versões mais novas. Assim, aquilo que poderia ser utilizado por mais tempo, é precocemente transformado em resíduo, ampliando o volume de descarte.

Além de a obsolescência programada intensificar os impactos ambientais, também explicita as desigualdades do modelo econômico contemporâneo, em que diante da insuficiência de trabalhos formais, empurra ainda mais pessoas para a margem do mercado de trabalho, forçando-as a buscar nos restos da produção capitalista a única forma de sustento. O trabalho de catação se torna não apenas uma necessidade, mas uma consequência direta de um sistema que produz em excesso, descarta rapidamente e não reconhece quem dá destino a esses materiais.

Os catadores que sobrevivem da catação de materiais recicláveis são agentes excluídos pelo processo de produção capitalista em que vivem. Apesar de seu papel extremamente relevante para o meio ambiente, o descaso, o preconceito, a discriminação e a humilhação sempre estiveram presentes na relação com a população, poder público e o catador (Marciano; Souza, 2023, p.03).

Isso revela que o trabalho na catação de materiais recicláveis está intimamente ligado à manutenção do meio ambiente, funcionando como uma ferramenta do capitalismo para amenizar os danos que ele mesmo causa. Entretanto, essa solução é apenas aparente.

Ao depender da catação, o sistema superexplora a força de trabalho de toda uma categoria, evidenciando as contradições de um modelo incapaz de lidar com os seus próprios excessos. A crise não se origina apenas do esgotamento dos recursos naturais, ela deriva também “[...] de um projeto civilizatório contraditório, perverso, desigual, que demonstra sua irracionalidade e incapacidade de associar desenvolvimento e igualdade” (Nunes, 2012 apud Freitas; Nunes, 2014, p. 131). Esse projeto, que deveria promover o bem-estar humano e ambiental, se revela insustentável, tanto para os seres humanos, quanto para todo o sistema ecológico que sustenta a vida no planeta.

No cotidiano, as consequências do sistema capitalista são visíveis: os trabalhos precarizados e a negação de direitos básicos se tornaram parte da realidade

de muitas pessoas (Marciano; Souza, 2023). O custo desse modelo é pesado, tanto para os(as) trabalhadores(as) quanto para o próprio planeta, que, à medida que é explorado, revela os limites de sua resistência.

Portanto, o trabalho na catação de materiais recicláveis, é um reflexo profundo das contradições do sistema capitalista. O mesmo que ao promover o consumismo desenfreado e a acumulação de riquezas por uma minoria, gera simultaneamente uma classe crescente de trabalhadoras(es) empurradas(os) para tais atividades (Oliveira *et al.*, 2025). O trabalho de catação, embora resulte na manutenção do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta, permanece marcado pela exploração da força de trabalho, pela ausência de reconhecimento e pelo estigma social.

As(Os) catadoras(es) se vêem, na encruzilhada entre serem fundamentais para o funcionamento da sociedade e, ao mesmo tempo, serem invisibilizadas (Marciano; Souza, 2023). Esse paradoxo, onde a contribuição de tantas(os) é desconsiderada, revela as falhas e a irracionalidade de um sistema que, em sua busca incessante por lucro, esquece da justiça e da equidade para todos(as). Dentro dessa relação, as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, tecem em silêncio os fios da salvação ambiental, invisíveis como fantasmas nas veias da cidade, enquanto o consumo voraz devora o planeta, cuspidendo montanhas de entulho em um ciclo de esquecimento e excesso. E elas(eles)? Não participam do consumo que o capitalismo promete a todos(as)!

O que se destaca nesse tipo de atividade são as(os) sujeitas(os) do trabalho: a grande maioria das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis são mulheres, especialmente pretas e pardas, que carregam consigo o peso de múltiplas responsabilidades. Muitas delas são mães solo, e, sem acesso a creches ou alternativas de cuidado infantil, são forçadas a levar seus filhos(as) consigo no trabalho.

O trabalho de mulheres na catação de materiais recicláveis é uma realidade que reflete as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade, especialmente dentro do contexto do sistema capitalista. As mulheres catadoras, costumam enfrentar condições ainda mais desafiadoras que seus colegas homens, não apenas devido à natureza precária da atividade, mas também por conta das especificidades de gênero que permeiam suas jornadas. Elas são as responsáveis por grande parte do trabalho realizado nas ruas, nas cooperativas, nas associações, nos lixões e nos centros urbanos, muitas vezes equilibrando a busca pelo sustento de suas famílias com a sobrecarga de tarefas domésticas, que recai sobre elas de forma desproporcional.

Diante desse cenário, aproximar-nos dessas mulheres significa, escutar seus cotidianos e reconhecer suas narrativas como centrais para a construção desse trabalho. É a partir de suas experiências e de suas vozes que as desigualdades se revelam, como realidades vividas no dia a dia. Nesse processo, reconhecemos suas histórias como produção de conhecimento e expressão de força e de vida.

1.3 Entre restos e resistência: o cotidiano das mulheres na catação de materiais recicláveis

Diariamente, ao caminharmos pelas ruas, nos deparamos com mulheres que com coragem fazem da transformação do que é descartado a base para a

sua autonomia e sustento. Seja sob a chuva inclemente ou o sol escaldante, de dia, de noite ou até nas primeiras horas da madrugada, elas estão lá, com suas gaiotas, por vezes sozinhas, outras acompanhadas de suas famílias, incluindo seus(as) filhos(as) e seus animais de estimação. Elas trabalham incansavelmente, sem pausa, para garantir a sobrevivência em um sistema que, cruelmente, define quem merece ter uma vida digna.

Essas mulheres, heroínas do cotidiano, enfrentam um mundo que tenta apagá-las, contudo, em sua resistência, seguem transformando o que é desvalorizado em algo primordial para todos(as). Mas quem são elas? O que as leva a realizar um trabalho tão visivelmente pesado e extenuante? O que realmente envolve o trabalho de catação de materiais recicláveis? Como essa atividade se organiza na vida cotidiana dessas trabalhadoras?

Para compreender essas experiências, é fundamental olhar para o cotidiano não somente como cenário, e sim, como um espaço dinâmico, onde a vida se constrói, se reproduz e se reinventa. Nesse plano as desigualdades ganham forma e as estratégias de sobrevivência e resistência aparecem. Nesse sentido, a autora Agnes Heller construiu importantes contribuições acerca do cotidiano como dimensão central da vida humana.

Heller (1985), analisa a vida cotidiana como a base universal da existência humana, marcada por objetivações genéricas como linguagem, ferramentas e costumes. Ela distingue o cotidiano (atividades para satisfação de necessidades individuais, como trabalho e lazer) do não-cotidiano (esferas como ciência e política, voltadas à reprodução social), destacando sua heterogeneidade, espontaneidade e hierarquia interna. No capitalismo, o cotidiano revela contradições: ações rotineiras sustentam a sociedade, todavia o(a) sujeito fica preso a fragmentos do real, alienado das objetivações superiores. Para este pensamento esse sujeito não é “[...] abstrato ou excepcional, mas sim o indivíduo da vida cotidiana, isto é, o indivíduo voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência” (Patto, 1993, p. 124).

A autora nos convida a olhar para a vida cotidiana não apenas como uma rotina comum, mas como um espaço de resistência, luta e transformação, onde a sobrevivência e a dignidade do ser humano se entrelaçam. A vida cotidiana está entrelaçada com a existência humana; é no cotidiano que a vida, de fato, acontece. Para Heller (1985), no cotidiano, a pessoa se envolve com todos os aspectos de sua personalidade. Nele, operam seus sentidos, suas capacidades intelectuais, suas habilidades práticas, seus sentimentos e paixões, suas ideias, e até as ideologias que moldam sua visão de mundo. É nesse espaço do normal, do repetido e do aparentemente simples, que se dão as experiências mais profundas da humanidade.

A vida cotidiana, portanto, não é apenas uma sequência de ações rotineiras, ela é um campo onde a subjetividade se revela e onde as lutas, esperanças e resistências se constroem, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou valorização. “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea [...]. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazes e o descanso, a atividade social sistematizada [...]” (Heller, 1985, p. 32).

Para a autora, há uma distinção entre a cotidianidade e a não-cotidianidade. Todos(as) nós nascemos no cotidiano e, a partir dessa base, desenvolvemos uma vida cotidiana, um espaço onde nossas atividades diárias se entrelaçam com as necessidades imediatas da existência. Porém, a partir desse ponto, adentramos o

que Heller (1985) chama de não-cotidiano, um território que abrange dimensões como a religião, a arte, as maneiras de pensar, a moral, os ideais éticos e a política. Essas esferas não-cotidianas, embora transcendam o imediato, são também influenciadas pelas práticas e vivências cotidianas, pois, ao atender às necessidades humanas, o cotidiano molda e permeia essas áreas mais abstratas da experiência humana.

Dessa forma, a vida cotidiana é composta pelas atividades que atendem às nossas necessidades primordiais, ligando-se diretamente à sobrevivência e ao bem-estar de todas as pessoas. Ela representa o espaço da existência concreta, onde as ações, os sentimentos e os valores se entrelaçam em um fluxo contínuo de trabalho, convivência e adaptação. Esse cotidiano é, portanto, a espinha dorsal da vida humana, um espaço de resistência e afirmação que, muitas vezes, passa despercebido, no entanto, que é necessário para a construção de toda a sociedade (Aguilar; Herschmann, 2014).

Seguindo essa fundamentação teórica, **realizamos as entrevistas com perguntas focadas na vida cotidiana de cada mulher catadora de materiais recicláveis**. Pontuamos que em algumas questões que se distanciaram um pouco daquilo que é estritamente essencial para a sobrevivência, como, por exemplo, perguntando sobre o que fazem nas horas livres, as respostas revelaram que as vidas dessas mulheres estão quase sempre centradas no que é fundamental para viver.

Mesmo quando abordamos aspectos mais pessoais ou desconectados da luta diária pela subsistência, suas falas demonstraram que, majoritariamente, elas permanecem com os pés firmados no cotidiano, voltadas para as necessidades urgentes e concretas da vida. Esse testemunho reforça a realidade de que, para muitas dessas mulheres, a possibilidade de se afastar das questões de sobrevivência, de fato, se torna quase uma utopia, um luxo que não cabe em suas rotinas.

Após perguntas iniciais como idade, estado civil e tempo de trabalho na catção, perguntamos o **motivo pelo qual cada participante começou a coletar materiais recicláveis**. As respostas revelaram uma rica fonte para o início das análises sobre o trabalho da catção, não apenas esclarecendo as circunstâncias que as levaram a ingressar nesta atividade, mas também refletindo a realidade marcada pela falta de opções e pelo contexto socioeconômico que conduz muitas pessoas para o ingresso em trabalhos informais. Cada resposta, carregada de histórias e desafios, permite compreender melhor as condições e os motivos para essa escolha (ou, em alguns casos, falta de alternativa), revelando as complexas relações entre a necessidade, a precariedade e a dignidade no universo do trabalho não formalizado.

Eu aprendi a catar reciclável trabalhando com a minha mãe, que ela trabalhou muito tempo com material. E aí eu fui crescendo e tive meus filhos. E daí casei também e tive eles. E foi o meu trabalho todo esse tempo. (Dilma, mais de 18 anos na catção).

Porque eu achei bonito os outros trabalharem né, daí eu comecei a pegar o meu carrinho de mão sabe. Daí eu mandei o Miguel [esposo] comprar um. Daí eu fui juntando, fui juntando.. Você sabe um homem pequenininho que trabalha na prefeitura, que trabalhava né, não sei se ainda tá trabalhando ainda, o nome dele? [...] “É um

que andava com a Joana [assistente social]. Daí eu voltava com o carrinho cheio, daí ele falou assim: “nós vamos doar um carro de verdade para vocês”. Daí ele me deu para mim o carrinho.” (Izabela, 30 anos na catação).

Comecei a catar latinha, fui catando latinha e daí fui no reciclável, daí já comecei a catar recicláveis, mas não tinha meu carrinho, eu emprestava e fui assim lidando com esse negócio e gostei de trabalhar e gosto porque é meu ganha pão. (Eduarda, mais de 10 anos na catação).

Na verdade, eu segui o exemplo da minha mãe. Que ela criou nós assim, catando reciclável, sustentou nós assim. Então eu segui o exemplo dela. E também por causa que tipo a gente se obriga né, a sustentar os filhos, então a gente se obriga por causa disso. (Luciana, 16 anos na catação).

Vim de Curitiba pra cá, daí eu não consegui emprego, daí eu arrumei uma gaiota, emprestei e comecei puxando. Daí eu entrei trabalhar para o João, ele me arrumou uma gaiota e foi indo até hoje. (Maria, 9 anos na catação).

Eu comecei numa gaiotinha de madeira. Da madeira fui na gaiota da prefeitura. Depois fui na carroça. (Terezinha, 15 anos na catação).

Mais por precisão mesmo. Eu casei com meu marido, ele acabou ficando doente. Aí ele precisou largar o serviço que ele tava. Aí ele ficou muito doente, que ele foi operado de úlcera. Aí alguém tinha que se virar com o sustento da casa. Então não foi nem porque eu quis. Foi porque eu tive que tomar uma atitude, uma decisão, de lutar por nós. Então a minha única saída naquele momento foi começar a catar papelão. Então, enquanto ele estava doente, eu comecei a sustentar a casa até ele melhorar. Desde então eu cato reciclável. (Zélia, 3 anos na catação).

Essas falas, essas histórias, de mulheres que catam recicláveis, são uma tapeçaria de resistência, luta e amor. Cada palavra carrega não apenas o cansaço de uma vida de trabalho árduo, mas também a força imensa de quem, todos os dias, se reinventa para sustentar a sua família.

Dilma, com sua voz que fala de herança, de mãe que ensinou a arte da catação, revela um ciclo que vai se perpetuando, onde o trabalho não é escolha, ele é uma tradição de sobrevivência. Ela cresceu aprendendo a catar recicláveis, e nesse processo, forjou em si a capacidade de lutar. A catação é sua, como foi da mãe dela, e de tantas outras mulheres que caminham e caminharam por esse mesmo trajeto.

Izabela nos apresenta uma relação com a catação que inicialmente parece ser mais leve, por vezes até poética: “Eu achei bonito os outros trabalharem”, diz ela, revelando sentido no que faz. Todavia, sua inserção nessa atividade não se deu de forma tão simples, como é possível perceber ao nos aproximarmos de sua trajetória. Izabela percorreu um caminho, com encontros e possibilidades que foram se abrindo ao longo do tempo, e no qual continua até hoje, batalhando dia a dia para garantir seu sustento e de sua família.

Eduarda nos conta sobre sua trajetória. Começou com a latinha; o reciclável foi entrando na sua vida aos poucos e, a cada dia, ela foi se adaptando. O “ganha

pão” aparece como aquilo que sustenta, em sua fala há uma dignidade inegável. Ela não só “gosta de trabalhar”, ela tem com o trabalho uma relação própria, marcada por prática, permanência e experiência. Sua fala elucida que no cotidiano é possível seguir vivendo diante das condições colocadas, para além de escolhas individuais, mas como parte de um contexto mais amplo.

Luciana nos fala de um legado que se repete. “Segui o exemplo da minha mãe”, diz ela, e naquelas palavras, mostra a forma que aprendeu a garantir o sustento e a organizar a vida: com as mãos, com a catação. O trabalho aparece em sua fala como garantia para o cuidado dos(as) filhos(as) e a manutenção da família, dessa forma, ele não é escolha, é sobre oferecer condições para que os(as) filhos(as) cresçam e possam sonhar.

O trabalho de Luciana, como o de tantas outras mulheres, carrega a força de um legado ancestral, moldada pela resistência e pela luta. Contudo, é uma força que também carrega uma sutil submissão à realidade de uma sociedade que não oferece alternativas viáveis. Sua fala nos lembra que, no fim, as mulheres têm suas vidas definidas por uma condição de sobrevivência. Ser mulher nesse ciclo de trabalho significa carregar o peso de uma responsabilidade histórica que não foi escolhida, que foi imposta. Dessa forma, torna-se não apenas a sobrevivente, e sim, a garantia da continuidade, a mãe que cuida, que educa, que alimenta, e também que se anula, que se reinventa e que se adapta constantemente a uma realidade que muitas vezes não a favorece.

Maria relata que ao chegar à cidade, e não encontrar trabalho, “arrumou uma gaiota” e começou a puxar. A catação se torna, aqui, uma afirmação de que é possível recomeçar. A história de Maria é uma das mais pungentes, porque traz à tona a dura realidade do deslocamento, da falta de escolhas e do peso de recomeçar do zero. Ao chegar em uma nova cidade, com as mãos vazias e o coração cheio de esperança, Maria é a personificação de uma mulher que carrega a carga do recomeço, não como um ato de escolha, e sim, como uma exigência imposta pela vida. Ela não teve o luxo de esperar por uma oportunidade. O trabalho não foi uma opção. Ele se tornou uma necessidade urgente, uma ação imediata para garantir sua sobrevivência.

Terezinha fala das suas conquistas, dos seus passos na vida, através dos instrumentos de trabalho que marcam o seu percurso “comecei com uma gaiotinha de madeira”, depois passou para uma gaiota da prefeitura e posteriormente para a carroça. Cada melhoria é uma vitória, um reflexo da persistência, da luta por condições melhores de realização do trabalho.

Apesar disso, precisamos refletir que o avanço de Terezinha de um carrinho de madeira para uma carroça, embora pareça um símbolo de progresso, na verdade, revela as limitações de um sistema que apenas sustenta a sobrevivência sem oferecer as reais melhorias de vida. Esse movimento de avanço não é, de fato, uma mudança estrutural. A troca de um carrinho de madeira por uma carroça pode ser vista como uma melhoria que facilita o trabalho em si, entretanto pouco altera as condições de vida de quem trabalha na catação. Ela agora tem uma carroça, mas continua a fazer o mesmo trabalho, com baixo reconhecimento e precarização do trabalho.

Zélia, com um olhar que traz uma história de afeto e sacrifício, nos revela que a catação foi sua única opção quando o marido adoeceu. “Foi preciso”, ela diz. E essa demanda a levou a tomar uma decisão difícil, todavia que a fez mais forte:

começar a catar para sustentar a casa. A catação, para Zélia, é mais do que um trabalho. É uma escolha forçada, uma atitude de luta, uma prova de que, mesmo nas piores condições, ela se ergue para sustentar os seus.

A fala de Zélia carrega consigo o peso de uma decisão pressionada pela precisão, que não é apenas sobre a catação, é sobre as escolhas que as mulheres têm que fazer diante de uma vida marcada pela falta de alternativas reais. Nesse relato, há uma dor que mistura a responsabilidade com o amor, porque ser mulher é ter que fazer mais, sempre mais, por quem amamos, porque isto nos foi imposto e nos é cobrado. Quando ela diz “foi preciso”, revela que o trabalho de catação não foi uma escolha consciente, foi uma imposição da realidade. Não uma escolha que ela fez por vontade própria, mas uma resposta desesperada a uma situação de emergência. A doença do marido, que a fez assumir a responsabilidade de sustentar a casa, não é apenas um evento pessoal, é o reflexo de um sistema que não oferece suporte social, segurança no trabalho ou direitos adequados para aqueles que mais precisam.

Essas mulheres, com suas histórias entrelaçadas pela dor, pela luta e pela resiliência, são a face da precarização do trabalho. Elas são aquelas que, enquanto a sociedade finge que não as vê, continuam a catapultar o mundo com suas mãos, suas carroças e seus carrinhos. Mais do que isso, elas são as mulheres que, mesmo sobrecarregadas com múltiplas jornadas, trabalho, cuidado, afeto, não se rendem. A nós, mulheres, não nos permitem nos rendermos. Elas são as que sustentam, as que criam, as que persistem. O trabalho da catação, ultrapassa a condição de ser um meio para sobreviver, ele possui uma história de luta, onde o peso das responsabilidades é dobrado para as mulheres.

Cláudia M. da C. Vieira (2020), busca entender em sua pesquisa, a partir de entrevistas com 65 estudantes, entre 10 e 13 anos, filhos(as) de catadoras(es) de materiais recicláveis, as relações que se estabelecem dentro desses núcleos familiares. Através das vozes desses(as) jovens, a pesquisa mergulha nas dinâmicas familiares, revelando como o trabalho de catação, molda as vidas e os sonhos dessas crianças, que crescem em um contexto em que o cotidiano da manutenção da vida se entrelaça com as esperanças de um futuro diferente, mais digno e reconhecido.

A autora discorre que tais núcleos são constituídos “[...] a partir da sobrevivência, da proteção e da segurança. O trabalho se constitui como base para essas famílias. Ele se mistura ao viver familiar, trazendo hábitos e costumes próprios” (Vieira, 2020, p. 1850). Desde cedo, os membros aprendem a contribuir e a lutar juntos pela sobrevivência. O trabalho de catação, não é apenas uma tarefa de uma pessoa, ele se estende a toda a família, envolvendo cada um no ciclo incessante de recolher, separar e transformar aquilo que é descartado pela sociedade. A catação se torna um elo que une, que fortalece, e que, muitas vezes, é a única forma de garantir o sustento diário. Não é apenas um trabalho, mas um esforço coletivo, onde cada gesto e ação, é impulsionado pelo desejo de dignidade e de um futuro melhor para todos, especialmente para as crianças que crescem nesse ambiente. “A reciclagem vai sendo apropriada por todo o núcleo familiar e constituindo saberes e fazeres próprios da especificidade da catação” (Vieira, 2020, p. 1852).

Tanto no estudo citado quanto nesta pesquisa, observamos que os(as) filhos(as) das mulheres catadoras se envolvem de diferentes formas no trabalho da catação de materiais recicláveis. Em alguns casos, acompanham suas mães

no trajeto da coleta, imersos no ritmo das ruas e na rotina de trabalho que, desde cedo, se torna parte de suas vidas. Em outros momentos, ficam em casa, ouvindo as histórias sobre o processo de catação, ou presenciam a parte da triagem e do armazenamento dos materiais, com seus olhos atentos ao trabalho árduo que acontece dentro do lar. De qualquer forma, é visível que, muitas vezes, toda a família se envolve, seja de maneira direta ou indireta, no esforço para garantir o indispensável para viver, em um ciclo que, sem dúvida, marca profundamente suas experiências de vida e suas perspectivas sobre o mundo.

Dando continuidade aos **motivos que levaram as entrevistadas a se inserirem no coleta de materiais recicláveis**, destacamos que uma grande parte iniciou nesse ofício movida pela necessidade, buscando na atividade a única fonte de renda capaz de assegurar a sobrevivência de suas famílias, o sustento, o “ganha pão”, como definem. No livro *Quarentena da Resistência* (Coelho, 2021), 21 mulheres catadoras de materiais recicláveis compartilham suas vidas, seus trabalhos e suas resistências, inspiradas pelas poderosas palavras de Carolina Maria de Jesus (Jesus, 2014). Cada relato traz à tona a força dessas protagonistas que, diante da adversidade, encontram no labor árduo da catação uma forma de enfrentamento, de afirmar sua dignidade e de garantir um futuro, muitas vezes incerto, por outro lado, sempre carregado de luta.

O catador surge na sociedade, em primeiro lugar, por não ter outra oportunidade de trabalho. Muitas vezes, pelo seu histórico de sair da roça, de vir para a cidade e, ao chegar aqui, não tem escolaridade, não tem conhecimento de uma profissão. Aí vem a fome, vem a necessidade, e ele tem que encontrar alguma coisa para se sustentar, se alimentar. Então, começa o pontapé inicial da existência do catador. Falta de oportunidade e dificuldades. Agora mesmo, na pandemia da covid-19, várias pessoas que são graduadas em outras profissões, por falta de emprego, acabam se tornando catadores, por ser a única oportunidade que têm neste momento. E a coisa que mais se gera no mundo são resíduos. Nunca vamos ficar pra dizer “não tenho dinheiro pra comprar o pão”. Se eu for na lixeira, pego garrafa, papelão, e já tenho o dinheiro pra comprar o pão (Gomes, 2021, p. 15).

Gomes (2021) nos convida a uma reflexão profunda sobre o destino de tantas vidas invisíveis, que surgem na sociedade não por escolha, mas por pura necessidade. As(os) trabalhadoras(es) da catação aparecem, muitas vezes, como um reflexo de um sistema que, ao deixar de lado as oportunidades, empurra as pessoas para a margem, para a luta para continuarem vivas. E essa luta atinge principalmente as que vêm de lugares onde as portas do mercado de trabalho se fecham por conta da falta de educação, qualificação ou recursos. Quando as ruas da cidade se tornam mais áridas do que qualquer roça, quando a fome e o desespero batem à porta, as(os) catadoras(es), com um gesto quase instintivo, vão até o que é descartado pela sociedade e transforma, com as mãos calejadas pela luta, o lixo em pão.

Como nos diz Gomes (2021), a falta de alternativas não é um acaso, é a consequência de um sistema excludente. A ironia desse modelo econômico se revela ao observarmos que, em tempos de pandemia, até mesmo aqueles que integravam o setor formal de trabalho, se viu na mesma situação daqueles que an-

tes julgavam estar à margem. Profissionais graduadas(os), diante da escassez de empregos, tornaram-se catadoras(es), se rendendo à única alternativa que a vida lhes ofereceu, com a mesma dignidade e esperança de quem já estava nesse caminho há tanto tempo.

O aumento do número de catadoras(es) está intimamente ligado ao endurecimento das exigências para acessar o mercado de trabalho formal. Muitas(os) dessas(es) trabalhadoras(es) veem à margem dessa estrutura, não por escolha, e sim, por uma série de barreiras impostas pela própria organização social. Fatores como idade, condição social e baixa escolaridade são alguns exemplos do que as(os) afastam das oportunidades de um emprego em que acessem aos direitos trabalhistas, criando um ciclo de exclusão que as(os) força a recorrer à coleta seletiva como a única alternativa de sustento. De acordo com Magera (2003), La-jolo (2003) e Miura (2004), essa realidade é uma consequência das desigualdades estruturais, que afetam diretamente a capacidade de parte da população de competir em um mercado de trabalho altamente competitivo e cada vez mais especializado.

Outra questão analisada é a relação entre Maria e as outras catadoras com João, dono da principal “cooperativa” de reciclagem existente na cidade. No entanto, a mesma não segue os critérios do trabalho cooperado e nem da economia solidária, pois as(os) trabalhadoras(es) não são associadas(os). Elas e eles apenas entregam o material, recebendo valores estipulados pela cooperativa. Segundo as entrevistadas, o dono disponibiliza o instrumento de trabalho, a gaiota, o que faz com que as mulheres criem uma certa fidelidade, levando o material reciclável para ele. Isso reafirma a lógica capitalista de que quem fornece os meios de produção é quem fica com a maior parte do lucro gerado pelo trabalho realizado.

Como Saffioti (2001, p. 4) cita, “[...] o trabalhador gera um excedente econômico que pertence ao proprietário dos meios de produção” e, adiante, “[...] o número de capitalistas é diminuto em comparação com o número de trabalhadores assalariados.” Essas frases revelam a dinâmica entre atravessadores(as) e catadoras(es), uma relação que, embora pareça simples, carrega consigo uma grande disparidade. O número de atravessadores(as) é pequeno, mas, de alguma forma, eles(as) ficam com parte significativa do excedente gerado pelo trabalho dessas mulheres e homens que se dedicam, dia após dia, à catação. Não obstante, como o próprio nome sugere, eles(as) são apenas intermediários, uma ponte entre as(os) catadoras(es) e as empresas, que são as verdadeiras beneficiárias, ficando com a maior fatia do lucro que vem do trabalho árduo e invisível sustentado por essas mãos que limpam o mundo.

Durante as entrevistas, emergiu uma rica **diversidade de perspectivas sobre o cotidiano na catação**. Parte das participantes relatam **gostar do trabalho** e inclusive sentem falta quando não exercem a atividade. Esse ofício lhes traz uma sensação de pertencimento, de realização e de propósito, indo além da necessidade de sobrevivência. Ele lhes confere a autonomia de ditar o ritmo e a dinâmica de suas próprias jornadas, através das quais se conectam com o mundo ao seu redor.

Contudo, longe de ser um parecer homogêneo, outros relatos remetem à **insatisfação**, especialmente devido à falta de valorização e da ausência de direitos básicos. Afirmam estar na catação por **necessidade emergente** e expõe o **desejo de conseguir outra ocupação**, apontando como um propósito ter a

carteira assinada, como é traduzido nas falas de Maria e de Zélia:

Agora até o momento, na verdade, a gente não gosta, porque é sofrido na realidade. Assim que aparecer um registrado, daí a gente parte para outra. Daí vai ser outra proposta. (Maria).

Tem. Eu acho um trabalho por mais árduo, discriminado e sofrido que seja, eu acho um trabalho muito honesto e digno. Deveria ser mais reconhecido, deveria ser valorizado. Eu gosto, só que é sofrido. Eu para falar a verdade não esperava isso para mim, nem para o meu esposo, nem para ninguém né. O meu sonho um dia é poder trabalhar registrada. Poder dar uma vida melhor para ele [filho]. Poder aposentar o meu esposo, porque a gente não sabe o que pode acontecer com ele, porque ele está forçando a cirurgia. Eu quero por meu bebê na creche para arrumar um serviço bom, para ele não precisar trabalhar mais. São coisas bem doídas, sabe. Se a gente parar para pensar né. Mas eu dou graças a Deus por esse trabalho, porque é um trabalho digno, através desse trabalho, mesmo que seja pouquinho, a gente traz o sustento da casa [...]. (Zélia).

A fala de Zélia mostra uma dualidade de sentimentos que aparece em diferentes momentos nas narrativas de todas as participantes, onde vêm à tona tanto o orgulho pela honestidade da profissão e por ser a forma de trazer o sustento para os seus lares, quanto, as dificuldades cotidianas, o desgaste físico e a precarização.

Embora reconheçam a importância do trabalho e a forma como ele garante a sobrevivência delas e de suas famílias, expressam o desejo de encontrar outra ocupação. Para a maioria, a catção não é uma escolha, é uma consequência das limitações impostas pelo sistema de trabalho formal e pelas desigualdades estruturais que marcam suas vidas. O sonho de conquistar uma carteira assinada, de ter um emprego formal, com os direitos e a estabilidade que ele proporciona, aparece de forma recorrente nas falas dessas mulheres. Elas almejam não apenas a segurança financeira, mas também a dignidade que muitas vezes o trabalho informal e precário não consegue oferecer.

Conforme Ribeiro, Nardi e Machado (2012), as atividades no mercado informal são frequentemente desconsideradas como trabalho pela sociedade e pelos sistemas formais de reconhecimento. O verdadeiro trabalho, de acordo com essa perspectiva, é aquele que é legitimado pela assinatura da carteira de trabalho, um documento que não apenas confere identidade ao(a) trabalhador(a), ele também garante o acesso aos direitos trabalhistas.

Diante de tal lógica, para as catadoras e catadores de materiais recicláveis, essa condição está longe de ser uma realidade. A falta de um vínculo formal de emprego as(os) coloca à margem do sistema, tornando seu trabalho invisível e não reconhecido. Essa invisibilidade é uma das maiores dificuldades enfrentadas por essa classe de trabalhadoras(es), que, apesar de desempenharem uma função vital para a sociedade, continuam sendo excluídas(os) das garantias e dos direitos que deveriam ser assegurados a qualquer trabalhador(a).

Outro fator que aprofunda a invisibilidade, como nos lembra Sobral, Santiago e Costa (2009), é a impossibilidade de consumir, essa constante pressão da

sociedade capitalista que exige que as pessoas se definam pelo que possuem, pelo que comprem, pelo que conseguem mostrar ao mundo. No entanto, para quem não tem um trabalho formal, uma remuneração fixa que garanta o acesso ao mercado de consumo, essa pressão se torna um peso impossível de carregar. Ficando à margem, fora do que a sociedade vê como “normal”, sem a chance de se inserir nesse circuito de bens materiais que dita o valor das pessoas.

Na visão dessa sociedade, onde o ter é quase uma definição de ser, as(os) catadoras(es), com sua realidade de trabalho pouco reconhecido e de luta diária, muitas vezes não tem espaço. Não tem o direito de se mostrar através do consumo, de vestir-se conforme as expectativas, de serem vistas(os) como alguém que pertence. Assim, em sua luta cotidiana, elas(es) permanecem, sendo mais um reflexo da desigualdade que, embora gritante, é sistematicamente ignorada. Para as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis isso vai além, porque se trata do consumo essencial, necessário à sobrevivência, ao qual muitas vezes não possuem acesso.

[...] Cada dia que a gente sai é na esperança de trazer o sustento, de trazer alguma coisa para casa pra gente comer, de uma cidade mais limpa. E a gente espera um reconhecimento né. Porque a gente sai, a gente não sabe se vai trazer alguma coisa para casa, como que vai ser. E é bem pesado, é bem difícil, às vezes você quer comprar algo para o seu filho e não pode, é bem doído sabe. (Zélia).

A esfera do trabalho tem se desenhado cada vez mais marcada por um dualismo profundo: de um lado, uma pequena parcela de trabalhadores(as) qualificados(as), e do outro, uma imensa maioria que sobrevive em condições precárias, sem qualificação, frequentemente no setor informal, sendo constantemente invisibilizados(as) pela sociedade (Sobral; Santiago; Costa, 2009). Essa exclusão, tanto simbólica quanto material, gera uma realidade profunda e cruel, onde o trabalho e as pessoas que o sustentam são ignorados.

O resultado dessa invisibilidade é um apartheid econômico: uma segregação impiedosa em que a desigualdade se naturaliza no cotidiano. De um lado, erguem-se os muros das escolas privadas e os vidros dos carros blindados - símbolos de um mundo protegido, distante, inacessível; do outro, catadoras(es) de recicláveis, puxando suas gaiotas nas costas, muitas vezes com os(as) filhos(as), porque não têm acesso a creches ou escolas públicas - e quando tem, vivenciam preconceitos, preferindo ir com a mãe do que estarem em lugares que não as aceitam, mesmo sendo somente crianças. Esse contraste escancara não só a indiferença da sociedade, mas também a omissão do próprio Estado, que falha em garantir os direitos mais básicos e dignos para todos(as).

Entre os principais motivos que as entrevistadas trouxeram como **negativos na catação** estão: o *preconceito*, o *cansaço*, a *periculosidade*, a *insalubridade* e os *riscos à saúde*. Sobre os quais falaremos adiante. Ao discorrer sobre o que torna o ofício mais penoso, Luciana e Zélia enfatizam o **preconceito**, discorrendo que:

Os motivos que faz não gostar é pessoa esnobe que a gente encontra muito né, que a gente encontra muita pessoa assim. Que as vezes pra você tomar um copo de água a gente tem que andar duas

ou três casas pra poderem te dar um copo de água, que às vezes tem nojo né, por você tá catando material. E também que muitas vezes você é tratado como lixo. Tipo você passa em uma casa pegar material, eles enchem o saco lá do lixo, “não você é obrigada, você tem que levar porque esse é teu serviço”. Então eu acho que o que faz a gente desgostar muitas vezes é por causa das pessoas né, que não sabem tratar os outros com respeito. (Luciana).

Sofrimento, a gente sofre bastante, é sofrido e por mais que a gente tenha orgulho né, como tem pessoas que nos tratam bem e que reconhecem né, ou se simplesmente a pessoa não se importassem, mas sempre tem as pessoas que discriminam, que olham a gente com cara de nojo, com cara feia. Que você tá passando fecham o vidro do carro, pensam que você é bandido, que você é sujo, que você é isso que você é aquilo. Então essa que é a parte, a discriminação, é muito revoltante, pessoa te trata mal, você chega mexer na lixeira a pessoa te xinga achando que você vai rasgar o lixo. Várias situações já. Isso é humilhante, a pessoa humilhar, chegar para um pai de família, uma mãe de família e xingar e humilhar né. É bem difícil. Já passei várias vezes por isso e o meu esposo também. (Zélia).

Luciana e Zélia falam de algo que transcende o trabalho em si. Elas falam da solidão, de como o simples ato de pedir um copo d'água se torna uma luta, e de como o suor no rosto, a dor nas mãos calejadas, e a força da persistência não são reconhecidos. Quando Luciana diz que as pessoas a olham com nojo, ou a fazem andar até três casas para conseguir algo tão básico, como um copo de água, ela revela a ferida invisível de quem é tratado como menos humano por simplesmente fazer o trabalho que ninguém quer fazer. Como se o suor de suas mãos tivesse o peso de um estigma, como se sua humanidade fosse medida pela sujeira que a sociedade vê em seu trabalho, não em seu esforço ou dignidade.

E Zélia, com a dor de quem já se cansou de se explicar, revela como o preconceito e a humilhação tornam-se partes de sua rotina. A sua fala retrata o que Ferreira et al (2016, p.154) dizem: “[...] a sociedade tem certo preconceito com a profissão de catador de resíduos sólidos, por se tratar de um ofício com condições de trabalho e higiene inumanas, que expõe seus trabalhadores a diversas doenças”. Quando ela diz que é tratada com desprezo, como se mexer nas lixeiras fosse algo imoral, ela não fala apenas sobre as palavras cruéis, mas sobre o peso da exclusão social que as mulheres que catam recicláveis carregam.

Mulheres como Zélia, em muitos contextos passam a ser associadas àquilo que recolhem, como se o seu trabalho fosse menos digno que qualquer outro. Isso lembra a fala de Gonzalez (2019): “O lixo aqui vai falar...”. Fechar o vidro do carro é um símbolo dessa rejeição invisível, como se sua presença fosse algo indesejado, como se ela não tivesse o direito de existir na rua, no mesmo espaço que os outros, sendo vista como uma ameaça.

A frase de Gonzalez (2019), junto às narrativas de Luciana e de Zélia, nos provoca a pensar sobre como a sociedade define os sujeitos e os empurra para fronteiras sociais constituídas por margens simbólicas, que definem quem é considerado(a) descartável e quem é digno(a) de reconhecimento, de ser ouvido(a) e de ocupar os espaços sociais.

O trabalho dessas mulheres não é só catação. É o esforço diário de remen-

dar a vida, de sobreviver a um sistema que as exclui, que as faz invisível, que as vê apenas como um meio para um fim, nunca como pessoas que têm direito a respeito e a dignidade.

Falando sobre os **cotidianos de trabalhos**, Zélia ainda expõe que:

[...] A gente tem que se expor a bater na casa quando enxerga recicláveis, a gente não sabe se aquela pessoa vai te atender bem ou não, que várias vezes da pessoa ter reciclável e não querer dar. Pessoa assim, em casa boa, não digo pessoas igual eu, que trabalha na minha situação financeira, mas eu já vi pessoas que por soberba que não entregaram o material reciclável sabe, preferiram no outro dia colocar para o caminhão do lixo levar para não ter que abrir o portão, não sei se de nojo, medo [...]. (Zélia).

Zélia nos conta algo que toca fundo: a dor de se expor em busca de seu sustento, sempre na linha tênue entre o respeito e o desprezo. Ela fala de momentos em que, ao bater na porta, o que encontra não é acolhimento, é a indiferença e até o medo de quem tem mais, que prefere ver o reciclável ser levado pelo caminhão do lixo do que abrir o portão para alguém que, com tanto esforço, se dispõe a fazer o trabalho que ninguém quer fazer. Há uma dissonância entre o trabalho de Zélia e a rejeição que ela recebe, um abismo que vai além do simples material. Neste contexto, “[...] a coleta é vista com maus olhos pela sociedade urbana, que constantemente tenta excluir e afastar esses profissionais [...]” (Martins et al., 2016, p. 88).

Não é só sobre os recicláveis; é sobre o medo do contágio, do contato com aquilo que é visto como sujeira, como algo inferior. Esse gesto de fechar o portão é como um muro invisível, que separa os que têm de quem não tem, separando mais do que só as casas, mas as dignidades, as humanidades. E essa dor é silenciosa, em contrapartida, muito real. Zélia não está apenas recolhendo material; ela está pedindo um pequeno gesto de humanidade, um simples reconhecimento de que ela, como mulher, como pessoa, tem direito ao respeito.

As(os) catadoras(es) trabalham diretamente com o que é considerado como lixo, com aquilo que se torna inútil para uma parte das pessoas e então é descartado. A partir dessa relação muitas vezes ocorre a formação e a perpetuação de vários preconceitos e estigmas mantidos no imaginário social (Sobral; Santiago; Costa, 2009). Na teoria Helleriana sobre a vida cotidiana, a autora traz o preconceito como uma categoria fundamental. Na vida cotidiana, os pensamentos tendem a orientar-se pela perpetuação das atividades cotidianas, podendo afirmar que o pensamento e a ação na cotidianidade formam uma unidade imediata, a qual faz o “útil” se tornar sinônimo de “verdadeiro”, e a atividade cotidiana uma ação pragmática.

A ultra generalização é também uma das principais características do pensamento cotidiano, sendo impossível analisar cada situação ou pessoa antes de se estar frente a elas. Para isso são necessários juízos provisórios, os quais são usados como formas de nos comportarmos, diante de situações, através de vivências ou pessoas precedentes. Dentro do juízo provisório, está um tipo particular, que é o preconceito, o qual é tido como um juízo falso, ou seja,

[...] um juízo que poderia ser corrigido com base na experiência, no pensamento, no conhecimento e na decisão moral individual,

mas não o é porque confirma ações anteriores, é compatível com a conformidade e o pragmatismo da vida cotidiana e protege de conflitos. Na qualidade de juízo provisório que se conserva inabalado contra todos os argumentos da razão, o preconceito tem como componente afetivo a fé, um dos afetos que pode nos ligar a uma opinião, visão ou convicção. Seu limite é a intolerância emocional, intimamente ligada à satisfação de necessidades da particularidade (Patto, 1993, p. 126-127).

De acordo com Heller (1985), a função dos preconceitos é a consolidação e a manutenção da coesão e estabilidade de integrações sociais, especialmente das classes sociais. Essa função somente é desempenhada quando existem ameaças internas. Costumeiramente os preconceitos são produzidos pelas classes dominantes, às quais se interessam em manter coesa a estrutura social a qual pertencem. Assim, através do comodismo, do conformismo, do conservadorismo e dos interesses de quem integra as classes ou camadas sociais antagônicas, as dominantes conseguem mobilizá-las contra os interesses de sua própria classe (Patto, 1993).

Saffioti (2001), também discorre sobre preconceito e decompõe a palavra, chegando a pré-conceito, ou seja, a ideia do fenômeno que vem antes do conceito. O conceito resulta do processo de análise e síntese, na busca de compreender e dar nome ao fenômeno.

Enquanto o conceito pressupõe a utilização de um instrumental teórico que permita o entendimento do fenômeno, o *pré-conceito* nasce do jogo de interesses presente na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais. É, portanto, não-científico, veiculando ideias falsas, ilegítimas, discriminatórias que, exatamente por apresentarem tais características, preservam posições de mando e também, é óbvio, seus ocupantes (Saffioti, 2001, p. 28, grifo da autora).

Ideias preconceituosas, mesmo não podendo ser comprovadas, possuem força e são úteis aos que estão no poder. Esses preconceitos são utilizados tanto para dificultarem a entrada ou permanência das pessoas atingidas por eles em determinados lugares, quanto no que Saffioti (2001) chama de “profecia auto-realizadora”, a qual se resume em a pessoa ouvir tantas vezes determinadas coisas sobre ela mesma, que ela começa a acreditar ser inferior, ocorrendo o processo de “construção social da inferioridade”, e concomitantemente se dá o “processo social da superioridade”. Tais processos são polos da relação de dominação-exploração (Saffioti, 2001).

A manutenção dos preconceitos interessa à classe dominante para que continuem existindo os(as) dominados(as). A invisibilidade direcionada às pessoas que trabalham na catção de materiais recicláveis está intimamente ligada aos preconceitos. Através dos preconceitos criados e da invisibilidade destinada a essa categoria, ela vai continuar sendo explorada, o seu trabalho continuará precarizado, e a sociedade segue fingindo que não vê nada disso, mesmo estando o tempo todo à sua frente. Utilizando, então, os preconceitos formados no imaginário social para justificar a invisibilidade, se dão os subsídios para a perpetuação da negação de direitos a essas(es) trabalhadoras(es).

Saffioti (2001) fala sobre como a classe média é formada em grande parte por trabalhadores(as) intelectuais, e apesar de também não ser detentora dos meios de produção, tenta acentuar as diferenças com os que trabalham manualmente. Devido ao desejo de ascensão social, manifestam-se frequentemente a favor da conservação da sociedade de classes. A própria classe trabalhadora menospreza trabalhadores(as) que estão em condições mais vulneráveis socialmente e economicamente, evidenciando as disparidades dentro da classe proletária. “Tampouco as classes dominadas apresentam homogeneidade. Elas se constituem de trabalhadores com diferentes graus de qualificação, inseridos de distintas maneiras no sistema produtivo e recebendo salários muito desiguais” (Saffioti, 2001, p. 56). Ficam evidentes as desigualdades na forma em que trabalhadores(as) se veem e relacionam-se uns(umas) com os(as) outros(as), mesmo entre os(as) que estão dentro da mesma classe social.

As entrevistadas também destacam o **desgaste do dia a dia**, citando a *incerteza de encontrarem material a cada saída, o cansaço cotidiano - relacionando-o ao risco de acidentes e consequente periculosidade - e à exposição aos elementos naturais, sol, chuva, frio, vento e etc*, estando tudo intimamente ligado à **saúde** das trabalhadoras(es). Zélia fala sobre a **incerteza de conseguir material** e expõe como ela e o esposo contam com a ajuda e doações de pessoas que já os conhecem, mostrando a necessidade do **assistencialismo e caridade**, para além do trabalho que desempenham:

A gente sai de manhã. Normalmente de manhã que é mais fresco e menos concorrido. Porque se a gente for muito tarde, aí já passou muita gente né e acaba levando. Então é bem concorrido catar reciclável. Você sai sem saber se você vai vir com o carrinho cheio ou não. Ainda que nós temos bastante conhecidos, como a gente tá a certo tempo né. Tem as pessoas que guardam pra gente, tem as pessoas que doam alimento, que ajudam [...].

A fala sobre a concorrência ao catar recicláveis revela algo muito mais profundo do que a simples busca por material. Ela nos fala de uma luta constante, um esforço invisível, onde cada pedaço de plástico ou papel é muito mais que um simples resíduo. É uma oportunidade, uma chance de garantir o que é intrínseco para viver, um pedaço de dignidade em meio a um sistema que não oferece garantias. Cada passo dado com o carrinho não é só um movimento físico, é uma batalha silenciosa, uma disputa por algo que, de tão simples, se torna quase inatingível: o sustento diário.

Espremidos entre as empresas de coleta de materiais recicláveis e as empresas que realizam a reciclagem, ditam o preço dos produtos e por vezes atuam como atravessadores, os catadores(as) perdem o protagonismo que deveriam ter, já que são eles(as) os(as) responsáveis por devolver à cadeia produtiva o material que outrora foi descartado (Martins et al., 2016, p. 88).

Essa luta não acontece apenas nas ruas e nas esquinas. Ela é ampliada pela presença de atravessadores(as), que também competem pelos mesmos recicláveis, por outro lado, com a força da estrutura, dos caminhões e dos processos automatizados. Essas corporações, com seus recursos e poder, tornam o que já é

difícil, ainda mais desigual. Elas capturam o que poderia ser uma fonte de sobrevivência para essas mulheres, transformando em mercadoria coletada em grande escala, os resíduos que encheriam os seus carrinhos durante a coleta.

Maria discorre sobre a **incerteza de conseguir materiais** e a **exposição às questões climáticas**.

É tipo bem puxado. Tem dia que a gente chega cansado daí pega e vai catar, aí tem dia que a gente acha alguma coisa, tem dia que você não encontra nada. Daí quando você vai durante o dia você pega todo aquele sol; à noite também pega, vem a noite né, frio as vezes tem chuva.

Eduarda fala também, assim como Maria, sobre a **exposição ao sol** e as **questões de saúde**:

Só a saúde que não dá para brincar, porque tomo remédio para pressão e daí não posso sair muito tomar esse sol de mais, tem que cuidar da saúde um dia a gente não está ficando muito boa né, tem dias que a gente não está, então tem que cuidar da saúde da gente né, não dá né. (Eduarda).

[...] meu nariz começou por eu sair muito no sol, se eu ficar no sol ele faz umas pipocas vermelhas, por conta do sol. (Maria).

Maria nos revela o peso de seu trabalho, onde a incerteza e a dureza da jornada se entrelaçam com os desafios climáticos diários. “Tem dia que você chega cansado” e segue mesmo assim, carregando o cansaço físico e a incerteza de saber o que encontrará. A catação é um trabalho feito de ausência, de dias em que o esforço não traz recompensa e não se traduz em resultado, e o que era esperado se dissolve na falta de material. Esse vazio, essa busca contínua sem garantia, é um reflexo da fragilidade do que é marginalizado. Cada passo é uma tentativa de se fazer visível em um sistema que desvaloriza aquela(e) que não tem escolha a não ser lutar.

O trabalho dos catadores é permeado por riscos físicos, químicos e biológicos relacionados ao manejo dos resíduos, à peculiaridade das atividades que realizam e às características do espaço de trabalho [...] exposição [...] a sol intenso e chuva, temperaturas extremas, odor desagradável, poeira, ruídos de caminhões [...] (Carlon; Marziale, 2016, p. 182).

O sol escaldante, a chuva, o frio da noite são elementos que complicam ainda mais um trabalho que, por si só, exige esforço físico e emocional. As condições climáticas, que podem ser vistas como simples variações do tempo, se tornam, para quem cata, barreiras adicionais que dificultam mais sua luta diária. Nesse sentido, a incerteza do trabalho e a exposição constante ao imprevisto se tornam parte integrante dessa experiência, em que cada dia é uma nova prova de resistência.

Zélia também fala sobre o **cansaço causado pela catação**, e as **consequências físicas** que ela produz:

Bastante dor nas costas, dor nas pernas. Sempre que a gente cata, mesmo se eu não puxar a gaiota, que eu for só junto empurrando o neném. Que nem ontem que a gente foi, meu Deus quando eu deitei na cama os meus músculos estavam tremendo. Agora eu fiquei pensando, se eu que estou bem de saúde fico assim, imagina o meu marido que está doente né. A dor que ele tem.

A fala de Zélia nos carrega para o coração da sua dor, uma dor que vai além do cansaço físico, um cansaço que ecoa no corpo, que reverbera nos passos dados, em cada movimento. Ela nos fala de como seu corpo, depois de tanto esforço, se entrega ao cansaço. “Bastante dor nas costas, dor nas pernas”, essas palavras são um retrato de quem vive a luta diária de um trabalho que não pede apenas suor, mas exige uma entrega total. Ela segue, mesmo quando os músculos tremem, mesmo quando o corpo implora por descanso. E Zélia reflete, com o olhar de quem carrega o peso da vida, sobre o sofrimento do marido, que já é marcado pela doença. Se ela, que está “bem de saúde”, sente o peso do trabalho, o que dizer dele? O corpo dele, já fragilizado, se vê dobrado nas dificuldades dessa rotina implacável. Na rotina exaustiva de um trabalho precário,

[...] são os próprios catadores os que mais sentem e vivenciam diariamente as consequências de uma atividade ainda geradora de riscos e adoecimento. Por conseguinte, o que ocorre é que muitos desses trabalhadores acabam por adoecer em detrimento das necessidades vitais mais imediatas, ou seja, a necessidade financeira em busca de sobrevivência individual e familiar (Garlon; Marziale, 2016, p. 188).

A dor do corpo se mistura com a dor de um sistema que exige tanto, mas que não oferece um gesto de reconhecimento. Ela nos faz perceber que a catação não é apenas um trabalho, mas sim, uma prova silenciosa da resistência do corpo, que luta para garantir o básico, mesmo quando ele se vê no limite. A cada dia, eles seguem, apesar da dor, porque, na vida deles, o cansaço é uma certeza e a luta pela sobrevivência é uma necessidade. Essa reflexão de Zélia revela algo mais profundo: é a constatação de que eles não podem se dar ao luxo de parar, de descansar. O trabalho é uma constante, não importa se o corpo pede pausa e nem o quão exaustos estejam. Eles seguem, porque o amanhã ainda exige mais, e o esforço diário, por mais que os dissolva fisicamente, não pode ser interrompido. A vida não para, e o trabalho, que já é pesado, se torna uma prova de que existir é resistir, mesmo quando o corpo se enfraquece, mesmo quando as forças se esgotam.

Ao questionarmos sobre se em algum momento **sofreu acidente durante o trabalho**, Luciana fala sobre quase ter sofrido um acidente **devido ao cansaço extremo**:

Graças a Deus, acidente grave não. Já cheguei no ponto de carro quase me atropelar porque eu estava muito exausta, muito cansada, subindo uma subida, alguma coisa. Até esses tempos eu tive, a lotação quase me pega com a gaiota lá. O motorista pegou e entrou errado sabe, veio pra cima de mim com a gaiota, eu com a gaiota carregada. Daí não dava pra ver né. O motorista veio por cima. Mas graças a Deus de acidente grave não.

Luciana nos fala de uma vulnerabilidade que não é vista, em contrapartida, que por ela é sentida em cada pedaço de sua jornada. “Graças a Deus, acidente grave não” é uma oração silenciosa, uma esperança que se repete no fundo da alma, e que na verdade, não deveria precisar ser dita. Ela nos conta sobre os riscos que se tornam parte do cotidiano, sobre como o cansaço a torna menos atenta, menos capaz de se proteger. A exaustão que ela sente, ao ponto de quase ser atropelada por carro e por ônibus, nos fala de como o corpo, apesar de ser seu companheiro constante, também se torna um peso. A gaiota, carregada de material, é mais do que um simples carrinho, é um fardo, um símbolo da luta diária pela sobrevivência.

“[...] trabalho na rua também oferece este tipo de risco, na medida em que os catadores conduzem seus carros de mão no meio do trânsito, relatando, como apontam alguns estudos, que a população no geral não respeita a presença deles nestes espaços, vendo-a como um empecilho para o funcionamento do tráfego” (Garlon; Marziale, 2016, p. 182).

Quando ela menciona que quase foi atingida pelo motorista, a imagem que se forma é a de alguém que luta para se manter de pé, mas que está constantemente em risco, sem poder parar, sem poder descansar, sem ter a proteção que a sociedade deveria oferecer a quem trabalha. A frase “não dava pra ver” reflete uma invisibilidade que vai além do olhar físico, é a invisibilidade do trabalho duro, da luta diária, daquelas que, mesmo sendo vistas por todos, são desvalorizadas.

Já Terezinha relatou **acidente durante o trabalho**, quando fazia a catação com carroça e cavalo:

Eu, já, porque o cavalo pisou no meu pé, daí quebrei o meu pé, daí, mas é o cavalo né, o negócio do cavalo daí me machucou. Mas não foi tão grave, continuei trabalhando.

A fala de Terezinha traz uma mistura de dor e resistência, como se o corpo fosse apenas um obstáculo a ser superado, uma barreira a ser ignorada para que o trabalho continue. “O cavalo pisou no meu pé” é um detalhe simples, mas carrega consigo a dureza da vida de quem, mesmo diante do sofrimento físico, não tem o luxo de parar. O corpo se quebra, mas a rotina não cede. A dor se mistura com a necessidade, e o que poderia ser visto como uma pausa forçada se torna apenas um pequeno obstáculo em meio à imensidão de dificuldades diárias. E, nesses casos,

A predominância da atribuição do acidente à falta de atenção individual evidencia uma cultura de culpabilidade do próprio trabalhador, desconsiderando-se os fatores ambientais, sociais e das relações e processos de trabalho como principais mecanismos de exposição a esses acidentes (Garlon; Marziale, 2016, p. 183).

Quando ela diz que não foi tão grave e que “continuei trabalhando”, revela-nos a normalização do sofrimento, uma forma de viver que já não espera pelo descanso, pelo alívio. A vida daquelas(es) que catam recicláveis é marcada pela

exigência de sempre seguir em frente, independentemente das dores, das dificuldades, das limitações. Essa fala, aparentemente simples, está cheia de significado, ela revela o preço da sobrevivência, onde o corpo é colocado em segundo plano, pois a luta pela vida não pode ser pausada.

A ideia de que o acidente ocorre pela falta de atenção do trabalhador precisa ser substituída por uma visão que supere o fatalismo, buscando-se compreender como se estrutura o cotidiano ou o processo de trabalho dos catadores, interpelado pelos condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que podem produzir acidentes e outras formas de adoecimento entre os trabalhadores (Garlon; Marziale, 2016, p. 184).

Pensar que o acidente de trabalho é apenas falta de atenção das(os) trabalhadoras(es), não leva em consideração os condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que estruturam o cotidiano das(os) catadoras(es) e, muitas vezes, contribuem diretamente para o aumento dos riscos e da vulnerabilidade no trabalho. A falta de atenção é uma consequência de um sistema que exige demais sem oferecer condições mínimas de segurança, descanso ou apoio. Pontuamos que quando as(es) catadoras(es) exercem a ocupação de forma individual e não conseguem contribuir com a previdência, ficam posicionadas(os) fora do alcance dos direitos trabalhistas, sem possuir garantias, continuando a trabalhar mesmo após sofrerem acidentes de trabalho.

Os riscos de acidentes na catação são uma realidade constante, que permeia a vida das(os) catadoras(es). Ao saírem para o trabalho, enfrentam um cenário de incertezas e perigos que vão muito além do que se pode ver a olho nu. O processo de catação, muitas vezes feito sem os recursos adequados, coloca o corpo em situações de extremo desgaste e vulnerabilidade. A falta de equipamentos de proteção, a exposição a materiais cortantes, vidros quebrados, lixo contaminado, entre outros, tornam a catação uma tarefa permeada por riscos físicos diretos.

No que diz respeito à **insalubridade**, de acordo com o artigo 189, da CLT:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

A catação está classificada como atividade em **grau máximo de insalubridade**, devido ao contato com resíduos sólidos, nos quais estão presentes agentes biológicos, conforme a Norma Regulamentadora N° 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (Silva; Siqueira, s.d). Contudo, como já problematizado, as mulheres catadoras, que trabalham individualmente, não são acolhidas pelas leis de proteção trabalhistas brasileiras, de nenhuma maneira.

As mulheres entrevistadas trazem a preocupação referente à **contaminação** causada pelo contato com os materiais recicláveis, Zélia relata que:

É, é muito risco de contaminação. Você pode se contaminar, pegar algum vírus, alguma doença. Porque a gente não tem luva. A

gente não tem recurso para estar comprando luva, máscara, essas coisas. É quando tem, se não você não põe. Porque a gente não vai tirar o dinheiro que seja para comprar um litro de azeite para comprar uma luva. Seria o certo, mas a gente não tem condição de fazer isso.

A fala de Zélia nos coloca diante de uma realidade de desproteção. A contaminação que ela menciona não é uma possibilidade distante, mas uma constante que paira sobre o cotidiano das(os) catadoras(es). Elas(es) estão expostas(os) a vírus, bactérias, e outras doenças vindas de materiais descartados, e essa exposição se dá sem a mínima segurança, sem os recursos imprescindíveis para se proteger. Para todas(os) as(os) catadoras(es), mas especialmente para quem trabalha nas ruas,

os riscos químicos se manifestam por meio do possível contato com pesticidas, baterias e pilhas, tintas, produtos de limpeza e medicamentos, enquanto os riscos biológicos se evidenciam pelo contato com agulhas e seringas, curativos, papel higiênico, fraldas descartáveis, animais mortos (gato, cachorro, rato), fezes, urina e até fetos humanos presentes no lixo (Garlon; Marziale, 2016, p. 182).

Todas(os) sabem da importância da **utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, porém *não possuem acesso e nem investimento público* para que trabalhem com o mínimo de segurança. A falta de luvas, máscaras e equipamentos básicos de higiene não é um simples detalhe, mas um reflexo da desigualdade social que define as condições de vida de quem vive à margem. O que deveria ser uma exigência mínima para qualquer trabalhador(a), um ambiente de trabalho seguro e saudável, se torna, para as entrevistadas e tantas(os) outras(os), uma impossibilidade.

O acesso aos equipamentos de proteção individual (EPIs), do tipo luvas e máscaras, é muito raro nesta atividade, principalmente nos grupos menos organizados e com pouco apoio do governo local. Quando disponibilizados, na maioria das vezes os catadores não os utilizam. [...] os catadores informais de materiais recicláveis reforçam esses resultados. Uma das razões é que as luvas disponíveis dificultam a sensação tátil necessária para identificar as diferentes qualidades dos materiais, obstaculizando, portanto, a classificação (Gutberlet et al., 2016, p. 207).

Ao colocar essa realidade em palavras, Zélia dá uma lição amarga sobre a precarização do trabalho. A catação, que deveria ser uma atividade respeitada e regulamentada, se torna uma jornada de resistência, onde a segurança é um luxo inacessível. Não é a falta de vontade, mas a falta de condições que impede as(os) catadoras(es) de se protegerem. Falta de apoio do poder público também, principalmente para quem trabalha nas ruas. O risco de doenças, o desgaste do corpo, a exposição a materiais perigosos, tudo isso se soma a uma luta silenciosa que, ao invés de ser minimizada ou combatida, é ignorada por um sistema que não vê o valor de quem está fazendo o trabalho pesado e essencial.

A maioria das entrevistadas possuem como único instrumento de trabalho a gaiota. Referindo-se ao que seria necessário para **melhorar o trabalho da ca-**

tação, Dilma descreve: *“Um boné né, para gente trabalhar, para melhorar e assim uma gaiota mais leviana porque são muito pesadas”*. São equipamentos simples, e apesar de insuficientes para conter de fato riscos de contaminação e melhorar a situação de trabalho, fariam diferença no cotidiano de muitas pessoas, entretanto, como Zélia expôs, não são acessíveis e também não são disponibilizadas pelo poder público.

A luta por melhores condições de trabalho para toda a categoria de catadoras(es) de materiais recicláveis ocorre através da organização coletiva de trabalhadoras(es), por meio de **cooperativas ou associações**, deixando o trabalho individualizado na coleta de materiais recicláveis, para o trabalho conjunto e cooperado, o qual é marcado pela busca de melhores condições de trabalho (Magni, Günther, 2014) e cobertura dos direitos trabalhistas.

Em 2010 foi instituída a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305**, a qual colaborou com o aumento da visibilidade destinado ao trabalho da catção e incentiva a criação de cooperativas e outras formas de associação formadas por catadoras(es) de materiais recicláveis nos municípios brasileiros (Brasil, 2010).

Guarapuava não conta hoje com nenhuma cooperativa formada e organizada de fato por catadoras(es) de materiais recicláveis. De acordo com informações presentes na página i-política, onde são informados votos das vereadoras e vereadores do município e como está sendo investido o dinheiro público, em 2022, a Vereadora Professora Terezinha propôs como adição ao Projeto de Lei Ordinária nº 060/2022, recursos para a aquisição de 175 carrinhos elétricos para uso de pessoas que trabalham na catção. Diante do número de catadoras(es) no município de Guarapuava, 716 pessoas (Esperançar, 2021)¹, essa quantidade abrangeria cerca de 20% das(os) trabalhadoras(es), mas mesmo sendo esse um número baixo diante do total de trabalhadoras(es), a proposta foi rejeitada, mostrando o desca-so dos(as) representantes públicos com a categoria. As mulheres que trabalham na catção relatam passar horas durante o dia carregando as gaiotas.

O **ciclo da coleta seletiva**, de maneira geral, *inicia com a geração de resíduos e tem fim no ciclo produtivo industrial* (Agostini; Busato, 2022). Já em relação ao **ciclo de reciclagem realizado pelas entrevistadas cotidianamente**, cada mulher descreveu uma maneira de realizar o trabalho, mantendo, ainda assim, certa similaridade, realizando o *ciclo de sair, coletar os materiais, voltar, separar os materiais, armazenar e então entregar para o intermediário - ou atravessador -*, existindo especificidades de acordo com cada trabalhadora.

Ao dialogarmos sobre os **cotidianos de trabalho na catção e os ciclos da reciclagem individuais**, em relação às perguntas sobre *quantas horas trabalham por dia na coleta de materiais recicláveis, quantos dias durante a semana, qual é o ciclo do trabalho da reciclagem desempenhado pelas catadoras e como é feita a separação dos materiais (triagem)*, tivemos as seguintes respostas:

Eu trabalho três vezes na semana. Na segunda e na terça que eu vou, e nos sábados, só.

[...]

Eu vou oito horas, nove horas, e eu venho umas três horas, por aí.

¹ “Informação disponibilizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, de fevereiro de 2020” (Esperançar, 2021).

[...]

Ah agora eu não estou separando, só tiro o lixo, e o resto do material vai tudo junto, só tiro as latinhas né. Porque eu entrego tudo misturado, como misto daí, vai tudo junto, só as latinhas que eu tiro. (Dilma).

Eu saio, seis e meia da casa, eu trago bem cheinho pela boca, daí eu amarro ele, junto mais, vou juntando até chegar na casa.

[...]

Da manhã. Daí eu chego umas duas, três horas da tarde na casa. Com fome, com sede, com tudo.

[...]

Vou todo dia [...]

[...]

Separo tudo. Porque eu nos lixo já tenho os baldes lá que eu tenho, né, que eu achei esses baldão grandes. Esses que é lixo eu ponho tudo no coisa de lixo mesmo. Daí eu ponho um plástico grande que eu tenho para pôr os lixos. (Izabela).

Só vou de manhã quando está fresco se não vou de tarde, não sei quantas horas é, a gente não fica o dia inteiro, quando a gente vai, vai de manhã e já enche o carrinho e já vem para casa.

[...]

É, tem que separar tudo, separar tudo na casa. (Eduarda).

Sim, nós precisamos coletar, depois nós classificamos né, vem a classificação, pra poder depois vender né. Então, ele é sofrido por causa disso né. Tem que sair, tem que andar bastante. Tem vezes que é, que é difícil de encontrar material. Depois chegamos na casa e classificamos para poder estar enchendo os bags², para poder entregar. (Luciana).

Agora no momento eu estou vendendo tudo misturado. Eu trago, coloco no bag e vendo misturado.

[..]

Aham. Daí meu pai recicla e entrega para o João.

[..]

Aham. Por causa do espaço. Que aqui a gente não tem espaço para colocar muito.

[...]

Aham, o meu pai que separa e daí nós dividimos a carga. (Maria).

Na rua eu saía das oito até uma hora, duas horas a gente chegava na casa, carregado.

[...]

Nós íamos todos os dias.

[...]

Nós saía, coletava, daí chegava em casa e de tarde nós íamos

² Embalagens utilizadas para armazenamento, coleta e transporte de materiais recicláveis.

separar. (Terezinha).

Cerca de umas duas a três horas. Porque a gente não faz um percurso muito longo por causa do meu marido ser doente. Então a gente não tem como passar o dia recolhendo material. A gente faz mais no redor, ou na Vila Carli ali né, que é o lugar que a gente pegava antes quando morava no Paz e Bem né.

[...]

A gente chega, normalmente com fome né. Então a gente vai, descansa um pouco, come alguma coisa e daí de tarde, como você está vendo agora, que meu esposo separa, quando abaixa o sol. Porque no sol é muito difícil para a gente estar trabalhando, por isso que a gente já sai cedo, quando esquentar a gente chega, descansa, faz as tarefas da casa, e a tarde antes de entrar para jantar e tomar banho, já descarrega o carrinho.

[...]

Aqui em casa. Aham. A gente faz aqui, armazena aqui os recicláveis. Você viu né, que é organizado. O nosso pátio não é sujo de lixarada. Tem uma baguncinha ou outra, mas nada que seja lixo jogado por tudo. Nada que acumule dengue. Tudo certinho. A casa também. Procuro ao máximo deixar limpinha né. Porque a gente chega cansada também né. Mas ao menos o básico eu faço. (Zélia).

Os referidos trechos são pertinentes para compreendermos um pouco do trabalho das(os) catadoras(es). A catação de materiais recicláveis, além de ser um instrumento do sistema capitalista para conter as consequências da produção em massa, também, se torna uma forma de movimentar uma grande indústria e ainda lucrar com isso, a **indústria da reciclagem**. Para isso, o sistema explora toda essa força de trabalho que sustenta, mantém e alimenta a reciclagem.

A autora Priscila Rosa Bandeira da Costa (2018), discorre sobre a **cadeia da reciclagem**, no artigo “O papel do catador de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem”. A mesma traz uma **pirâmide** descrita por Demajorovic e Lima (2013), para retratar as desigualdades de inserção das(os) catadoras(es) na cadeia de reciclagem. Na base estão as(os) trabalhadoras(es) autônomas(os) da catação, que coletam e enviam a maior quantidade de resíduos para a reciclagem. No primeiro nível estão as cooperativas e pequenos sucateiros que recebem ou compram os materiais das(os) catadoras(es) e os vendem para os que estão em níveis intermediários superiores. No segundo nível estão as organizações que conseguem processar e estocar mais materiais. O terceiro nível é formado por grandes sucateiros e aparistas, os quais trabalham com aparas de papel. O último nível da pirâmide é constituído por empresas de reciclagem, responsáveis por transformarem os materiais e os comercializarem para as indústrias. Como destacado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, “[...] hoje, esse é o retrato da cadeia produtiva no Brasil, da qual os catadores são agentes principais, mas também os que menos se beneficiam dela” (MNCR, 2012, p. 423 *apud* Costa, 2018, p. 188).

Um fator na catação que não é fixo é para quem as(os) trabalhadoras(es) entregam os materiais. O primeiro nível da pirâmide citada por Costa (2018), diz respeito aos(às) intermediários(as) ou atravessadores(as). Entre as entrevistadas *algumas entregam sempre para o mesmo intermediário, enquanto outras cos-*

tumam variar, sendo um dos motivos considerar quem no momento pague melhor.

Agora a gente vai entregar para a “cooperativa”. A gente não tem a pessoa certa. É geralmente quem está pagando melhor. Que a gente vê quem está pagando melhor que a gente entrega. Porque o material agora vai baixar também. (Entrevistada³).

A entrevistada justifica contando que apesar de os(as) intermediários(as) normalmente terem preços fixos, **eles(as) costumam interferir na hora de pesar o material.**

Não, nem um pouco. Até porque tem muitos, eu não vou falar nome de ninguém né, mas por diversas situações em diversos lugares. Não é em um lugar, numa firma só ou em um lugar só. Tem várias situações de você levar a primeira vez e eles pagarem certinho, e já você levar uma carga grande outras vezes e eles lograrem a metade. Então é bem difícil, porque a pessoa já está sofrendo, puxando peso, no sol, às vezes com fome, precisando das coisas e ainda é tão injusto né, as pessoas roubarem da gente, que estão roubando de uma pessoa pobre, uma pessoa que precisa [...]. (Entrevistada).

Eles até tem o preço fixo, mas na hora de pesar eles roubam. Eles sempre roubam. Eles agradam a primeira, as duas primeiras vezes, a primeira vez. E as próximas eles já começam a roubar. Por isso eu e o meu marido nunca ficamos vendendo em um lugar só. Agora que vamos experimentar vender para essa “cooperativa” para ver se vai ser um preço bom, se vai continuar sendo bom. Porque o material agora tá abaixando. (Entrevistada).

É comum ser utilizado entre as(os) trabalhadoras(es) da catação o termo **“roubando na balança”**, para designar um artifício utilizado pelos(as) atravessadores(as), que modificam a regulação da balança, para pesar menos que o real e ludibriar as(os) catadoras(es). Outra situação comum é o **pagamento à vista**, o qual cria a ilusão de que sempre terá dinheiro, todavia tira a possibilidade de planejamento financeiro, reforçando as necessidades pautadas pelo imediatismo (Ribeiro; Nardi; Machado, 2012).

A entrevistada levanta um importantíssimo ponto, que é a **superexploração** que as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis vivenciam. A *superexploração* é uma categoria que deriva da exploração, a qual na teoria marxista ocorre quando o valor do trabalho humano acrescentado às mercadorias, não é totalmente pago pelo(a) capitalista, apropriando-se do trabalho excedente. Ruy Mauro Marini, partiu desse conceito e o aplicou à história da América Latina, “[...] concluiu que, nas economias dependentes, a exploração assumiu uma função especial na busca, pela burguesia nativa, de uma compensação pela desigualdade dos termos de troca com as nações economicamente desenvolvidas” (Filho, 2017, s/p). O autor definiu três pressupostos da superexploração: prolongar a jornada de tra-

3 Como citado na introdução, sempre que observamos que a fala possa causar algum prejuízo à quem está concedendo a entrevista, a mesma será nominada de entrevistada. Isso porque mesmo que sejam utilizados nomes fictícios, são descritas as características das mulheres. Buscamos, assim, não causar qualquer tipo de malefício às participantes da pesquisa.

balho, intensificar o trabalho durante a jornada e reduzir o salário abaixo do valor da força de trabalho (Filho, 2017).

Sendo questionadas sobre **acharem justo o valor que recebem em comparação à quantia que trabalham**, tivemos as seguintes respostas:

Não, eu não acho né, é muito pouco, a gente não ganha o suficiente, ganha muito pouquinho, a gente cansa de fazer isso e não ganha muita coisa daí fico pensando, tinha que ganhar mais, eles tinham que pagar mais para gente, mas não pagam né, então é isso aí. (Eduarda).

Pois na verdade não né. Por causa que, tipo não valorizam o sofrimento da gente. Por causa que ser catadora de reciclado ele é sofrido. Ele não é assim né, para ir lá e buscar e trazer e entregar né. Por causa que tem bastante processo. Nós temos que sair, às vezes no sol, às vezes na chuva, né, para poder tá coletando material. Então não é justo, não acho um preço justo. E daí cada vez que a gente vai entregar abaixo tal coisa. “A abaixou o papelão, abaixou o pet”, então não tem aquele valor definitivo, que você possa contar com aquele valor. “A eu vou entregar e vai dar tanto.” Então você não tem aquele valor definitivo. Tem vezes que dá mais, tem vezes que dá menos. E é assim por diante. (Luciana).

Não, nós ganhava assim, até pagavam bem no começo, não tinha o que reclamar. Não era um salário, mas era uma quantia boa que nós sustentava a vida né. (Terezinha).

Uma das entrevistadas citou a média de quanto recebe pelos materiais, sendo que trabalha de segunda a sexta e sempre volta para casa quando enche o carrinho. *“Porque eu pego de segunda a sexta e daí eu deixo cheio né. E daí eu vou e faço mais uma caminhada de segunda até sexta de novo. Daí na terceira sexta eu vendo tudo. Daí dá 450, tudo.”* Recebendo o equivalente a 150,00 por semana, lembrando que esse não é um salário fixo. De acordo com ela, a quantia que recebe hoje está muito boa comparada aos valores que recebeu em outras situações: *“Ali onde eu vendo o material, ali o homem paga muito bem para mim, sabe? Porque ali na vila, onde eu vendia para o Reginaldo, ele não dava nem 200 menina, nem 100 não dava, era só uns 30 ou 40 reais, e o que que eu vou fazer com 40 reais?”*

Mesmo trabalhando por longas horas e fazendo o trabalho mais pesado do ciclo de reciclagem, as(os) catadoras(es) são as(os) que menos ganham nesse processo. As(os) trabalhadoras(es) sustentam todo o sistema da reciclagem, mesmo assim ganham o mínimo do lucro que esse trabalho irá gerar. Elas são alienadas(os) do produto do seu próprio trabalho, permanecendo, assim, em situação de miséria e vulnerabilidade social, fica escancarado através da catação de materiais recicláveis o quão desumanizador e exploratório é esse sistema, que suga ao máximo aquelas(es) que o sustentam e tudo isso para obtenção de um lucro que irá para as mãos de poucos(as).

Karl Marx (1980), analisa o trabalho como essência para o desenvolvimento do ser humano, sendo que quando o mesmo modifica a natureza através do trabalho, ele mesmo é modificado por ela, estabelecendo um processo constante de interação, incentivando estágios cada vez mais elevados de desenvolvimento humano. Entretanto, no trabalho alienado (Marx, 1964) não é isso que acontece,

pois, o mesmo impede esse desenvolvimento e oprime cada vez mais o(a) trabalhador(a), o(a) colocando apenas como um instrumento para o aumento da produção de riquezas na sociedade capitalista. Dessa forma, ao invés de incentivar o desenvolvimento do(da) trabalhador(a), ele atua no sentido de desumanizar o mesmo, mas o trabalhador precisa permanecer nessa condição porque é do trabalho que vem a possibilidade de sobrevivência no sistema econômico ordenado pelo capital (Luz, 2008).

O **trabalho alienado** é fundamental para compreender, através da argumentação de Marx (1964), as relações que ocorrem entre trabalho e capital no sistema econômico vigente, e também para mostrar “[...] em que medida o próprio trabalhador se relaciona com o seu trabalho, consigo mesmo e com os demais seres humanos” (Luz, 2008, p. 22).

Em Manuscritos Econômicos-Filosóficos, Marx (1964), busca responder o porquê o mesmo trabalhador que gera o aumento de riquezas, não acessa essas riquezas, nem ao menos para desenvolver as suas próprias capacidades (Luz, 2008).

Principiamos com os pressupostos da economia política. Aceitamos a sua terminologia e as suas leis. Pressupusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, como também dos salários, lucro de capital e renda, e ainda a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia política, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção (Marx, 1964, p. 157).

De acordo com Marx (1964), o trabalhador é reduzido à condição de mercadoria, o seu trabalho é objetificado e esse objeto que produz se torna para ele um ser estranho. O fruto do seu trabalho é tomado pelo capital e, como já discutido anteriormente, ocorre a alienação. Os(as) trabalhadores(as) ficam privados(as) do acesso não só aos objetos, bens e serviços que necessitam para a vida, mas também que precisam para trabalhar. E quanto mais produzem, menos acesso têm àqueles produtos, os quais se tornam uma “[...] força hostil e antagônica a ele” (Marx, 1964, p. 160).

O que percebemos é que a resistência pulsa no coração das(os) catadoras(es), mesmo diante de tantos desafios. A vida, no seu sentido mais puro e profundo, é resistência. Ela não se rende à adversidade, à miséria imposta, nem à indiferença de uma sociedade que muitas vezes prefere virar a cara para quem não se encaixa em seus moldes. A catação, como um trabalho que muitos olham com desdém, é na verdade um espaço de coragem. É através dela que essas(es) trabalhadoras(es) constroem sua própria dignidade, dia após dia, no chão das cidades que parecem ignorá-las(os).

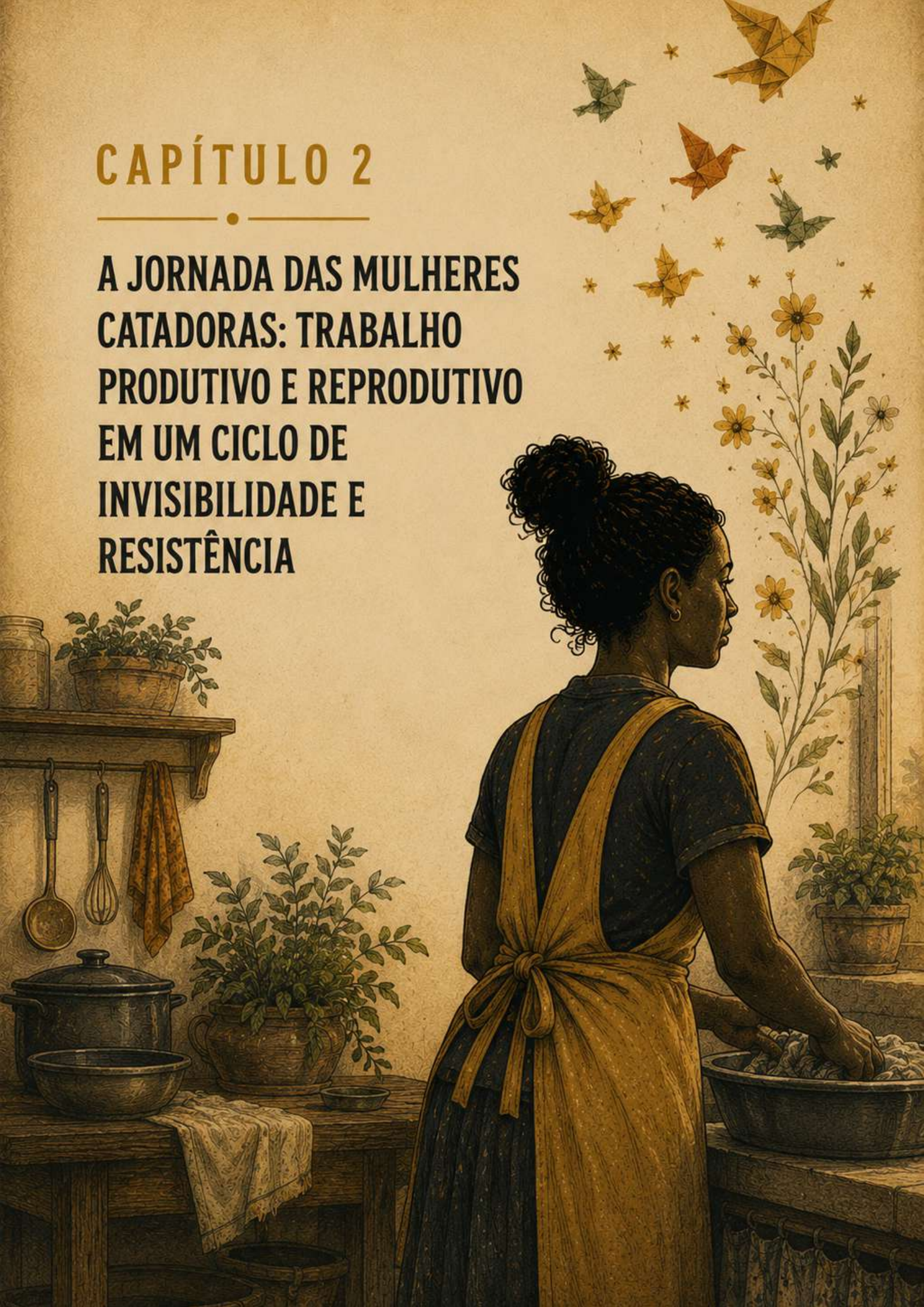
E, desta maneira no cotidiano das(os) catadoras(es), através do sofrimento, há uma força transformadora, uma reexistência que nasce do próprio ato de lutar. Essa dor, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, é ressignificada, não como um peso insuportável, mas como uma matéria-prima para a construção de algo novo, de algo que persiste. A catação aqui deixa de ser apenas uma prática de recolhimento de resíduos para se tornar um símbolo de afirmação da exis-

tência, de reutilização não apenas dos materiais encontrados, mas também da própria vida e do próprio trabalho.

Essas mulheres, ao lidarem com o lixo, acabam, por um paradoxo profundo, criando novas formas de vida e de trabalho. Cada pedaço de material reciclado é como fragmentos das estratégias diárias de sobrevivência sendo reconstituídos. Elas transformam os restos do mundo em possibilidades, renovando, ao mesmo tempo, sua relação com a cidade e com o que é considerado descartável.

CAPÍTULO 2

A JORNADA DAS MULHERES CATADORAS: TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO EM UM CICLO DE INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA



Eu cheguei do serviço, tirei todas as coisas do meu carrinho, cheguei na casa, limpei tudo a casa, limpei banheiro e fiz almoço ainda. E o Miguel chegou já foi direto para o sofá para deitar. Por quê? (Izabela).

A indagação de Izabela, mais do que um desabafo individual, cabe como uma provocação profunda sobre como a sociedade naturalizou a ideia de que os trabalhos domésticos e de cuidados são responsabilidades exclusivamente das mulheres. Embora o cuidado seja uma necessidade humana universal, que vai da infância à velhice, a estrutura capitalista e patriarcal construiu a visão de que essas tarefas são um dever feminino, um fardo invisível e, quase sempre, inquestionável. Esse trabalho, que acontece nos espaços privados, muitas vezes se perde nas sombras da falta de reconhecimento, apesar de sua centralidade para o funcionamento de tudo à nossa volta.

Esta reflexão nos convida a perceber que o trabalho reprodutivo - o qual envolve os trabalhos domésticos, o cuidado com as crianças, a educação, o suporte emocional e físico dado a todos aqueles que participam do sistema -, que não aparece nos gráficos e cálculos da economia, é o alicerce sobre o qual repousa a força de trabalho que move o mercado. Contudo, o capitalismo e as teorias tradicionais muitas vezes preferem silenciar esse labor, tratando-o como algo além do econômico, algo natural, um simples ato de amor ou um instinto biológico. Ao fazer isso, escondem uma exploração velada, que não é reconhecida e nem remunerada, embora seja a energia vital que sustenta tanto a reprodução da vida quanto o próprio sistema.

Neste capítulo problematizamos os trabalhos domésticos e de cuidados, através de escritos feministas marxistas, relacionando-os às entrevistas concedidas pelas catadoras de materiais recicláveis, através de trechos que abordam trabalhos desenvolvidos no âmbito privado.

A partir de uma análise interseccional, este capítulo revela que as opressões de gênero tornam-se ainda mais agudas para mulheres negras e pobres, que carregam o peso de múltiplas desigualdades. Essas mulheres, muitas vezes, ocupam os espaços mais vulneráveis da sociedade, enfrentando jornadas intermináveis, sem apoio ou valorização. O trabalho delas, seja na gestão do lar ou na catação de materiais recicláveis, é sistematicamente invisibilizado, enquanto elas se dividem entre o trabalho doméstico, os cuidados familiares e a busca por sobrevivência através do mercado informal.

O objetivo deste capítulo é apresentar as narrativas das mulheres catadoras de materiais recicláveis, cujas histórias e experiências nos permitem compreender de maneira mais profunda como a dupla jornada, a invisibilidade do trabalho de cuidados e as condições precárias de vida impactam sua autonomia, saúde e inclusão social. Ao mergulharmos nessas experiências, buscamos não apenas entender os desafios que elas enfrentam, mas também celebrar suas resistências, suas estratégias de sobrevivência e suas redes de solidariedade. Estas mulheres, muitas vezes esquecidas pelo Estado, **criam laços profundos entre si, sustentando umas às outras em um esforço contínuo para encontrar, na força coletiva, a coragem de continuar.**

2.1 Desafios e invisibilidade: o trabalho doméstico e de cuidado no contexto capitalista

O questionamento trazido por Izabel, e citado no início desse capítulo, é uma pergunta que com toda a certeza em algum momento da vida, cada mulher já fez.

- Por quê?

Por que a responsabilidade dos trabalhos reprodutivos são colocados sobre nós, mulheres, se todas as pessoas são beneficiadas e precisam deles para sobreviverem?

Por que somos nós as responsáveis por limpar, lavar, passar, cozinhar e realizar os **trabalhos domésticos** que permeiam o nosso cotidiano? Ainda que trabalhemos tanto quanto, e às vezes até mais do que, os homens com quem convivemos, é socialmente aceito que, ao chegarmos em casa, devemos assumir a maior parte das responsabilidades acumuladas dentro do lar.

E quanto aos **trabalhos de cuidados**? Desde o nascimento até a morte, todas as pessoas necessitam de assistência e atenção. Mesmo alguém no auge da juventude e em plenas condições de saúde, depende de práticas de autocuidado para manter a vida cotidiana. Alimentar-se, higienizar-se, descansar. Mas por que essas tarefas, quando direcionados a outra pessoa - cônjuge, filhos(as), idosos(as), pessoas com deficiência -, são atribuídas como nossas responsabilidades?

Embora a teoria marxista busque ser uma força revolucionária, rompendo com as desigualdades impostas pela ordem do capital, por qual motivo ela ainda silencia sobre os trabalhos não remunerados que, sistematicamente, são atribuídos a nós mulheres? Ao definir como trabalho apenas aquilo que gera lucro, a teoria acaba, de certa forma, ecoando a lógica do próprio sistema capitalista, que desvaloriza as tarefas que não se mede em números, mas que, na verdade, são o alicerce silencioso de toda a vida cotidiana; e que tornam os outros trabalhos possíveis (Marie; Ferreira, 2021).

Assim, para além da exploração do trabalho assalariado, existe a do trabalho não remunerado, cuja ausência de salário disfarça a profundidade dessa exploração (Federici, 2019).

Silvia Federici é professora, escritora e ativista feminista marxista, que traz luz à discussão sobre gênero e o sistema capitalista. A autora destaca a grande fundamentalidade do trabalho de Karl Marx para a análise do capitalismo, todavia, problematiza o caráter excludente dos escritos do filósofo no que diz respeito aos aspectos da luta por justiça social, especialmente se referindo ao machismo e ao racismo. De acordo com Federici (2021, p. 9), Marx denunciou as relações patriarcais e o racismo na Primeira Internacional¹, “No entanto, não temos em sua obra uma análise da função dos diferentes regimes laborais e hierarquias criados pelo desenvolvimento capitalista, ao longo de sua história, com base nas relações raciais e de gênero”.

¹ A Primeira Internacional, ou Associação dos Trabalhadores, foi uma organização fundada em 1864, em Londres, com objetivo de articular a classe trabalhadora, reunindo diversas correntes do movimento operário, para promover a emancipação da classe (Musto, 2014).

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2008) mencionam diferenças entre o salário de homens, mulheres e crianças, ainda assim, sem aprofundamento, revelando um distanciamento em relação à temática de gênero. Inicialmente, os autores diferenciam mulheres e crianças dos homens, afirmando que as funções que exigem menor habilidade e força são destinadas ao primeiro grupo. Nesse contexto, com o avanço da industrialização, o trabalho masculino é suplantado por mão de obra mais barata. Em seguida afirmam que, “As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo” (Marx; Engels, 2008, p. 5).

Para que possamos pensar na superação do conjunto de desigualdades que estruturam o atual sistema, é preciso compreendê-lo em sua totalidade, através da análise referente às dimensões de gênero e raça, a fim de refletirmos sobre as relações hierárquicas e desiguais que estão nas raízes deste modelo econômico.

O capitalismo utilizou da própria classe trabalhadora para perpetuação de políticas machistas, racistas, classistas e colonizadoras, que culminaram em uma dependência disciplinadora e auxiliaram em sua reprodução até os dias atuais. À custa dos trabalhos realizados pelas mulheres, os homens têm recuperado a força que perdem durante os cotidianos de serviço - nos quais são explorados fisicamente, intelectualmente e emocionalmente -, e é isso que muito provavelmente tenha contido revoluções (Federici, 2019).

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso labor gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia pelo salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (Federici, 2021, p. 29).

A autora feminista marxista nos revela a profundidade invisível e estruturante dos **trabalhos domésticos**, fazendo-nos refletir sobre como o labor feminino constitui a base que sustenta o próprio funcionamento do sistema capitalista. Somos convidadas a olhar para a totalidade dessa jornada e a entender que, apesar de não resultar diretamente em um salário, ela gera o que é, de fato, o produto mais valioso para o capitalismo: a **força de trabalho**.

O trabalho doméstico não se limita a manter a casa organizada ou os(as) filhos(as) alimentados; mas é, fundamentalmente, um processo de reprodução da própria força de trabalho que alimenta as engrenagens do capitalismo. Ele prepara, cuida e mantém aqueles que sairão para batalhar no âmbito público assalariado.

Federici (2021) destaca a ironia de que enquanto o capitalismo valoriza o trabalho produtivo que gera lucro, ele desconsidera a sua própria necessidade

de manutenção, a qual depende dos esforços de milhões de mulheres através do trabalho reprodutivo. Ao refletir sobre isso, somos chamadas a questionar o que realmente é considerado trabalho e a perceber o quanto os trabalhos doméstico e de cuidados, os quais costumam ser desempenhados de forma cuidadosa e emocional, são essenciais.

Em períodos anteriores, via de regra, a divisão sexual do trabalho apresentava contornos mais delineados: aos homens cabiam as atividades fora de casa, enquanto às mulheres eram atribuídas as de dentro do lar. Elas permaneciam restritas ao âmbito privado e eles ao âmbito público, sendo os responsáveis pelos afazeres econômicos e políticos. Durante séculos, as mulheres foram silenciadas no interior de suas casas - processo que como abordaremos adiante, é atravessado por marcadores de classe e raça. Não obstante, hoje, apesar de ocuparmos também o espaço público, culturalmente continua sendo nossa responsabilidade os trabalhos do lar. Como citado por Federici (2021, p. 29), as mulheres servem aos homens “[...] em termos físicos, emocionais e sexuais [...]”, sustentando a mão de obra de todo esse sistema, sem receberem nada por isso. Assim, embora o patriarcado seja mais antigo que o capitalismo, o capitalismo fez, e faz, uso do patriarcado para a sua própria perpetuação.

Neste contexto, percebemos a natureza insidiosa da violência que o sistema capitalista exerce sobre a classe trabalhadora, especialmente sobre as mulheres, por meio do trabalho doméstico. Federici (2019, p. 42) o descreve como a “[...] manipulação mais disseminada [...]” e a “[...] violência mais sutil [...]” que o sistema capitalista já exerceu contra a classe trabalhadora.

Quando Federici (2021) fala da violência mais sutil, diz respeito ao fato de que essa exploração não se dá de forma explícita e brutal, mas de maneira disfarçada, por meio da falta de reconhecimento, da ausência de remuneração e do silenciamento daquelas que o realizam. Essa violência é ocultada, internalizada, induzindo mulheres a aceitarem essas tarefas como algo intrínseco à sua condição, sem perceber a exploração sistemática em que estão inseridas.

O trabalho doméstico é uma das formas mais eficazes de controle social, econômico e de gênero, colocando em questão a própria estrutura do capitalismo, que se perpetua em grande parte à custa da exploração do trabalho feminino, mantendo o ciclo de reprodução social e econômica sem ser desafiado. Isso implica uma reflexão sobre as formas de resistência a essa violência silenciosa e como podemos dar visibilidade e valor ao trabalho desempenhado pelas mulheres, crucial para a manutenção do mundo (Federici, 2021).

De acordo com Federici (2021), mesmo que a relação entre trabalhador(a) e capital seja exploratória e mistificada, o salário dá uma impressão de negócio justo, quando na verdade ele oculta o trabalho que não é pago e se transforma em lucro. Ao menos, o salário constitui uma forma de ser visto, além de caracterizar um meio de barganha e de possibilidade de luta referente aos termos e quantidades que dizem respeito ao exercício do mesmo. Assim, quem tem um salário faz parte de um contrato social, significando estar inserido(a) na condição que o(a) trabalhador(a) está autorizado(a) a viver.

Já o trabalho doméstico, foi transformado “[...] em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (Federici, 2019, p. 42). A sociedade faz com que acreditemos que esse trabalho é inerente a

nós, mulheres, algo que surge de forma espontânea, quando, na verdade, é uma construção social que serve para manter o status quo e a ordem capitalista.

Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora” [...] (Federici, 2019, p. 44).

Essa realidade gera um fluxo em que os homens têm o seu trabalho explorado no âmbito público e ao chegarem em casa se beneficiam dos afazeres desempenhados pelas mulheres, as quais, por sua vez, têm seu trabalho explorado no próprio lar; a despeito disso, ao menos um desses trabalhos é relativamente reconhecido e remunerado.

Fomos ensinadas a ver o cuidado e a rotina doméstica como uma expressão de afeto, algo que não merece um preço ou um valor, como se amor e trabalho pudessem existir separadamente. O senso comum reforçou essa ideia, fazendo-nos acreditar que, no fim das contas, o trabalho doméstico não é, de fato, trabalho, mas algo que faz parte da nossa essência, como um dom que não deve ser contado, nem recompensado. E, nessa lógica, o que nos foi tirado foi o reconhecimento de nossa força, de nossa dedicação, de nossa capacidade de fazer, todos os dias, o que ninguém vê, o esforço invisível, que sustenta a vida (Guimarães; Hirata, 2020).

Em um sistema que reconhece apenas quem possui poder de compra, as mulheres foram por muito tempo completamente invisibilizadas. A presença do cônjuge, ao trazer o sustento, era tratado como um ato de generosidade, enquanto elas eram vistas como alguém que nada fazia, desconsiderando-se que a função de cuidar da casa, e das crianças e dependentes, também demanda esforços. “Elas não precisam trabalhar fora”, diziam, numa lógica que negava o valor do trabalho doméstico, naturalizando-o e tratando como um favor e não uma dedicação concreta. Essa desvalorização do trabalho feminino, somada à falta de reconhecimento e de remuneração, acabou por refletir também em ocupações no espaço público, onde o trabalho das mulheres permanece desvalorizado e mal remunerado, como se não merecesse mais do que o silêncio e a invisibilidade (Maruani, 2019).

Seguindo a linha de raciocínio, em que o trabalho doméstico é frequentemente encarado como um ato de amor, o **trabalho de cuidados** se insere nesse mesmo contexto, sendo visto como uma atividade voluntária, realizada por um impulso guiado pelo afeto que nasce de uma condição feminina, e não como uma atividade que exige esforço, tempo e dedicação. Qual mulher nunca foi de alguma maneira relacionada com o materno? Desde que somos crianças, ganhamos bonecas e aprendemos a cuidar delas como se fossem nossas filhas, sendo treinadas durante anos, para fazermos as funções que diz a sociedade serem nossas naturalmente, por que “que mulher não nasceu para ser mãe”?

A sociedade tende a minimizar ou até invisibilizar a relevância desse trabalho, associando-o à ideia de que cuidar do outro é uma função intrínseca à mulher, algo feito por amor, e não por uma responsabilidade social e econômica. Essa visão desvaloriza a dimensão do cuidado, ignorando o impacto que ele tem

na vida das mulheres, que frequentemente acumulam essa função com outras tarefas, seja dentro ou fora de casa, sem o devido reconhecimento ou compensação. O trabalho de cuidados, tal como o doméstico, é muitas vezes desconsiderado como trabalho efetivo, perpetuando a ideia de que a mulher deve ser a cuidadora por excelência, sem que isso seja reconhecido como uma função vital na sociedade, com as devidas condições de trabalho e remuneração (Kergoat, 2016).

A economia do cuidado tem se expandido em escala global, abrangendo tanto as atividades realizadas no âmbito doméstico - voltadas a crianças, idosos(as), pessoas com deficiência e indivíduos com algum tipo de dependência, seja ela real ou socialmente construída -, quanto também no campo profissional. Nesse último, tais atividades tendem a ser desvalorizadas e mal remuneradas, majoritariamente desempenhadas por mulheres, tendo raízes na divisão sexual do trabalho. Apesar de não ser reconhecida como funcional ao capital, ainda assim, é ele que mantém saudável e ativa a força produtiva para o referido sistema (Federici, 2019).

As formas de cuidar reestruturaram-se junto às mudanças organizacionais da sociedade. Foi fortalecida a divisão sexual do trabalho e a ideia de: “[...] homens provedores e mulheres cuidadoras” (Sousa; Guedes, 2016, s/p). Mulheres e homens passaram a ocupar papéis socialmente delimitados, que compuseram a identidade social conforme o sexo. Esses papéis decorrem do que a sociedade espera ser cumprido por cada gênero, estabelecendo o que pode ou não ser feito e a maneira como devem atuar. Nessa atribuição, quem fica responsabilizada pelos cuidados dos(as) dependentes é a mulher, especialmente, em relação aos(as) filhos(as). Mesmo quando exercem trabalho remunerado fora de casa, a elas é atribuído o dever de organizar, delegar e supervisionar o cuidado. Já nas classes dominantes², há maior probabilidade de delegação dos cuidados, no entanto, a responsabilidade de educar seus filhos(as) e de supervisionar o serviço contratado continua sendo feminina (Saffioti, 2001).

Elisabeth Badinter (1985), foi uma das primeiras autoras a questionar a visão romântica e idealizada do amor materno, aquele amor que se diz natural, inato, essencialmente feminino, como se toda mulher fosse, por sua natureza, feita para amar e cuidar de seus filhos. Ela nos provoca a pensar que esse amor não nasce com a mulher, mas se constrói, moldado pela sociedade, pelas expectativas que nos impõem, e pelas histórias que nos contam sobre o que é ser mãe. Para ela, o amor materno não é um instinto que se acende automaticamente no corpo da mulher com o nascimento de um filho, mas uma construção social, uma narrativa que fomos ensinadas a seguir, muitas vezes sem questionar.

Essa ideia do amor materno como algo imutável nos obriga a carregar, como um peso invisível, a responsabilidade por tudo o que envolve o cuidado, sem que isso seja reconhecido como trabalho real, mas como um sacrifício espontâneo, um ato de amor. Ao problematizar essa ideia, Badinter (1985) nos convida a refletir sobre como a sociedade transforma esse sentimento em um destino inevitável, sobrecarregando as mulheres e fazendo com que nossa dedicação seja vista como obrigação, e não como uma escolha. Sua análise abre espaço para compreender o amor de forma mais livre, consciente e justa, não como um fardo que define, mas como um sentimento que pode ser vivido de maneira equitativa, sem o peso da idealização que historicamente foi construído.

2 Classe que mantém o controle (domina) sobre os meios de produção.

Para Collin e Laborie (2009, p. 133-134), “No amor materno, não há, portanto, a evidência de um instinto, presente por toda a eternidade na natureza feminina: o que há é uma história.” Esse amor, que a mulher instintivamente precisa sentir pela sua prole, na verdade é mais uma artimanha para que as mulheres se casem, tenham filhos(as), cuidem desses(as) filhos(as). E, não vejam isso como um trabalho, por isso não recebem pelas infinitas horas dedicadas - quase sempre somente pelas mães - às crianças e, então, preparem mais mão de obra que sirva ao capital.

Destacamos que nossa problematização não diz respeito ao fato de as mulheres amarem seus/suas filhos(as), mas sim, à imposição de que nascem com um suposto dom natural para a maternidade. Quando, na realidade, são influenciadas desde a infância e preparadas ao longo da vida para esse papel e, com o nascimento dos(as) filhos(as), são também as mães quem, habitualmente, permanecem em casa assumindo os cuidados.

No caso daquelas inseridas em atividades informais, a situação se torna ainda mais complexa: ao interromperem suas atividades laborais para cuidar das crianças, ficam desprotegidas, já que não possuem acesso aos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, permanecem sem renda; outras se veem obrigadas a levá-las consigo; **ambas as situações ocorrem com muitas catadoras de materiais recicláveis** - no segundo caso, frequentemente enfrentam condições extremamente desgastantes, como carregar gaiotas durante a gestação ou levar os(as) filhos(as) ainda muito novos(as) para o trabalho. Isso acontece porque para comer, é necessário coletar material. Um dia sem coleta, reflete diretamente na renda da qual depende o sustento de toda a família.

Dessa forma, embora, em períodos anteriores, tenha sido naturalizado a mulher permanecer no lar, realizando os afazeres domésticos e cuidando dos(as) filhos(as) e demais dependentes, ainda hoje, mesmo diante de tantas mudanças sociais, somos nós que continuamos sendo responsabilizadas por essa dupla jornada de trabalhos, somada aos que realizamos fora de nossas casas.

2.2 Desigualdades em intersecção: gênero, raça e classe no mundo do trabalho

Como analisado, existe uma hierarquia moral relacionada ao valor destinado ao trabalho dos homens e das mulheres. Essa hierarquização que é separada por gênero, e que também, atravessa a questão racial, deve-se ao fato de que os trabalhos realizados pelos homens sempre foram pagos, enquanto os das mulheres não (Mota, 2018). Hoje, grande parte dos cargos em que a maioria das profissionais são mulheres, são os destinados a serviços que envolvem algum tipo de cuidado ou trabalhos domésticos, como as funções de diaristas, babás, cuidadoras, enfermeiras, pedagogas e assistentes sociais, trazendo resquícios do trabalho não pago, devido à baixa remuneração e precarização do trabalho feminino em geral.

Não sem razão, no Brasil, o afluxo feminino ao mercado tem uma dupla faceta, assentada num marcador de classe (Sorj e Fontes, 2013), que se imbrica consubstancialmente com evidências das de-

sigualdades raciais. Esse movimento se nutre tanto do afluxo das mulheres escolarizadas, majoritariamente brancas, que competem por postos melhor remunerados e protegidos, como do das mulheres escassamente escolarizadas, majoritariamente negras, que formam o enorme contingente de mais que 7 milhões de trabalhadoras domésticas, correspondendo a perto de 20% da força de trabalho feminina presente hoje no mercado brasileiro (Guimarães, 2016, p. 68-69 *apud* Mota, 2018, p. 148-149).

Não é possível compreendermos tais desigualdades sem olharmos para as **heranças do período escravocrata**, que ainda ditam quem ocupará a linha de frente dos trabalhos mais desvalorizados. Dados do estudo “O, Laboratório Think Olga de Exercícios de Futuro” (Think Olga, 2020), revelam que a cor da pele e o gênero funcionam como filtros de exclusão: De acordo com Organização Internacional do Trabalho (2020), 93% das trabalhadoras domésticas da América Latina e Caribe são mulheres, e esse dado é intensificado pela desigualdade racial no Brasil. Segundo as Estatísticas de gênero - indicadores das mulheres no Brasil (2018), a conclusão do ensino superior é efetivada por 10,4% das mulheres negras, em contrapartida, 23,5% das mulheres brancas conseguem o concluir. O IBGE mostra que 47,8% das mulheres negras possuem trabalho informal (2019a) e Gênero e Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista (2020) aponta que 58% das mulheres desempregadas durante a pandemia de COVID-19 são negras. Esses dados culminam no índice alarmante de que **no Brasil, 63% das casas que são chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza**. Tais números comprovam que, na luta contra o capital, existe uma indissociabilidade entre os atravessamentos de classe, raça e as opressões de gênero.

As mulheres negras estão na linha de frente dos cuidados há muito tempo, e as heranças coloniais conectam-se diretamente com a organização da economia do cuidado de hoje. A interseccionalidade entre classe, raça e gênero (Akotirene, 2019), é central para refletirmos sobre as disparidades sociais, pois enquanto as mulheres brancas começaram a conquistar espaço no mercado de trabalho, as mulheres negras e indígenas já estavam, há longa data, à margem, à mercê de um sistema que as subordinava, não apenas pelo seu gênero, mas também pela cor de sua pele e sua origem. O trabalho para elas não foi uma conquista, mas uma imposição cruel e contínua, marcado pela exploração, pelo desgaste e pelo esquecimento. Por séculos, elas foram escravizadas, forçadas a servir e trabalhar sem qualquer reconhecimento, ou estavam confinadas a empregos mal remunerados e desvalorizados. O que nos é revelado, então, é que a luta dessas mulheres, silenciada por tanto tempo, não apenas é pela sobrevivência, mas pela dignidade de seus corpos, de suas histórias e de seus direitos.

Não podemos pensar a classe trabalhadora como um bloco único de indivíduos, composto pelas mesmas necessidades e lutas; múltiplas são as camadas de opressão que se entrelaçam e ampliam as desigualdades sociais. Para além das condições econômicas, incide um peso extra de violência estrutural e simbólica, que se manifesta no dia a dia de maneira muitas vezes invisível, mas persistente (Almeida, 2019). O machismo e o racismo são, sem dúvida, forças que permeiam todas as classes; mas sua intensidade e impacto são desproporcionalmente maiores entre as camadas populares.

Ser mulher, negra e estar em situação de pobreza produz uma sobrecarga que aprofunda a vulnerabilidade. Para aquelas que se encontram nessa intersec-

ção, a luta contra o capital é apenas uma entre diversas frentes de enfrentamento (Akotirene, 2019), evidenciando a precisão de combater todas as formas de desigualdade e exclusão, que se potencializam quando se cruzam as dimensões de classe, raça e gênero.

As mulheres ocupam uma posição de menor autonomia e oportunidade de escolhas quando comparadas aos homens e, o mesmo acontece, entre as pertencentes às classes econômicas com maior renda em comparação às mais pobres. Dessa forma, a identidade, enquanto trabalhadoras, se enquadra em um padrão de dominação e opressão, “[...] se criam na relação entre uma posição subordinada (em relação aos homens) e uma posição privilegiada (em relação a outras mulheres)” (Mota, 2018, p. 148). Parte das mulheres, apesar de ocuparem uma posição de subalternidade frente aos homens, consegue, momentaneamente, escapar dessa situação por existirem mulheres em situação de maior vulnerabilidade que elas. Ao mesmo tempo em que cresce o número de mulheres com nível superior, também aumentam as que estão em condições precarizadas de sobrevivência, possibilitando que as primeiras passem parte da carga de subordinação para as segundas para que possam exercer atividades de melhor remuneração.

É fundamental analisarmos, dentro da luta feminista, as assimetrias existentes em relação a essas desigualdades, pois algumas mulheres, com nível superior, conseguem ingressar no mercado de trabalho e ocupar cargos mais altos, com salários melhores, muitas vezes equiparando-se aos recebidos por homens nas mesmas funções. Por outro lado, existem as que estão no mercado de trabalho, mas em funções menos privilegiadas, embora ainda representem uma melhoria em suas condições de vida. E, por fim, existem mulheres que nem ao menos conseguem ingressar nesse mercado, sendo obrigadas a permanecer em casa, dedicando-se integralmente aos trabalhos domésticos e ao cuidado da família (Mota, 2018). Socialmente todas nós, mulheres, temos os trabalhos reprodutivos impostos como uma obrigação, independente de raça ou classe social. Todavia, é diferente a forma como essa imposição se manifesta, variando para cada mulher, justamente em função dessas duas categorias.

Atualmente, além de a mulher desempenhar a maior parte das atividades domésticas, normalmente ser a responsável pelos cuidados dos(as) dependentes, fazer todo o trabalho que sustenta o funcionamento do capitalismo, sem ganhar nada, nós, também, estamos no âmbito público, realizando então triplas jornadas. É primordial o entendimento sobre o trabalho não remunerado, doméstico e de cuidados, desempenhado pelas mulheres na sociedade capitalista, já que esse trabalho é o alicerce para que todos os outros sejam desenvolvidos. A esquerda costumava somente lutar pelo direito de as mulheres ocuparem os espaços ditos públicos, entretanto, é essencial que sejam visualizados e valorizados os espaços que a tempos já ocupamos. Como citado por Federici (2019, p. 53):

Muitas de nós já quebramos essa barreira há muito tempo e descobrimos que o macacão de trabalho não nos dá mais poder do que o avental — muitas vezes, ainda menos, porque agora nós temos que vestir ambos e, por isso, nos sobrou menos tempo e energia para lutar contra eles. Precisamos evidenciar que o que nós já fazemos é trabalho, mostrar o que o capital está fazendo conosco e nossa força para lutar contra ele.

Não precisamos de mais tarefas, responsabilidades ou funções para acumularmos em nosso dia a dia. O que realmente precisamos é de um reconhecimento genuíno do valor do trabalho que já realizamos, seja ele no âmbito privado, dentro de nossas casas, ou no espaço público, em diversos setores. Precisamos que o trabalho das mulheres, em todas as suas formas, seja valorizado e respeitado (Federici, 2021). Isso inclui, evidentemente, o trabalho doméstico, os cuidados com a família, mas também os trabalhos profissionais em áreas que historicamente foram desvalorizadas e subestimadas, como a educação, a saúde e o cuidado social. O verdadeiro avanço não está em aumentar a carga de tarefas que já nos são impostas, mas em garantir que o que fazemos seja devidamente reconhecido e remunerado de forma justa.

O que se exige é que o trabalho de cuidado, a gestão da casa, a educação, e tantos outros serviços invisíveis, deixem de ser considerados como uma obrigação gratuita ou um favor, e passem a ser entendidos como o trabalho árduo e indispensável que são, com o devido valor econômico e social (Federici, 2021). A mudança real vem da compreensão de que não precisamos carregar sozinhas, como se fosse uma escolha, o peso do não reconhecimento. Precisamos, sim, de uma sociedade que seja capaz de enxergar que, para que todos prosperem, é crucial um sistema que assegure a justiça no trabalho e garanta sua devida remuneração, seja no espaço doméstico, seja nas instituições públicas e privadas, seja nos trabalhos informais, os quais são marcados pela ausência de direitos e pela precarização.

2.3 Trabalho sem pausa: a rotina invisível do cuidado doméstico e da catação de materiais recicláveis

A dupla jornada de trabalho doméstico e de cuidados, junto à catação de materiais recicláveis, revela uma realidade vivida por muitas mulheres que, além de cuidar do lar e dos seus, ainda buscam nos resíduos da cidade uma forma de garantir a própria sobrevivência. São mulheres que se dividem entre o carinho dos cuidados diários, entre a limpeza, o alimento, a atenção aos(as) filhos(as) e ao(a) parceiro(a), e a luta incansável nas ruas, catando materiais recicláveis que, por vezes, se tornam a única fonte de renda.

Através de suas falas, pudemos observar que os trabalhos domésticos e de cuidados são parte rotineira dos dias das entrevistadas, assumidos como suas responsabilidades. Conversando com a Terezinha, sobre os trabalhos cotidianos, ela trouxe a realidade de quando também coletava de materiais, e de hoje, que não realiza mais o trabalho externo, porque precisa cuidar do neto:

Bom, eu levantava cedo né, daí pegava e arrumava uma para ir para a escola. Daí eu ficava fazendo o almoço, dava de comer eles, daí mandava a outra para a escola à tarde e trazia aquela. Daí nós saímos reciclar. (Terezinha).

[...]

Tinha que cuidar das meninas, cuidar da casa, fazer janta e arrumar eles para dormir né, daí arrumar a gaiota, tudo, para nós sair no outro dia. (Terezinha).

Era muito cansativo? (Entrevistadora).

Era e é. (Terezinha).

Agora está mais tranquilo um pouco? (Entrevistadora).

É, mas é cansativo. (Terezinha).

Terezinha compartilha conosco um pouco de sua rotina, onde o cuidado, o amor e a luta pela sobrevivência se entrelaçam de maneira constante e incansável. Ela descreve seu dia com uma suavidade que disfarça o esforço imenso por trás de cada palavra: acordar cedo para cuidar das crianças, preparar as refeições, levar uma à escola, buscar a outra, e ainda sair para trabalhar, catando recicláveis. Cada ação é uma peça de um quebra-cabeça que nunca se encaixa completamente, porque nunca há tempo para descansar, para parar. Terezinha nos conta sua história com uma fluidez quase natural, mas é impossível não sentir o peso que carrega em cada frase. O “daí” que ela repete é como um suspiro que ecoa o cansaço de quem se vê presa a uma rotina que não permite pausa.

Quando questionada sobre o cansaço, sua resposta é curta, mas cheia de verdade: “Era e é”. O “era” revela um tempo em que talvez o peso fosse maior, mas o “é” confirma que, embora a vida tenha dado algum alívio, a sobrecarga não desaparece. O trabalho não tem fim, o cuidado não tem descanso, e o esforço continua, muitas vezes, sendo invisível para o mundo. Sua afirmação de que “é cansativo” no final da conversa nos lembra que, para muitas mulheres, o cansaço não é algo que passa, mas um fardo que se aprende a carregar.

Terezinha nos mostra a reexistência, e também a dureza do trabalho feminino. O cuidado com os filhos, a casa e a busca pela manutenção da vida, muitas vezes nas ruas, realizando o trabalho da catação, torna-se parte delas, embora permaneçam socialmente pouco reconhecidos. Sua história é um reflexo de tantas outras, onde o feminino é marcado pelo desgaste de uma jornada sem fim, que não é apenas física, mas também emocional e social.

Perguntando para as mulheres sobre a vida cotidiana, tivemos as seguintes respostas:

Acordo, limpo toda a casa primeiro, limpo as coisas dentro de casa, faço serviço e depois vou trabalhar, daí às vezes deixo um pouco para depois o resto, mas sempre a gente faz a primeira coisa deixar tudo em ordem, daí já saio pensando no serviço, já pensa no dia a dia da gente, que tem que fazer é obrigação, daí tem que trabalhar, aqui na casa e lá tem que ir, o que vai fazer. (Eduarda).

Eu limpo a casa, faço almoço. Se a Débora (filha) estiver dormindo com o nenenzinho (neto) lá, eu chego, que eu tenho duas chaves né, eu deixo uma chave lá dentro de casa, por causa do neném e ela e saio com a outra chave. Eu chego, faço comida, limpo a casa. Ai que eles começam a se acordar, a Débora. (Izabela).

Desde que eu acordo. Eu acordo, daí eu vou, eu levo a minha menininha pra escola, ou se não minha outra menina leva para a escola. Daí eu espero ela chegar, ela voltar, pra poder ir trabalhar. Daí eu trabalho na parte da manhã, daí quando é, tipo depois do meio dia eu já to na casa e daí nós ficamos aqui. Eu fico junto com eles, conversamos quando precisa. Ajudo elas a limpar a casa. Muitas vezes elas limpam né porque já estão mocinhas. E daí o neném também sabe. Agora normalmente o neném tá mais com elas né.

Por causa que a mãe chega cansada. Nós se ajudamos sabe, a nossa rotina é essa. Todo dia, nós se ajudamos. Nessa parte nós somos bem abençoadas. Eu tenho umas filhas abençoadas. Porque elas me ajudam bastante. (Luciana).

Á é meio corrido. Dai as vezes, até a noite tem que fazer pão, tem criança, daí chega a noite eu tenho que fazer pão, ou durante o dia tenta fazer o que der ali para ir trabalhar e vai levando. Dobra uma roupa, vem faz uma comida. (Maria).

Eu acordo, aí eu oro antes de levantar, sempre oro, oro a Deus antes de levantar. Daí vou ao banheiro. Tomo, não é sempre, às vezes a gente não liga de tomar café antes de sair. Aí a gente se arruma, troca o bebê, a gente se lava, se arruma e já sai, sai catar. É como te falei, a gente sai meio sem rumo, porque a gente não sabe quais os desafios que vai ter, se a gente vai encontrar material ou não, se as pessoas que te dão material vão estar na casa. [...] Aí a gente sai, cata, aí a gente cata até encher né, a gente vai até um certo ponto, a gente passa na minha mãe, na minha sogra, aí a gente almoça lá e daí a gente vem pra casa. Aí a gente vem pra casa, descansa, aí enquanto o marido e o bebê eu ponho para dormir, eu já lavo a louça, eu faço o básico como te falei, eu passo um paninho né. Porque a roupa o meu marido também me ajuda a lavar, no final de semana ele me ajuda a lavar, enquanto eu faço uma faxina mais reforçada na casa, tem o bebê também né, então a gente tem que se revezar, um ajuda o outro nessas questões da casa. Aí geralmente eu faço a janta, o café a gente quase não liga muito de tomar, como uma coisinha de tarde, mas bem tranquilo. (Zélia).

Essas falas representam a rotina de tantas mulheres que, dia após dia, se entregam ao trabalho doméstico e ao cuidado com a família, enquanto ainda buscam, muitas vezes, dar conta do trabalho fora de casa, na luta por sobreviver. Cada uma delas carrega uma história de dedicação, mas também de exaustão e de falta de tempo para si mesma.

Eduarda, por exemplo, com sua fala, nos mostra como o trabalho doméstico se torna, para muitas mulheres, uma obrigação incansável. Sua rotina começa cedo, com a limpeza e organização da casa, para só depois seguir com o trabalho remunerado. Ela expressa, que as tarefas não podem ser deixadas para depois, e que, há uma sensação de que tudo precisa ser feito para que a casa, a vida e os outros sigam funcionando.

Izabela, compartilha sua jornada: cuidar da casa, preparar o alimento, garantir que a filha e o neto estejam bem. A chave que ela menciona simboliza a responsabilidade que ela sente, como se fosse a guardiã de tudo, e a casa fosse um espaço que precisa ser mantido em ordem antes de poder seguir com sua vida. Cada tarefa parece ser uma extensão do seu amor, mas também da carga que recai sobre suas costas.

Luciana, em sua fala, encontra um alívio no apoio das filhas. Ela celebra a colaboração, o ato de se ajudar, mas o seu dia continua sendo uma maratona. O cuidado com as crianças, a casa, as tarefas diárias, tudo se mistura de uma forma quase que intransigente. A ajuda das filhas, como ela mesma diz, é uma bênção, mas a sobrecarga de responsabilidades não desaparece.

Maria, por sua vez, compartilha sua rotina acelerada, onde o tempo parece

não ser suficiente para tudo o que precisa ser feito. A imagem dela fazendo pão à noite, após um longo dia de trabalho e cuidados, é a expressão de um esforço que não termina e que não permite uma pausa verdadeira.

Já Zélia, ao contar seu dia, nos dá uma visão de uma rotina incerta e cheia de desafios. O trabalho de catação é imprevisível, ela nunca sabe o que o dia vai trazer, e isso adiciona uma camada de instabilidade à sua jornada. Sua oração antes de levantar, seu cuidado com o bebê, e o apoio do marido, que também se divide nas tarefas da casa, mostram que o esforço é compartilhado, mas ainda assim a carga recai, muitas vezes, sobre ela.

Essas falas, com suas dores e delicadezas, nos mostram o quanto o trabalho feminino multiplica-se e nunca tem fim (Maruani, 2019). Cada uma dessas mulheres carrega em si um oceano de responsabilidades, e sua luta diária muitas vezes é abafada, como se fosse algo esperado, natural. Elas se desdobram entre o cuidado com a casa, com os filhos, com o marido, e ainda precisam dar conta de suas vidas, de seus empregos, de suas próprias existências. Cada história é um reflexo de como o trabalho de cuidado, tão essencial e humano, é relegado ao esquecimento, e de como essas mulheres através deles sustentam suas famílias e suas casas, fazendo o mundo seguir em frente, dia após dia.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, em 2023, referentes ao ano de 2022, as mulheres dedicam 9,6 horas a mais por semana aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, do que os homens. Elas realizam tais trabalhos durante, em média, 21,3 horas semanais, enquanto eles 11,7 horas. A diferença se manteve quando comparada a Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente (%), por cor ou raça e também por grupos de idade. Estabelecendo comparações entre as porcentagens referentes às próprias mulheres, vemos disparidades quando comparadas por cor ou raça, estando a frente dos afazeres as mulheres pretas (92,7%), respectivamente as pardas (91,9%) e então as brancas (90,5%). Também seguem altos os números ao observarmos no que diz respeito à taxa por grupos de idade, estando as de 25 a 49 anos em primeiro lugar (95,1%), seguidas das de 50 anos ou mais (89,2%) e então as adolescentes e as jovens de 14 a 24 anos (86%) (IBGE, 2023).

Os dados mostram como as mulheres são disparadamente mais responsabilizadas pelos trabalhos reprodutivos. Os últimos dados citados, junto às falas das entrevistadas, nos levam a outro ponto: Quando os trabalhos reprodutivos são compartilhados, eles costumam ser desempenhados por outras mulheres, ficando então, as filhas ou as mulheres mais velhas da casa, as principais responsáveis por esses serviços.

A autora Fernanda Mota (2018) discorre sobre essa questão através de sua pesquisa, mostrando que as mulheres que frequentemente assumem o trabalho de cuidados de outras mulheres são as mais jovens e as mais velhas da casa. As primeiras, que normalmente são as filhas, dentro das classes mais baixas, mais cedo ficam responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados e as mais velhas, representadas pelas avós, assumem duplamente as consequências da maternidade, cuidando primeiro de seus/suas filhos(as) e mais tarde de seus/suas netos(as).

Entre as falas das entrevistadas, observamos que, majoritariamente, são as filhas das trabalhadoras que mais colaboram com os serviços dentro de casa, assim como as avós, como Izabela e Terezinha, que assumem, respectivamente, o

cuidado em tempo parcial e em tempo integral dos filhos das suas filhas.

Aqui, agradeço a Deus ainda que tem as meninas né. Enquanto eu estou fazendo alguma coisa, elas fazem outra né, as minhas moças. A recolher os recicláveis né, o meu marido também ajuda, as meninas também ajudam, sabe. Aqui nós nos associamos, cada um faz alguma coisa. E não apura muito. (Dilma).

Sim, minha filha quando não está estudando, ela vem, me ajuda um pouco, mas de manhã quase não faz muita coisa porque a coitada ainda tem que ir estudar, daí já logo pegam férias e ela vai começar a arrumar emprego, tem que arrumar, tem que trabalhar, daí o resto é por conta da gente, quando ela está na casa ela ajuda. (Eduarda).

A Débora (filha) ajuda [...]. Quando eles querem né, porque eu não peço. (Izabela).

Cuido do neném. Eu fico assistindo com ele até uma e meia. Porque ele gosta de assistir desenho. (Izabela).

As meninas. Que elas estudam de manhã e de tarde elas ficam ajudando. Uma estuda de manhã e a outra estuda à tarde né. (Luciana).

Sim, ainda bem que eu tenho ela que daí ajuda. Mas ela estuda também. (Maria).

Não. Tenho que cuidar do meu netinho né. [...] Estou parada por enquanto. (Terezinha).

Entre as classes populares, as irmãs e os irmãos assumem o trabalho de cuidados dentro de seus lares de maneira intensa, o que leva à reflexão de que a experimentação da infância não ocorre igualmente entre todas as pessoas e que o modelo de infância dedicado ao estudo e ao brincar não é acessível para todos(as) (Itaboraí, 2016 *apud* Mota, 2018).

Em relação às avós, em meio ao desemprego e às dificuldades econômicas, elas muitas vezes continuam exercendo o papel esperado de “mãe”, tanto para os(as) filhos(as), quanto para “seus genros e noras, netos, sobrinhos e mesmo outros membros agregados ao arranjo familiar” (Mota, 2018, p. 180). Essas mulheres estão sempre cuidando de outras pessoas, garantindo o funcionamento da casa e das rotinas dos(as) que habitam com elas, ainda que assim seja, não são remuneradas e aqueles(as) que recebem um salário, costumam ver essas mulheres como dependentes e não como quem está possibilitando o desenvolvimento do cotidiano de todo um grupo familiar.

A autora Suely Gomes Costa (2002) discorre sobre a transferência da responsabilidade dos cuidados de uma mulher para outra - podendo ser realizada dentro da mesma classe social ou entre classes sociais distintas -, e a denominou como **maternidade transferida**. Descrevendo-a como uma ferramenta utilizada por mulheres há gerações para viabilizar as atividades fora do ambiente doméstico.

Quase duas décadas antes, Lélia Gonzalez (1984) já expunha uma realidade, que podemos considerar central para compreendermos a prática dessa transferência de cuidados, ocorrida lá no período escravocrata. A autora descreve que as

mulheres brancas pariam, mas eram as escravas - as quais chama de “mãe preta” -, que amamentavam e ofereciam tanto os cuidados para a manutenção da vida, quanto afeto, carinho e amor. Costumeiramente, essas mulheres precisavam deixar de cuidar dos(as) próprios(as) filhos(as) para se dedicarem integralmente à prole das famílias brancas.

Ainda hoje, a maternidade transferida quando realizada entre classes sociais diferentes, tende a acentuar as desigualdades entre mulheres, resultando, por vezes, em trabalhos explorados e mal remunerados. Ao mesmo tempo, mulheres de classe economicamente baixa formam redes de apoio entre elas, possibilitando, assim, realizar as atividades pertencentes ao âmbito público e ocupar o mercado de trabalho. Assim, tal prática revela uma dualidade, podendo significar tanto a perpetuação de hierarquias entre as próprias mulheres, quanto uma prática protecionista desenvolvida por elas diante da omissão do Estado ou da ausência de outras pessoas que se responsabilizem pelo cuidado dos(as) dependentes, tornando possível o desenvolvimento de outros afazeres (Costa, 2002). Essa dinâmica se evidencia tanto nas entrevistas já mencionadas - que mostram o papel de filhas, mães, irmãs como centrais no compartilhamento dos cuidados -, quanto nas apresentadas a seguir:

Eu deixava com a minha cunhada eles, para eu poder trabalhar. (Izabela).

Tem sempre a minha irmã que me dá uma mão. A [...] que mora do lado ali, ela sempre tá ali me auxiliando, me ajudando, quando eu preciso. Que o pai deles mora em Umuarama né, tipo a questão as vezes de ir buscar na escola, as vezes eu to trabalhando ali, daí ela vai, daí nós se troca né, aí ela tem a filha dela também na escola, uma coisa que eu posso contar que eu posso dizer é ela. Daí do lado né, mais perto. (Maria).

As falas revelam a dimensão das redes de apoio entre mulheres na organização do cuidado, que, muitas vezes, se tornam a única força capaz de aliviar o peso das responsabilidades diárias. Mais do que uma escolha, esse auxílio se mostra como uma estratégia, diante da ausência de suporte institucional e da distribuição desigual dessas responsabilidades.

Izabela, ao mencionar que deixava seus filhos com a cunhada para poder trabalhar, nos mostra como a confiança em outras mulheres da família se torna estruturante para dar conta das exigências do cotidiano. O ato de confiar o cuidado dos(as) filhos(as) a uma cunhada não é apenas um gesto de necessidade, mas de reconhecimento da solidariedade entre mulheres, que, juntas, buscam equilibrar suas jornadas. É um lembrete de como a maternidade e o trabalho são, muitas vezes, realizados de maneira coletiva, com cada uma oferecendo o que pode para ajudar na construção de uma vida mais funcional e menos sobrecarregada.

Maria, ao falar sobre a ajuda constante de sua irmã, reforça a importância da colaboração feminina no dia a dia. Ela menciona como sua irmã, mesmo com seus próprios desafios, está sempre presente para auxiliar nas tarefas, como buscar as crianças na escola, o que se torna um alento para Maria, que, entre o trabalho e as responsabilidades em casa, precisa dessa mão para garantir que tudo se concretize. A ajuda da irmã, que mora perto, é o que lhe permite continuar com seus compromissos e transpassar os desafios diários. Esses gestos de apoio entre

mulheres, seja na divisão de responsabilidades domésticas ou no cuidado com os(as) filhos(as), representam um alicerce de solidariedade que torna possível, mesmo em meio às dificuldades, manter a rotina e a vida funcionando.

Relatos como esses evidenciam a força quando mulheres se unem e se apoiam mutuamente. Nessas articulações, torna-se condição o compartilhamento das responsabilidades cotidianas, para que as exigências do trabalho, da casa e da família não se tornem insustentáveis. Ainda assim, tais redes nem sempre são suficientes para dar conta das demandas individuais, uma vez que todas possuem as suas singularidades, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho e à divisão do trabalho doméstico e de cuidados. Como fica nítido através da fala de Zélia:

Ficava. Ficava não, na verdade ela ia junto. Ela empurrava o carrinho e ia junto comigo, entendeu? Então ela levava o carrinho de bebê e eu levava a gaiota.

[...]

Geralmente é ela, sempre, muito parceira. Até quando eu ganhei o bebê, antes de eu ganhar o bebê ela já ficou uns dias lá em casa e ajudou a cuidar de mim, lavou roupa, cuidou do bebê, nossa essa irmã minha eu não tenho palavras.

[...]

Ela está trabalhando e a menininha dela está de férias da creche, então não tem como ela me ajudar mais, nessa parte. E como eu tinha ficado doente também, aqueles dias. Agora que eu voltei, ontem que eu voltei a sair de volta com o meu marido. (Zélia).

Zélia expressa, com uma imensa gratidão, como sua irmã foi uma parceira incansável durante momentos de necessidade, cuidando dela, lavando roupa e ajudando com o bebê. A imagem de sua irmã empurrando o carrinho de bebê enquanto ela carregava a gaiota, pode ser visualizada como uma metáfora de como, **na vida cotidiana, muitas mulheres se dividem e se ajudam em uma troca silenciosa de responsabilidades.** Nesse sentido,

A principal estratégia para conseguir articular esses dois âmbitos, sem dúvida, é a formação de redes femininas de solidariedade: a constituição de um grupo de mulheres que em determinados momentos possa substituí-las, remuneradamente ou não, em algumas tarefas, em especial nas de cuidado de crianças pequenas (Sucupira, 2016, p.28-29).

Contudo, a circunstância descrita expõe a fragilidade desses arranjos: a irmã de Zélia, por exemplo, não pode mais oferecer o mesmo suporte ao assumir demandas como um novo trabalho e o cuidado com a sua própria filha. As redes de apoio entre mulheres que compartilham o trabalho de cuidados e doméstico, ainda que fundamentais, revelam restrições de acordo com as particularidades de cada trajetória, que podem tornar esse auxílio, por vezes, intermitente. Essa realidade traz à tona o fato de que, mesmo que a colaboração feminina seja uma potência, ela encontra barreiras nas condições materiais e nas responsabilidades que atravessam suas vidas.

Nesse sentido, as demandas individuais de cada mulher acabam sufocadas por rotinas exaustivas. Sem o devido amparo estrutural, essas redes acabam extrapolando sua capacidade. “Uma rede informal e precária, fundamental na vida dessas mulheres, que muitas vezes substitui o papel do Estado, o qual não oferece suficientes vagas nas creches públicas” (Sucupira, 2016, p.28-29).

As mulheres não são apenas cuidadoras de outros(as), elas também têm suas próprias necessidades e vidas, que nem sempre podem ser facilmente ajustadas em função das demandas dos(as) outros(as). “A sobrecarga de trabalho gerada pela dupla presença tem consequências para a saúde e o bem-estar dessas mulheres, que se esforçam para enfrentar as tensões de dois mundos contraditórios” (Sucupira, 2016, p.25). Mesmo em meio ao amor e à colaboração, existe a realidade de que o apoio, por mais significativo que seja, não consegue resolver todos os desafios diários e as dificuldades de um sistema que não reconhece a carga pesada que essas mulheres carregam sozinhas.

Muitas são as que precisam sair do mercado de trabalho por não terem outra alternativa em relação ao trabalho de cuidados, não estando presente outra pessoa que assuma esses serviços e sem possuir o apoio do Estado, através de políticas públicas, tornam-se as únicas responsáveis pelos cuidados com as crianças.

Quando eles eram mais pequenos, daí os outros eram mais pequenos, eu tive que parar porque ficavam doentes, daí não dava para trabalhar muito, tinha que cuidar deles, eles eram pequenos, daí não tinha como ir trabalhar.

[...]

Não, isso jamais ninguém ajudou né, tinha que se fazer tudo sozinha porque quando eles eram pequenos tinha que fazer tudo sozinha, não era fácil, tinha que carregar, tinha que ir no posto e levar eles para tomar vacina e outras coisas, tinha que sair, eu é que tinha que fazer as coisas, daí não tinha quem ajudasse, fazer o que daí. (Eduarda).

E hoje em dia a senhora sente falta de sair (trabalhar na catação)? (Entrevistadora).

Ah, eu acho de mais menina do céu. Eu acho muita, muita falta. Mas não tem como né. (Terezinha).

As falas de Eduarda e Terezinha ilustram a dura realidade de muitas mulheres que, devido à falta de apoio e a ausência de políticas públicas adequadas, se veem forçadas a abandonar o mercado de trabalho para se dedicarem integralmente ao cuidado de seus(as) filhos(as) ou demais dependentes. Eduarda relata como, quando seus(as) filhos(as) eram pequenos e frequentemente adoeciam, ela teve que parar de trabalhar, pois não havia ninguém que pudesse assumir a responsabilidade de cuidar deles enquanto ela estivesse fora. A ausência de uma rede de apoio, seja familiar ou institucional, deixou-a sem alternativas, e sua jornada se tornou solitária. Ela descreve o peso de fazer tudo sozinha, desde levar os(as) filhos(as) ao posto de saúde, até administrar as tarefas cotidianas, sem qualquer ajuda externa.

Terezinha, por sua vez, expressa a saudade do trabalho que fazia na catação, mas também a impossibilidade de retornar, devido às suas responsabilidades

familiares, em especial, com o cuidado do neto. A falta de apoio, seja por parte de instituições ou da sociedade, a impede de retomar sua rotina de trabalho, mostrando como muitas mulheres se veem presas em um ciclo de cuidados ininterruptos, onde sua autonomia e possibilidade de sustento se tornam limitadas. Ambas as falas expõem a realidade de mulheres que, ao se tornarem responsáveis pelos cuidados familiares, principalmente com crianças, perdem a possibilidade de se inserir ou permanecer no mercado laboral de forma estável, perpetuando um ciclo de dependência e falta de validação das suas necessidades.

Essas histórias revelam como o trabalho de cuidados que, sem apoio, recai totalmente sobre as mulheres, limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. “A falta de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como ‘trabalho’, apesar do esforço, do tempo e da dedicação às tarefas, reflete uma injusta naturalização da exploração do trabalho feminino” (Hennington, 2025, p.09). A ausência de soluções concretas para dividir essa carga, seja por meio de creches públicas ou outras formas de suporte, cria barreiras que fazem com que muitas mulheres tenham que escolher entre sua autonomia financeira e o cuidado de seus(as) filhos(as).

A intensificação do trabalho doméstico, aliada à obrigação de muitas mulheres de deixar seus empregos remunerados devido à falta de alternativas viáveis de compartilhamento do cuidado familiar, contribui diretamente para a **feminização da pobreza** (Novellino, 2004). O termo se refere **à ligação entre a pobreza e o ser mulher**. De acordo com Maria Salet Novelino (2004), o termo foi utilizado pela primeira vez em 1978 por Diane Pearce, para dar conta da análise referente às mulheres “[...] que são pobres porque são mulheres [...]” (Pearce, 1978 *apud* Novelino, 2004). São consideradas, famílias que são chefiadas por mulheres e não possuem um membro adulto do sexo masculino - realidade presente em parte das famílias entrevistadas, como exposto no quadro de descrição das participantes, presente na introdução.

Maria (2004) aponta que de acordo com estudos sobre o tema, a feminização da pobreza está relacionada ao crescente número de mulheres que, muitas vezes, sem apoio ou preparo adequado, são obrigadas a ingressar no mercado de trabalho para garantir o próprio sustento e o de seus filhos. Os estudos fundamentam-se nas seguintes questões:

[...] (a) há uma tendência das mulheres, por demanda de suas funções reprodutivas, trabalharem em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) há discriminação salarial, isto é, estudos demonstram que, na média, os salários dos homens são maiores que os das mulheres; (c) há uma concentração de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais os salários são mais baixos; e (d) há uma maior participação feminina nos mais baixos níveis da economia informal (Novellino, 2004, p. 4-5).

A feminização da pobreza está intimamente ligada com o que é social e culturalmente colocado como responsabilidade das mulheres. É importante lembrar que situações biologicamente femininas também interferem no cotidiano de trabalhos e diretamente em suas rendas - principalmente em trabalhos informais em que se recebe por dia trabalhado e onde não tem nenhum amparo advindo de direitos trabalhistas -, como durante a gravidez, o puerpério e o período

da amamentação.

O trabalho doméstico e de cuidados afeta diretamente o processo da feminização da pobreza. As mulheres precisam conciliar o tempo dedicado à limpeza da casa, aos cuidados dos(as) dependentes e ao trabalho remunerado, isso quando conseguem exercer o último.

Conforme Maria Novelino (2004), estudos indicam que as mulheres recebem, em média, salários inferiores aos dos homens e ocupam majoritariamente empregos que exigem menor qualificação. Essa realidade pode ser compreendida, como refletimos anteriormente, que em nossa sociedade as mulheres estiveram durante muito tempo no espaço privado, responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, ambos não-remunerados, enquanto os homens estavam no âmbito público, atuando com a economia e com a política e trazendo o sustento para as suas casas, reconhecidos socialmente como provedores. Dessa maneira o trabalho da mulher sempre foi visto com menor (ou nenhum) valor, mesmo quando começou a trabalhar fora de casa.

Ao dedicarem-se exclusivamente às tarefas domésticas e ao cuidado dos(as) filhos(as), muitas mulheres perdem a oportunidade de se manterem financeiramente independentes ou de alcançarem estabilidade econômica. Sem a presença de políticas públicas que ofereçam suporte, como instituições de ensino acessíveis (desde a primeira infância) ou programas de incentivo ao emprego feminino, se veem cada vez mais à mercê de um sistema que não reconhece o valor do seu trabalho não remunerado. Essa realidade não só limita suas perspectivas de crescimento profissional, como também as coloca em uma posição de vulnerabilidade, onde a pobreza se torna uma consequência direta da desigualdade estrutural que insere sobre os seus ombros as responsabilidades do cuidado, sem proporcionar condições para equilibrar essa carga com a participação plena no mercado de trabalho (Santos, 2025).

Ou seja, nos anulamos para darmos conta de todas as atribuições que nos são conferidas, em nome da sobrevivência e da segurança familiar, diversos sacrifícios e renúncias são feitos (Lopes; Prates, 2022). Enquanto aos homens é natural ocuparem funções que possibilitem a realização profissional e pessoal, a nós mulheres, resta realizarmos todas as tarefas que dizem que nos cabem e então, esquecemos de nós mesmas (Dias, 2021).

Apesar do cuidado com filhos(as) ou outros(as) dependentes não ser visto como atividade laboral, muitas são as mulheres que saem do mercado de trabalho para desempenhar a função de cuidar, ficando sem nenhuma renda, dependendo de benefícios sociais para sobreviverem e, isso, frequentemente acontece somente com as mulheres. Quando um pai deixa o serviço para cuidar dos(as) filhos(as) é algo que gera comoção geral, todos(as) se perguntam: “onde está a mãe dessa criança”, até mesmo filmes são feitos sobre eles, quando assumem responsabilidades familiares e fazem o que grande parte das mulheres fizeram de maneira normatizada sozinhas até hoje.

O Estado, as políticas públicas, as instituições sociais e o mercado apontam para essa disparidade de gênero relacionada ao cuidado. Nitidamente, demonstram a preocupação com a conciliação do trabalho remunerado com a vida familiar das mulheres, excluindo os homens de tal problemática. Como exemplo, estão as creches, as quais são constituídas majoritariamente por profissionais do sexo feminino e beneficiam sobretudo outras mulheres, possibilitando que as mesmas

se insiram no mercado de trabalho. A licença-maternidade é outro marco de como as mães são responsabilizadas pelos cuidados dos(as) filhos(as). Observa-se a diferença entre o tempo concedido às mães para cuidado dos bebês e para sua própria recuperação, em comparação ao reduzido tempo destinado aos pais. Apesar de a assistência durante o puerpério ser fundamental para o cuidado equilibrado, os pais ficam poucos dias em casa, quando é possível ficarem (Mota, 2018).

Outro exemplo de política pública voltada à família, em que a mulher é costumeiramente responsabilizada, é o Cadastro Único. Nele, a mulher deve realizar o cadastro e assumir a burocracia envolvida. No próprio site do Governo, orienta-se que “o Responsável Familiar é a pessoa da família que vai prestar as informações dos demais componentes, e deve ser, de preferência, a mulher”³. Com isso, recai sobre ela o dever de recorrer, quando necessário, aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essa diretriz revela como o Estado atribui à mulher a responsabilidade pela busca e manutenção dos programas sociais voltados ao cuidado com as crianças e ao sustento da família.

Segundo Regina Célia Tamaso Miotto, Marta Silva Campos e Cássia Maria Carloto (2015), o termo **“familismo”** descreve a centralização das responsabilidades de cuidar e garantir o bem-estar dos seus membros à família, sobretudo à mulher, reforçando a divisão sexual do trabalho junto à desresponsabilização do Estado. É crucial refletirmos sobre como o Estado se omite, ou atua minimamente, em relação ao cuidar, transferindo essa responsabilidade para a família, onde o cuidado se concentra na figura feminina, naturalizando-o, então, como uma atribuição da mulher cuidar dos(as) dependentes que fazem parte do núcleo familiar.

Quando as mulheres não conseguem acessar as políticas públicas voltadas à redução da sobrecarga do trabalho de cuidados - que, inclusive, já são propositalmente direcionadas a elas -, as mesmas acabam sendo as mais prejudicadas. No caso da Zélia, ela parou de coletar materiais devido à gravidez, agora que seu bebê tem um ano, quer voltar a trabalhar na catação, mas ainda não conseguiu vaga em creche. Assim, não pôde voltar a realizar suas atividades no âmbito público devido ao trabalho de cuidados.

Agora eu estou só acompanhando, porque eu fiquei grávida né, no ano passado. De um período em diante eu fiquei grávida. Mas no começo do ano passado, em janeiro, eu catava papelão enquanto ele estava doente. Meu marido saiu até com dreno do hospital, ele quase morreu na operação. Ai só que de um ponto em diante, ele já melhorou um pouco né. Que cicatrizou melhor em uns quatro meses. Aí eu já engravidei do meu bebê e eu já não pude puxar peso mais né. Aí agora com o bebê muito pequeno. Eu já fui no Conselho Tutelar, já liguei na Secretaria da Educação atrás de vaga. Ele está na fila de espera. Porque eu quero retomar as minhas atividades. (Zélia).

De acordo com Fernanda Mota (2018), trabalhadoras que estão somente no âmbito privado, dentro do sistema capitalista, encaram a si mesmas e são encaras pela sociedade como **cidadãs de segunda ordem**, excluindo, desse modo, boa parte das mulheres, definindo-as como dependentes, isso porque, nessa ordem

3 Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

societária, somente quem possui remuneração é visto(a) como trabalhador(a).

Mesmo conseguindo maneiras de trabalhar fora de casa, a mulher que tem dependentes, normalmente, não consegue se dedicar na mesma intensidade que os homens em seu serviço. Isso se deve principalmente, aos horários, os quais precisam se adaptar, encaixando trabalho assalariado, trabalho de cuidados e trabalho doméstico, culminando em remunerações menores e maior possibilidade de empobrecimento, especialmente quando a mulher é a única provedora da casa, como analisado acima sobre a feminização do trabalho precário.

A pressão que a sociedade exerce sobre nós, faz com que acreditemos que somente dando conta de tudo, estaremos cumprindo o nosso papel de mãe, esposa, mulher, da maneira correta. *“Bem puxado. Sobrecarregado na verdade a gente fica né. Porque é escola, daí leva um na escola. Daí vou buscar e tem reunião essas coisas, eu tento comparecer, fazer tudo certo né”* (Maria).

A **sobrecarga de trabalhos** realizados pelas mulheres, por meio das **triplas jornadas**, é um assunto bastante presente durante as respostas às entrevistas e claramente parte da vida cotidiana da maioria das mulheres.

Por isso que a gente se exausta né. Que nem esses dias eu estava bem sobrecarregada, porque é tudo a gente né. Tudo quanto é coisa é a gente. É conta, é comida, é os filhos, é tudo só a gente. A gente sabe que não tem com quem contar, é só Deus e a gente. Esses dias eu tava sabe, bem sobrecarregada, aí o que eu fazia? Eu pegava e ia pra cidade trabalhar. Pra ver se eu desestressava um pouco. Por causa que daí caminhando né, conversando com as outras pessoas. Quando eu paro assim nas casas sabe, eu faço muita amizade. As pessoas que eu chego e converso, eu digo um bom dia, boa tarde, as vezes a pessoa tá ali, acorda meio desanimada e eu chego e digo bom dia, boa tarde. Eu sou uma pessoa bem conversadeira. Então para me desestressar muitas vezes eu faço isso. (Luciana).

Às vezes eu sinto. Principalmente quando eu estava doente. Às vezes a gente se sente enfadada, porque a gente quer que as coisas sejam de um jeito e não é, então a gente se preocupa muito com as coisas. Tem vezes que a gente chega cansada, eu poderia pegar e deitar junto com eles, mas eu penso não, eu tenho que lavar a louça, eu tenho que limpar o fogão, eu tenho que fazer isso, eu tenho que fazer aquilo, sabe, aí tá faltando tal coisa, vai faltar isso, tem que comprar aquilo, eu falo para o meu marido, a gente sai se virar atrás, às vezes a gente trabalha, trabalha e não consegue comprar o que é preciso, isso é doído.

[...].

Tudo é trabalho e sobrecarrega também, porque a gente tem que se virar nos trinta. A gente sai trabalhar, limpa a casa e cuida de criança. É claro que eu amo meu bebê, amo cuidar dele, mas cansa. Às vezes não é nem físico, mas o nosso psicológico às vezes, tem dias que eles estão que estão né. Principalmente se eles estão doentinhos, se eles estão muito chorões, se eles estão caidinhos, eles ficam só chorando, querem ficar só no colo e a gente tem as coisas para fazer. Então a gente tem que ter uma paciência que não é da gente, mas Deus dá, o amor né que a gente tem. (Zélia).

Mesmo quando existe a colaboração do companheiro, as mulheres costumam se sentir com o dever de cumprirem os trabalhos reprodutivos. É notório através da fala da Zélia o cansaço mental que isso traz. A entrevistada fala sobre as suas preocupações com os assuntos de dentro de casa e o cansaço psicológico que isso produz. Mesmo que o marido “ajude”, ela vê como sua a responsabilidade de executar os trabalhos domésticos e de cuidados e, apesar do cansaço, faz tudo isso com amor e paciência, desempenhando também um trabalho “emocional/afetivo”, como denomina Federici (2022, p. 262):

Além disso, grande parte do trabalho que as mulheres fazem é emocional/afetivo - entretenendo, animando, confortando e tranquilizando outras pessoas -, uma tarefa que, especialmente quando realizada para o mercado, é muito desgastante e, com o tempo, leva a uma profunda sensação de despersonalização e a uma incapacidade de entender seus verdadeiros anseios (Hochschild, 1983). Combinado à crise econômica e à precarização da vida, isso também explica por que as mulheres têm duas vezes mais chances de sofrer depressão e ansiedade do que os homens.

As mulheres se dividem em mil pedaços ao longo do dia, entrelaçando suas tarefas de forma quase imperceptível, onde cada gesto parece se fundir com o próximo, sem uma pausa real. Enquanto preparam o almoço, cuidam dos(as) filhos(as), arrumam a casa, dobram as roupas e ainda atendem ao telefone, elas vivem em um ritmo onde o tempo se diluí entre uma ação e outra, como se suas responsabilidades nunca tivessem fim. Cada tarefa, embora pequena, se acumula em uma jornada que não se divide, mas que se mistura, formando um todo único e imensurável.

Em geral, a participação masculina nessas atividades pode ser definida como uma “ajuda” marginal, pontual, circunstancial, complementar, opcional e pouco significativa, frente ao volume de trabalho que precisa ser realizado todos os dias para garantir o bem-estar das pessoas da casa. Raramente o trabalho doméstico e familiar é feito como obrigação primária deles, pelo contrário, sua cooperação é considerada como uma espécie de concessão, favor, auxílio ou benevolência em relação a suas mulheres, as verdadeiras responsáveis por essas tarefas (Sucupira, 2016, p. 32-33).

O trabalho de cuidar do lar, dos(as) filhos(as) e de si mesma se entrelaça com o trabalho externo, criando múltiplas jornadas que, ao mesmo tempo, são pessoais e coletivas. Não há separação entre elas, tudo se confunde em uma dança constante de cuidado, que não apenas exige sua atenção, mas que exige sua alma. Esse acúmulo de tarefas, que parecem simples à primeira vista, se transforma em um peso invisível que muitas vezes esgota o corpo e a mente das mulheres. Elas se veem constantemente divididas entre o que devem fazer pelos(as) outros(as) e o que precisam para si mesmas.

O descanso se torna um luxo distante, um suspiro que não encontra espaço no meio de tantas responsabilidades. E, nesse movimento incessante de dar-se aos(as) outros(as), elas acabam se esquecendo do autocuidado, como se seus próprios desejos e necessidades se desmanchassem nas inúmeras funções que desempenham. “Para além da carga de trabalho, a invisibilidade, a desvalorização

e a desigual divisão de tarefas entre homens e mulheres acabam aumentando o desgaste das mulheres e determinando a ocorrência de agravos e adoecimentos” (Hennington, 2025, p.09). Essa exaustão não é apenas física, mas emocional, pois, em cada tarefa realizada, há uma parte de si que se perde, uma parte de seu ser que se desfaz no esforço de manter a engrenagem em movimento, enquanto o mundo ao seu redor segue exigindo mais.

Trabalhadoras, especialmente mulheres negras, lidam com a sobreposição de múltiplas jornadas de trabalho, informalidade, baixos salários e sobrecarga física e mental (Hennington, 2025, p.01). Além das tantas funções elas têm seu tempo e energia demandados por tarefas que, muitas vezes, não são reconhecidas ou remuneradas de maneira justa, tanto no trabalho formal, quanto nas atividades domésticas e de cuidados, que são frequentemente atribuídas às mulheres sem compensação econômica ou emocional adequada.

Brenda Dias (2021, s/p), discorre sobre o **“mito do multitarefa”**, referindo-se a uma visão biologizante que convém aos homens, de que as mulheres possuem uma capacidade cerebral que as possibilita de realizarem várias funções, sendo capazes de desempenharem todas as atividades que lhes são atribuídas, como algo natural. Porém, na verdade elas recebem formas de socialização diferentes das direcionadas aos homens, desde crianças, o que delimita o lugar na sociedade que devem ocupar. Em suma, é o invisibilizado, dos serviços domésticos e de cuidados e quando no âmbito público, normalmente de trabalhos mal remunerados, precisando conciliar todos esses tipos de trabalhos e, conseqüentemente, perpetuando o “mito do multitarefa”. Resumindo, as mulheres são sobrecarregadas de trabalhos não reconhecidos e não ou mal remunerados e os homens falam que esse é, praticamente, um dom biológico que nós, mulheres, possuímos.

Se os trabalhos domésticos fossem remunerados (Federici, 2019), mantendo saudável a força de trabalho, as mulheres não precisariam abdicar de suas vidas e fazerem tantos sacrifícios para garantirem a própria sobrevivência e de suas famílias, diminuindo a vulnerabilidade à situação de pobreza (Lopes; Prates, 2022). Com a transformação da lógica machista que torna as mulheres as únicas responsáveis pelos trabalhos reprodutivos, distribuindo-se tais atividades, igualmente entre os sexos e com o subsídio do Estado no que diz respeito aos cuidados, as mulheres teriam tempo para viverem suas vidas para além da esfera de trabalhos e das esgotantes duplas e triplas jornadas.

Para Vicente (2018), a dupla jornada feminina é como um fardo acumulado, onde as atividades geradas no espaço público - remuneradas e reconhecidas -, se misturam com as que se realizam no espaço privado, dedicadas ao cuidado da casa e das pessoas que amam. Esse ciclo de tarefas sobrecarregadas é sustentado por uma cultura que naturaliza o cuidado como uma função exclusiva das mulheres, aprisionando-as em um turbilhão de demandas, onde o peso do invisível se faz mais forte do que qualquer reconhecimento ou descanso. Nesse contexto, o trabalho não tem fim e não conhece fronteiras. Ele começa nas tarefas diárias de casa, transita para o ambiente do trabalho público, e retorna, de forma exaustiva, ao lar. O trabalho reprodutivo, passa despercebido pela sociedade, reforçando a desvalorização que compromete a dignidade daquelas que o realizam (Vicente, 2018).

O acúmulo de responsabilidades que recai sobre as mulheres reflete profundamente no seu bem-estar mental e emocional. A sobrecarga psíquica gerada

por essas obrigações pode resultar no aparecimento de diversos problemas de saúde, como estresse, ansiedade e exaustão. Além disso, reduz drasticamente o tempo destinado ao lazer e ao cuidado de si, aspectos determinantes para a promoção da saúde integral e da qualidade de vida. A arte da existência, na concepção de Vicente (2018), que envolve encontrar equilíbrio e prazer na vida cotidiana, fica comprometida pela constante pressão de atender às demandas externas e internas, tornando o descanso e o autocuidado um luxo distante e, muitas vezes, inatingível.

Ao refletirmos sobre a sobrecarga das duplas e triplas jornadas de trabalho, é impossível não considerar a realidade das mulheres catadoras, que vivem uma rotina ainda mais extenuante. Para elas, o trabalho começa com as responsabilidades domésticas, em que o cuidado do lar e da família consome grande parte do seu tempo e energia. Mas, além disso, o trabalho no espaço público, a catação de materiais recicláveis, não só se soma a essas tarefas, mas se mistura, de forma implacável, com elas, tornando sua jornada quase interminável. O trabalho reprodutivo (Alves, 2021), que já é desvalorizado socialmente, é agora sobrecarregado pelo trabalho de catação, frequentemente visto como um serviço marginal, porém, necessário para a sobrevivência dessas mulheres e de suas famílias, e embora que pouco reconhecido, trata-se de uma atividade fundamental à manutenção da própria sociedade.

A partir da narrativa das entrevistadas, e dos estudos realizados até aqui, é perceptível que a conciliação entre o cuidado, as atividades domésticas e a catação, produz significativos impactos na saúde e bem-estar. Essa combinação de responsabilidades e a distribuição desigual do tempo dedicado ao cuidado de acordo com o gênero, somadas à inexistência de uma rede de apoio ou um sistema de compensação justa, agrava ainda mais a condição dessas mulheres, que se veem presas a uma rotina exaustiva que as leva ao limite físico e emocional. O tempo destinado ao lazer, ao autocuidado e ao descanso, de vital importância para todo humano, se torna um sonho distante. Inseridas em uma sociedade marcada por desigualdades, enfrentam a invisibilidade do seu trabalho diário, sem que haja valorização da sua contribuição para a sustentabilidade da sociedade, **cuidando assim do mundo e, muitas vezes, sem ter tempo ou espaço para cuidar de si mesmas.**

Portanto, a jornada de trabalhos das mulheres catadoras é um reflexo doloroso das desigualdades estruturais que marcam a vida das mulheres em geral, especialmente aquelas que estão em situações de vulnerabilidade social. Ela evidencia a combinação de opressões entre gênero, classe e raça, e a falta de políticas públicas que efetivamente reconheçam e valorizem o trabalho que elas realizam e que garantam seus direitos, seja no espaço doméstico ou no âmbito público, mesmo que no mercado informal. As mulheres catadoras, assim como muitas outras, são as verdadeiras heroínas da invisibilidade, mas é urgente que sua jornada seja reconhecida, e suas condições, transformadas.

Ao finalizarmos este capítulo, torna-se evidente que o trabalho reprodutivo é parte da vida cotidiana das mulheres, e embora indispensável para todos(as), socialmente não é reconhecido. Em um mundo capitalista e patriarcal, o cuidado, que é uma necessidade humana de todos os seres, foi naturalizado como uma responsabilidade feminina, como algo que surge de um instinto biológico ou, ainda, apenas movido por emoções. Mas o que está por trás disso é uma sobrecarga silenciosa e invisível, que não recebe o reconhecimento que merece,

muito menos a valorização ou a remuneração. Ao tratar o cuidado como uma obrigação gratuita, a sociedade não só desconsidera o esforço das mulheres, mas as mantém em um ciclo constante de subordinação e silenciamento, tanto dentro dos lares quanto fora deles.

Para as mulheres catadoras, essa invisibilidade se torna ainda mais profunda. Elas vivem um ciclo contínuo, onde os limites entre o trabalho nas ruas e os cuidados no lar simplesmente se desvanecem. As entrevistas revelam a exaustão constante de suas jornadas, o cansaço que as acompanha, uma dor silenciosa que “era e é” (Terezinha) parte da rotina delas. Quando olhamos para essas histórias, vemos como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe agrava essa realidade. Para mulheres negras e pobres, o trabalho não é uma escolha, mas uma condição imposta pela sobrevivência. O trabalho dessas mulheres é um esforço que nunca para, uma luta contínua pela vida.

A **chave de Izabela**, que ela carrega enquanto empurra o carrinho, simboliza mais do que a segurança de uma porta, ela é a imagem material da responsabilidade que assume como guardiã da casa e dos(as) seus/suas. Essa chave representa o peso de quem não tem o luxo de chegar e se deitar no sofá, porque precisa organizar, limpar, ouvir e cuidar de tudo e de todos(as) que residem junto a ela.

Ao pensarmos em esgotamento físico, surge a imagem de **Maria**, que após o dia trabalhando, chega e precisa amassar pão durante a noite, preparando o alimento do outro dia para garantir a continuidade da vida e o cuidado familiar.

Na falta de apoio do Estado, como a ausência de políticas públicas que garantam, por exemplo, o acesso a creches, essas mulheres criam suas próprias formas de resistência. Encontram forças umas nas outras, nas redes de solidariedade feminina, e se amparam na maternidade compartilhada. Filhas, irmãs, avós se tornam pilares fundamentais para que possam seguir com suas atividades. Mas essa rede informal, ao mesmo tempo, nos revela a fragilidade de um sistema que sobrecarrega, desresponsabilizando o governo e perpetuando a ideia de que o cuidado é um fardo exclusivamente feminino. Esse processo de “familismo” mantém os ciclos de pobreza e dependência, sem que ninguém mais se sinta responsável.

Ao final, é impossível não ver como a desvalorização do trabalho de cuidados reduz as mulheres a “cidadãs de segunda classe”, cujas vidas e necessidades são apagadas, em nome de uma estrutura que exige delas tudo, mas não oferece nada em troca. O mito da multitarefa e a carga do trabalho emocional, que se espera que elas carreguem, escondem o desgaste e a exaustão gerados por jornadas triplas. É urgente que o trabalho reprodutivo, essencial para que a vida siga, deixe de ser visto como uma obrigação, que não precisa ser paga, e passe a ser reconhecido como o trabalho árduo que mantém a sociedade. Precisamos de uma redistribuição justa, de uma valorização econômica para essas mulheres, que, com sua força, coragem e dedicação, fazem o mundo seguir em frente, apesar de tudo.

CAPÍTULO 3

FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO: ESPECIFICIDADES DO TRABALHO FEMININO NA CATAÇÃO



Muito sol e cansativo. Faz muito esforço né. E a saúde da gente né. Cai bastante. Você engripa, uma hora é a garganta, pega sol, pega chuva e as pernas, dor nas pernas. É bem cansativo. Para nós mulheres é mais complicado. (Maria).

O trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil, embora determinante para a sustentabilidade ambiental e para o equilíbrio da economia, é marcado pela precarização, refletindo as desigualdades de classe, gênero e raça. Em um contexto em que a valorização humana deveria ser central, o trabalho das mulheres, torna-se um caminho de exploração, no qual suas lutas são desconsideradas socialmente. A **feminização do trabalho precário**, nesse sentido, não se limita ao aumento da presença feminina nesse setor, mas envolve a desvalorização e a marginalização da catação de materiais recicláveis, que se torna ainda mais invisível por ser associada a estigmas de gênero.

O objetivo deste capítulo é trazer as narrativas das participantes da pesquisa acerca das **especificidades femininas na catação**, evidenciando como essas dimensões contribuem na feminização do trabalho precário nesse contexto. Buscamos analisar como essas mulheres, especialmente as que são mães, lidam com a interseção entre trabalho produtivo e reprodutivo. A pesquisa busca compreender os impactos da maternidade e dos cuidados não remunerados nas condições de trabalho dessas mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero, classe e raça, e como a ausência de políticas públicas adequadas perpetua ciclos de vulnerabilidade e exploração. A proposta é entender como o trabalho produtivo se entrelaça com o reprodutivo, expondo como o patriarcado e a omissão do Estado, refletida pela ausência de políticas públicas, aprisionam as mulheres em ciclos de vulnerabilidade e exploração.

Até agora, temos explorado o trabalho na sociedade capitalista (Saffioti, 2001), com foco na catação de materiais recicláveis, uma atividade remunerada, apesar disso, marcada pela precarização, bem como nos trabalhos domésticos e de cuidados (Federici, 2019, 2021), que continuam sendo invisibilizados pelo sistema e, frequentemente, não remunerados. O que une esses três tipos de trabalho é o fato de, muitas vezes, nem mesmo serem reconhecidos como trabalho, uma realidade profundamente ligada aos preconceitos de classe, gênero e raça que perpassam a sociedade.

Há quem defenda que o trabalho dignifica o ser humano, vendo-o como um meio de autoafirmação e realização pessoal. Muitos afirmam que o trabalho deve ser fonte de prazer. Várias são as frases como: “Você deveria gostar tanto do que faz, que toda segunda trouxesse a mesma satisfação que uma sexta-feira”. Mas que realidade é essa? E quem é que tem acesso a ela? Por outro lado, há aqueles que argumentam que o trabalho, em muitos casos, aliena, enclausura e nos prende às amarras de um sistema que não favorece a liberdade individual, mas sim a reprodução das desigualdades sociais. De fato, compreendemos que o trabalho é primordial para a sobrevivência humana, mas, no contexto do sistema capitalista, ele se transforma em uma ferramenta poderosa para a manutenção das estruturas de poder e desigualdades.

No capitalismo, o trabalho não apenas sustenta a dinâmica econômica, mas também reforça as hierarquias sociais, intensificando as disparidades entre classes, gêneros e raças. Como Marx (1980) ensina, o trabalho no capitalismo deixa de ser um meio de expressão e desenvolvimento humano, passando a ser, muitas

vezes, um processo de exploração e subordinação, onde o(a) trabalhador(a) se vê cada vez mais distante do produto de seu próprio esforço, enquanto o sistema se perpetua e se fortalece.

Algumas pessoas conseguem escolher a área profissional em que desejam atuar, estudam em boas escolas, não precisam trabalhar durante esse período e ingressam nas melhores universidades do país - ou até mesmo no exterior -, fazem bons estágios e possuem oportunidades por meio de condições que são inacessíveis à maioria da população. Mas e aquelas que não têm sequer recursos para garantir o básico, como comida, remédios e outras necessidades vitais à sobrevivência? Em que momento alguém que vive em situação de pobreza tem, de fato, liberdade para escolher sua profissão ou local de trabalho? Para essas pessoas, frequentemente, restam os trabalhos precarizados - como a catação de materiais recicláveis.

Ao mesmo tempo, outra questão que se destaca entre tal grupo de trabalhadoras e trabalhadores é que a maior parte da população ativa que trabalha na catação é formada por mulheres (MNCR, 2014). O que leva a outro extremo de opressão, preconceitos e desigualdades, derivados do patriarcado (Lerner, 2019), que atribui papéis sociais específicos às mulheres. Como consequência, observa-se a intensificação da feminização do trabalho precário.

Silvia Yannoulas (2011) destaca que é fundamental, tanto do ponto de vista científico quanto político, atentar para a diferença entre os termos feminização e feminilização. Embora o Dicionário Houaiss (2001) trate essas expressões como sinônimos, a autora prefere adotar definições mais específicas, através de dicionários especializados em estudo de gênero, como as apresentadas no Dicionário Crítico do Feminismo, organizado por Hirata *et al.* (2009). Com base nessas distinções, Yannoulas (2011) aponta que a expressão feminização das profissões e ocupações pode assumir dois significados distintos: a feminilização refere-se a um aspecto quantitativo, isto é, ao aumento da presença de mulheres em determinadas profissões; já a feminização tem caráter qualitativo, relacionando-se às mudanças no valor social e no significado simbólico de uma profissão, decorrentes da maior presença feminina e vinculadas às construções de gênero.

Ilustrando essa situação, podemos considerar o caso da advocacia (Ordem dos Advogados do Brasil, 2023). Houve aumento da presença feminina na profissão, no entanto, as estruturas de poder permanecem majoritariamente masculinas, especialmente nos altos cargos do Judiciário (Forbes, 2023). Há então um processo de feminilização, caracterizado pelo crescimento numérico de mulheres sem alterações significativas nas relações de poder.

Já a enfermagem exemplifica um caso de feminização. Inicialmente, a profissão passou por um aumento da presença feminina, tornando-se majoritariamente composta por mulheres (Conselho Federal de Enfermagem, 2013). Com o tempo se tornou uma atividade socialmente relacionada ao cuidado, vinculada ao papel materno, identificada como um trabalho de mulher no imaginário social (Coelho, 2005), o que contribuiu para a sua desvalorização.

Essa distinção é importante para a compreensão do trabalho precário. Não se trata somente da maior presença de mulheres em determinadas ocupações, mas da forma como essas atividades são construídas e valorizadas. Assim, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha crescido significativamente nas últimas décadas, elas continuam sendo as mais afetadas pelos

trabalhos precarizados (Sudré, 2020). Nesse sentido, optamos pelo uso do termo feminização do trabalho precário, priorizando uma análise qualitativa das entrevistas e das informações coletadas, que busque, para além dos números, refletir sobre as relações sociais e os significados atribuídos às experiências das trabalhadoras.

De acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, existem cerca de 800 mil catadoras e catadores no Brasil e 70% da categoria é feminina, o que difere da pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2013), referente aos dados de 2012 do IBGE, onde se chegou ao número de 400 mil trabalhadoras e trabalhadores, dentre as(os) quais 31,1% são mulheres (MNCR, 2021).

No artigo “Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis” (2014), publicado na página do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, consta a afirmação da catadora Mariza Aparecida de Lima, direcionada publicamente à ex-presidenta Dilma Rousseff, em que a trabalhadora questiona os dados publicados na referida pesquisa (IPEA, 2013): “Somos 70% da categoria, somos mulheres negras e chefes de família”.

O IPEA (2013), discorreu sobre a diferença entre o número de trabalhadores homens e trabalhadoras mulheres, apontando que muitas delas exercem outras atividades, como o cuidado da família e o trabalho doméstico, identificando então a catação como uma atividade complementar. Diante disso, refletimos: Essa atividade é complementar até que ponto? Já que através dela entra renda para a família, enquanto o trabalho doméstico e o de cuidados, quando exercidos dentro de casa, não proporcionam um salário à mulher que os desempenha. De acordo com o artigo redigido por Mariza (2014), outras justificativas, conforme o IPEA, para a diferença dos dados são: muitas pessoas não se autodeclaram como catadoras devido à profissão ser pouco valorizada, não são contadas as trabalhadoras que estão em cooperativas e associações e o IBGE quantificatifica somente as pessoas por domicílio, invisibilizando as que moram na rua ou em lixões (MNCR, 2014).

Considerando tais questões, os números declarados pelo MNCR, foram os que consideramos nesta pesquisa, referindo-nos às mulheres como a maior parte da categoria do trabalho da catação. Silva, Souza e Schneider (2025, p. 11), afirmam que “[...] 90% dos materiais recicláveis passam pelas mãos das(os) catadoras(es), sendo que a maior parte deste trabalho é realizada por mulheres, que acumulam múltiplas jornadas”.

Outro fator que prevalece entre a categoria é a maioria étnico-racial ser preta ou parda, intensificando e afirmando mais uma face da “Questão Social”, expressa através da questão racial no Brasil (Carneiro, 2011). De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE (2011), referentes aos indicadores demográficos e socioeconômicos dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis, as porcentagens em nível nacional obtidas na época foi de 66,14% de indivíduos pretos ou pardos, 32,72% brancos e 1,14% das demais cores ou raças.

Diversas desigualdades atravessam a sociedade brasileira, entre as quais se destacam as de classe, gênero e raça. Para ilustrar essa realidade, pode-se recorrer à metáfora da **pirâmide social**: no topo estão os homens, brancos e ricos. Como descreve Heleieth Saffioti, “[...] não se pode negar que a última colocada na ‘ordem das bicadas’ é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posi-

ção é ocupada por mulheres negras e pobres” (Saffioti, 2001, p. 41). Esse cenário se reflete também em dados econômicos. Segundo levantamento do Instituto Insper, “homens brancos ganham 159% a mais que mulheres negras nas mesmas ocupações” (Think Olga, 2020, p. 19).

Ao abordar os fatores que levam as mulheres a ocuparem, majoritariamente, postos de trabalho precarizados - com destaque para a catação de materiais recicláveis -, também se evidenciam as barreiras específicas enfrentadas nesse contexto. Os relatos das entrevistadas revelam como as desigualdades de gênero impactam diretamente suas rotinas, ampliando as dificuldades já impostas pela precarização. Nesse cenário, torna-se indispensável destacar a trajetória de **Carolina Maria de Jesus**, mulher negra e catadora, que, apesar das adversidades, transformou sua vivência em literatura, deixando um legado expressivo por meio de suas obras.

Carolina era uma escritora mineira, que foi morar em São Paulo em 1937, onde trabalhava como doméstica e em 1948 se mudou para a favela de Canindé, local em que passou a trabalhar com a catação de materiais recicláveis. Através de seus diários, Carolina contava as vivências do seu dia a dia, as dificuldades, relatos sobre a fome, a criação de seus filhos, os problemas com a vizinhança dentro da favela. De uma maneira crua e dura, por outro lado, sensível.

Foi em Canindé que o jornalista Audálio Dantas conheceu e ficou fascinado pelo trabalho da escritora, a partir do momento em que leu seus, aproximadamente, vinte cadernos. Dantas colaborou para a primeira publicação, por meio da reprodução de trechos dos diários de Carolina na Folha da Noite, em 1958, e na revista O Cruzeiro, em 1959. E, então, em 1960 foi publicado o livro Quarto de Despejo - O Diário de Uma Favelada (Jesus, 1960).

A obra de Carolina foi amplamente aceita. Em menos de um ano foram vendidos mais de 70 mil exemplares, sendo que na época uma boa venda de livros era considerada através da reprodução de cerca de 4 mil exemplares. Nos cinco anos subsequentes à primeira publicação, seu livro foi traduzido para 14 idiomas, alcançando mais de 40 países (Machado, 2006). Entretanto, “O fato de ela, no dia do lançamento do livro, ter saído para catar papel, pois não tinha dinheiro para alimentação dos filhos, mostra como eram estranhas as conexões entre ela e o mundo que a reconheceria como fenômeno logo no outro dia” (Meihy, 1998, p.88 *apud* Martins, 2016, p. 12).

Seus escritos foram muito bem recebidos, já a escritora não teve a mesma receptividade. Quarto de Despejo foi grandemente aceito, enquanto a autora, no Brasil, foi paradoxalmente abandonada, como se bastasse a aceitação do seu livro. “Quanto a ela, melhor ignorá-la, esquecê-la, por ser insubmissa, desenvolta e à vontade demais num mundo que, supostamente, não lhe pertencia [...]” (Machado, 2006, p. 109).

Carolina sofreu os efeitos do rompimento com a continuidade. Não por acaso a chamaram de difícil, insubmissa, petulante, geniosa, atrevida, rebelde, transgressora, ousada, explosiva, agressiva, arrogante, desafiadora e, mais tarde, com seu sucesso em declínio, de fracassada, vítima e louca. Mas chamaram-na também de terna, alegre e corajosa (Machado, 2006, p. 105).

A obra de Carolina Maria de Jesus é de extrema relevância na literatura brasileira, evidenciando a todo o momento questões políticas e de crítica social, problematizando gênero, raça e classe social e revelando o preconceito e invisibilidade vividos pela mulher, preta, catadora de papelão.

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário (Jesus, 1960, p. 170).

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

[...]

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual a fome! (Jesus, 1960, p. 23).

[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, 1960, p. 28).

Carolina traz a fome e a pobreza como questões políticas, assim como o trabalho precarizado. Tudo é uma construção social. As desigualdades não são algo natural, elas foram criadas devido a um sistema de acumulação em que um quer ter mais que o outro e, então, uma minoria tem muito, enquanto a maioria tem bem pouco e tem os que não tem quase nada. A autora, durante as suas obras, problematiza todas essas questões pelo viés da perspectiva de uma mulher catadora de materiais recicláveis.

3.1 A materialidade do trabalho feminino na catação: corpo, renda e sobrevivência

A partir das conversas com as entrevistadas, ficou evidente que há diferenças significativas na catação para homens e para mulheres, diante disso entendemos a importância de abordarmos essas especificidades. Como é a catação para as mulheres junto às suas rotinas de trabalhos de cuidados e domésticos, destacando novamente que maior parte da categoria é formada por mulheres (MNCR, 2014), o que está intimamente relacionado à necessidade de adaptação dos horários da catação às múltiplas tarefas que realizam ao longo do dia.

Buscamos através das próximas questões entender como ocorre essa intersecção entre todos os trabalhos, desempenhados por essas mulheres, cotidianamente. Uma das primeiras perguntas feita durante a entrevista, foi sobre os **motivos que fazem cada entrevistada gostar do trabalho da catação**. Ao falarem sobre **pontos positivos** em relação à ocupação, os principais foram os relacionados ao **trabalho** e à **renda**.

Ah eu adoro catar o reciclado, porque assim a gente sai, se distrai um pouco. Sei lá. Eu gosto muito de catar.

[...]

Só quando eu não posso ir mesmo, que daí eu não gosto. Mas

quando eu vou, eu fico feliz de ir. Fico louca aqui na casa pra mim ir catar. E às vezes eles não querem né, só que eu vou a mesma coisa. (Dilma).

Porque é um serviço que é bom, a gente se distrai, sai e não fica com a cabeça pensando em coisas, daí a gente sai é muito bom ficar saindo assim para cata essas coisas, eu se sinto bem porque a gente não pode fazer outra coisa, outro serviço, a gente fica sossegado nesse servicinho assim está bom. (Eduarda).

Os motivos que eu gosto é que traz o sustento para os meus filhos e para mim. É que, tipo também é sofrido, mas é divertido né. Que a gente acha bastante coisinha boa pras crianças, pra gente. E que é de onde eu trago o meu sustento. Acho que é isso. (Luciana).

As falas das catadoras revelam um retrato profundo de mulheres que, através do trabalho de catar recicláveis, encontram não só sustento, mas também momentos de respiro e transformação. Cada uma delas traz à tona uma relação única com essa atividade, que vai além da simples necessidade de subsistência, oferecendo, de alguma forma, um alívio emocional e uma conexão com o que é essencial: a vida, a família e o próprio ser. “Ah, eu adoro catar o reciclado”, diz Dilma, com um brilho que não está só na ação de catar, mas na ideia de “sair, se distrair um pouco”.

Para ela, o trabalho é uma pausa na rotina, um suspiro de liberdade entre as paredes da casa. Ao dizer que, quando não pode ir, “não gosta”, ela revela o quanto essa tarefa se tornou um alívio, uma válvula de escape onde a mente encontra uma fuga, onde o cansaço e as preocupações do cotidiano se dissipam. E, quando os outros não querem ir, ela insiste, vai sozinha, porque para ela, mais do que o trabalho, é o prazer de estar em movimento, de se reconectar com o mundo lá fora. O trabalho de catar se torna um convite ao próprio reencontro consigo mesma.

Para Eduarda, o trabalho de catar recicláveis é como uma dança silenciosa com o tempo, onde ela “se distrai”, onde sua mente se desacelera, se despe da agitação do dia a dia. Ela nos conta que esse trabalho a faz sair e se sentir bem, como se fosse uma liberação, um alívio que vai além do físico. “Ficar sossegada nesse servicinho assim está bom”, ela diz. Em suas palavras, há uma resignação serena, como se ela aceitasse, com certo sorriso silencioso, as limitações impostas pela vida. Esse trabalho não é só sobre o que precisa ser feito, mas sobre o que se torna possível fazer quando outras oportunidades parecem difíceis de alcançar.

Luciana fala com o coração de quem carrega o peso da responsabilidade e da luta diária, mas também com a leveza de quem, em meio à dificuldade, consegue encontrar beleza. O trabalho de catar recicláveis é o que traz sustento para seus(as) filhos(as), mas, nas entrelinhas de suas palavras, também há uma ternura, um cuidado imenso com o futuro deles(as). Ela reconhece que, apesar do sofrimento, há uma alegria que surge no simples gesto de cuidar. “É sofrido, mas é divertido”, ela diz, como se o esforço de catar fosse também um ato de amor. Ela encontra valor no que outros talvez enxerguem apenas como dor, mas que para ela é também um presente, um esforço que, apesar das dificuldades, oferece algo precioso para suas crianças e para si mesma. Ela encontra no sofrimento a diversão de saber que está fazendo o que é possível para proporcionar o melhor para aqueles que mais ama.

Essas falas, cheias de sensibilidade e coragem, refletem a força de mulheres que, através de um trabalho simples, mas profundamente humano, descobrem o poder da resiliência. Elas não apenas cumprem uma função, mas tecem, em cada gesto, uma relação complexa com o mundo ao seu redor: é trabalho, é vida, é luta, é amor. E, acima de tudo, é uma busca incessante por algo mais, algo que as define e as move para frente, mesmo nos momentos de adversidade.

Terezinha, que está há cinco meses sem trabalhar na rua, devido a problemas de saúde e por precisar cuidar do neto recém-nascido, fala sobre o tempo em que trabalhou na coleta dos materiais.

Eu gostava. Gostava e se eu pudesse gostaria de novo. Porque é um lar para mim e outra coisa que eu estou na rua catando, e ali eu ganho muita coisa, não é pelas coisas também, muita alegria. Converso com todo mundo, converso com um e outro, a maior alegria da gente é estar conversando. Que dentro da casa só, a gente olha para as paredes, conversa com as paredes. Às vezes quando tem alguma coisa a gente conversa, se não tiver, o que que a gente vai conversar né. O meu netinho não fala ainda.

Terezinha fala com uma ternura que revela o quanto o trabalho de catar significava mais do que apenas uma fonte de renda. É como se o ato da coleta fosse, para ela, um refúgio, que lhe dava sentido e pertencimento. Ela compara o trabalho a um lar, como espaço onde ela se sentia acolhida, um lugar onde a vida fora de casa tomava outra forma.

Para ela, o valor não está apenas nas coisas que encontra, mas na interação que esse trabalho proporcionava. “Muita alegria”, ela diz, como se a catação fosse uma oportunidade de se conectar com o mundo ao seu redor. Conversar com as pessoas se tornou um momento de vida, algo que faltava em sua casa, onde ela se via diante das paredes, sozinha. “A maior alegria da gente é estar conversando”, Terezinha compartilha, com a doçura de quem busca, no simples ato de trocar palavras, um respiro para a alma. O netinho, ainda muito pequeno para falar, é uma presença silenciosa que, embora querida, não preenche o anseio pelo diálogo. O trabalho de catar, com sua leveza e alegria, era um antídoto contra a solidão das paredes e a quietude da casa.

O que Terezinha expressa, em sua simplicidade, é a essencialidade do contato humano, da troca de palavras e da vivência no exterior, onde o mundo se abre de maneira mais colorida. Mesmo enfrentando os desafios da saúde e da necessidade de cuidar do neto, ela sente falta da liberdade, da alegria de estar entre as pessoas, de viver o mundo com suas histórias e conversas, que tornavam o trabalho muito mais que uma tarefa física, era um ponto de encontro com a vida.

Todas as respostas estão profundamente conectadas aos cotidianos das mulheres e ao desejo de romper com a reclusão ao espaço privado. Sair de casa, acessar o espaço público, garantir uma renda, sustentar a família, dialogar e conhecer outras pessoas são ações que representam mais do que trabalho: são movimentos de autonomia. Todavia, tudo isso precisa ser conciliado com as exigências da rotina doméstica e do trabalho de cuidados. Por isso, a flexibilidade de horários se mostra um dos principais motivos pelo qual essas mulheres exercem a catação.

A flexibilidade de horários e de dias trabalhados, além de contribuir para que

o trabalho externo se encaixe em meio aos trabalhos de cuidados e domésticos, também torna possível que as mulheres possuam mais de um emprego, para o aumento da renda. Como no caso da Luciana e da Maria, que também trabalham em outras ocupações:

Eu também trabalho de diarista. Quando aparece oportunidade eu trabalho de diarista. Trabalho também vendendo as coisas na rua, balinha essas coisas (Luciana).

Eu faço bico de limpeza, serviços gerais. (Maria).

Mas a sua principal renda vem da catação? (Entrevistadora).

Aham (Maria).

E como é o dia a dia de trabalho? Você tem horários fixos? (Entrevistadora).

Não tenho, eu chego, quando eu não vou na limpeza eu vou de manhã, quando eu vou eu chego e vou a noite. (Maria).

Luciana compartilha sua trajetória com simplicidade, revelando a luta diária por sustento, que vai além de uma única fonte de renda. “Eu também trabalho de diarista”, ela diz, com a naturalidade de quem precisa se adaptar às oportunidades que surgem. Ela complementa: “Trabalho também vendendo as coisas na rua, balinha essas coisas”, evidenciando a versatilidade e a coragem diante das dificuldades, buscando diferentes formas de garantir o seu sustento. O trabalho, nesse contexto, não é apenas uma ocupação, mas um movimento constante, em que cada oportunidade representa uma chance de seguir em frente. Ela não se limita, se reinventando a cada novo caminho que surge.

Maria, por sua vez, se expressa com a mesma franqueza ao falar sobre sua jornada de trabalho. “Eu faço bico de limpeza, serviços gerais”, diz ela, descrevendo mais uma parte do cotidiano que a mantém em movimento. A palavra bico transmite a ideia de algo temporário, de algo que aparece e some, um trabalho que não garante estabilidade, mas que, ainda assim, é necessário. “Aham”, ela confirma quando é questionada sobre a catação ser sua principal fonte de renda, deixando claro que essa é a base de seu sustento, mesmo que desempenhe outras atividades.

Quando questionamos sobre o seu dia a dia de trabalho e se há horários fixos, Maria responde com uma rotina sem muitas amarras. “Não tenho, eu chego, quando eu não vou na limpeza eu vou de manhã, quando eu vou eu chego e vou a noite”. Seu cotidiano parece fluir, como se o trabalho fosse uma adaptação às demandas do momento. O tempo de Maria não é rígido, ele se ajusta às circunstâncias, ao que surge e ao que precisa ser feito. A flexibilidade é sua aliada, e ela segue o ritmo das oportunidades, sabendo que o trabalho, no fundo, é feito para se ajustar às suas necessidades.

Essas falas refletem a realidade de mulheres que, embora envolvidas em múltiplas atividades, têm na catação uma base importante de sustento. São mulheres que se adaptam, que fazem bicos, que buscam alternativas e que, mesmo sem horários fixos ou garantias, seguem em frente, com a esperança de que cada esforço, por mais incerto que seja, as aproxima um pouco mais daquilo que precisam. Quem dita a dinâmica de trabalho de cada uma delas é a necessidade de subsistência.

Renata Gonçalves (2005) discorre sobre os empregos em tempo parcial, sendo estes muitas vezes o recurso para que as mulheres possam dar conta do trabalho no âmbito público e no privado. Tais empregos possuem como consequências: remuneração reduzida, condições inseguras e precárias, a intensificação da carga de trabalho e a falta de proteção que está garantida na legislação (Gonçalves, 2005). Como aponta a autora, as mulheres ficam, dessa forma, aprisionadas duplamente, tanto no trabalho desenvolvido no lar quanto na esfera pública.

Nesse aprisionamento, muitas mulheres precisam ainda misturar os dois trabalhos e realizar ambos ao mesmo tempo, como as catadoras que precisam **levar seus/suas filhos(as) durante a catação de materiais recicláveis**. Diante deste contexto, devido às duplas e triplas jornadas de trabalhos, trabalham menos horas na catação e durante essas horas, muitas vezes precisam estar com as crianças, consequentemente cansam mais e coletam menos materiais, fator que interfere diretamente no orçamento, ganhando menos e possuindo menor poder de compra (Sobral; Santiago; Costa, 2009).

Eu levei e daí a minha filha mais velha me ajudou tudo lá. Ela me ajuda a cuidar das crianças. Quando precisou levar eu tive que levar. Não tinha com quem deixar. (Dilma).

Sim, tive que levar, tive que levar não tinha com quem deixar, daí a gente se obrigava a levar junto. [...]. É isso aí, quando eles eram mais pequenos eu tinha que me obrigar porque não tinha quem cuidasse. (Eduarda).

Já, já tive muitos momentos. Tipo quando eles eram mais pequenos, que daí eu não tinha com quem deixar né. Que eles eram mais pequenos não tinha com quem deixar. Tipo assim, muitas vezes que as meninas vão fazer curso, as duas né, eu tenho que levar. Se eu quiser coletar eu tenho que levar os pequenos porque daí não tem quem cuide. Então eu já tive essas situação que eu precisei levar. (Luciana).

Já precisei, mas eu evito bastante. Questão de saúde também, eles podem se contaminar com alguma coisa. E eu acho que é meio um constrangimento para eles. Que não tem precisão de levar eles [...]. (Maria).

Eu carregava, as meninas quando eram pequenas, eu comecei a catar, elas tinham: cinco anos, a outra tinha seis anos. A gente tinha aquelas gaiotinha de pau, de madeira que o véio fez, eu carregava as duas comigo. Porque daí não tinha com quem deixar. A Lorena e a Larissa. Daí nós carregava as duas. Daí de tarde nós chegávamos e nós ía reciclar cedo, arrumar tudo cedo para nós sair de volta. Mas depois elas começaram a ficar na escola, daí já comecei a deixar com as filhas mais velhas. Daí elas pegavam e cuidavam, iam buscar na escola. Daí nós saía só entre nós dois. (Terezinha).

Essas falas nos revelam um retrato de mulheres que, com uma força silenciosa, enfrentam o desafio diário de equilibrar o trabalho e o cuidado com os(as) filhos(as), em um cenário onde o apoio que tanto precisam é muitas vezes escasso. A falta de alternativas para deixar as crianças se torna, para elas, uma realidade inevitável e o que deveria ser apenas uma jornada de trabalho se transforma

em um caminho de muitas camadas, onde o sustento se mistura com o amor, o cuidado e o sacrifício.

Levar os(as) filhos(as) pequenos para o trabalho não é uma simples decisão, mas uma condição imposta pela falta de redes de apoio. Essas mulheres, muitas vezes, não têm escolha a não ser adaptar-se, pois o desejo de garantir o sustento e dar o melhor para seus(as) filhos(as) é maior do que qualquer dificuldade que possam enfrentar. Quando falam sobre “ter que levar” as crianças, não estão apenas descrevendo um ato de logística; estão compartilhando a realidade de quem, ao mesmo tempo, ama profundamente seus(as) filhos(as) e se vê obrigada a viver com a impossibilidade de deixá-los em outro lugar. Cada vez que levam as crianças consigo, há o peso da responsabilidade e a certeza de que, mesmo nas dificuldades, elas farão o que for preciso para estar com seus/suas filhos(as).

Maria, apesar de já ter vivido essa situação, tenta evitar ao máximo que as crianças a acompanhem, preocupada com a saúde e o bem-estar delas. Ela expressa, com suavidade, o desejo de protegê-las, de poupá-las de um mundo que já é difícil o suficiente para elas. Essa tentativa de resguardar o(as) filho(as), é uma manifestação de um amor imenso, de quem, apesar de lutar todos os dias para sobreviver, ainda tenta manter uma esfera de cuidado e segurança ao redor daqueles(as) a quem mais ama.

E, quando as crianças crescem um pouco, a dinâmica começa a mudar, como nos conta Terezinha, que, ao longo do tempo, passa a contar com as filhas mais velhas para ajudar nos cuidados. Mas a adaptação não significa descanso. A preocupação nunca se dissipa totalmente, pois o equilíbrio entre trabalho e família continua a ser uma constante que exige uma reinvenção diária, uma dança delicada entre dar e receber.

Essas falas nos tocam porque mostram mulheres que, com uma coragem imensa, se entregam ao que a vida exige delas. Elas não têm tempo para lamentar, pois precisam ser fortes, resilientes, e encontrar forças onde parece não haver. Cada gesto, cada decisão de levar o(a) filho(a), de fazer o malabarismo diário entre o trabalho e o cuidado, é um ato de amor que, por vezes, pesa, mas também enche de sentido cada dia. São mulheres que vivem à margem da fragilidade social, mas com a força de quem se recusa a deixar de lutar, de amar, de cuidar.

Essas palavras, ditas com tanta naturalidade, têm a poesia do cotidiano. Elas falam de uma luta silenciosa, mas também de um amor profundo e incondicional, que transforma as dificuldades em razões para seguir em frente, mesmo quando os caminhos parecem tão árduos. E é nessa caminhada - entre o trabalho e o carinho -, que essas mulheres constroem, dia após dia, o que significa ser mãe, ser mulher, ser forte.

Nesse sentido, mesmo a catação sendo uma maneira de as mulheres saírem do âmbito privado, no qual elas se desgastam fisicamente, psicologicamente e emocionalmente, devido aos trabalhos reprodutivos (Federici, 2019, 2020), a maior parte das entrevistadas precisa ou já precisou levar seus/suas filhos(as) durante o trabalho na rua, não desvinculando, nem mesmo nesse momento, do trabalho de cuidados.

Nas entrevistas, foram citados **cuidados específicos necessários com as crianças, durante a catação**. A Dilma e a Zélia estão **amamentando**, ambas contam como fazem durante o trabalho fora de casa para amamentarem seus bebês.

Já. Porque eu coloco no carrinho de neném ela, daí eu levo ela junto e daí quando ela quer mamar, eu vou embaixo de uma sombra e dou mama pra ela. (Dilma).

Às vezes, a gente tem que parar no meio da rua. Tem que ser em algum lugar que tem algum ponto de ônibus por perto, às vezes nem tem. A gente não tem a higiene necessária. Porque a gente está trabalhando, hora ou outra a gente mexe com os materiais recicláveis. A gente não sabe que bactéria que tem ali. Se corre o risco de alguma contaminação na mão da gente. A gente tem que parar as vezes no solzão, as vezes em pé dar mama pro neném. Então isso é bem desgastante e bem complicado. Por isso a minha preocupação em pôr ele na creche logo. Porque chega uma altura também que a criança fica irritada em ficar só no carrinho e começa a dar fome, a criança quer mamar. E se está sujo, queira ou não queira você está sujo do teu trabalho e você tem que parar, dar mama para o seu neném, sem estar devidamente higienizado, sem estar limpo. Você não sabe que bactéria que você pegou, porque você pega lixo de várias pessoas né, na mão ali, e sempre derrama as coisas na gente. É bem complicado. (Zélia).

Essas falas são um retrato de mães que, com um amor incondicional, enfrentam as duras realidades do trabalho e da vida cotidiana, onde as escolhas são escassas e as limitações, muitas. Dilma compartilha a delicadeza de amamentar sua filha, buscando um refúgio sob a sombra de uma árvore, entre o vai e vem do seu trabalho. O gesto de alimentar sua filha, em meio à dificuldade, carrega em si toda a força de uma mãe que, mesmo em circunstâncias difíceis, encontra uma forma de cuidar, de se entregar. O carrinho de bebê, ao invés de ser apenas um meio de transporte, se torna um símbolo dessa maternidade, que não se desvia das suas responsabilidades, mesmo quando o mundo ao redor exige tanto.

Já Zélia, com uma sinceridade crua, nos conta sobre o desgaste que a acompanha ao ser mãe e trabalhadora ao mesmo tempo, em um cenário onde a falta de condições torna tudo mais difícil. A angústia de amamentar no meio da rua, sem os cuidados que a higiene exige, é mais do que uma questão de praticidade: é uma luta constante contra o risco, contra a própria vulnerabilidade, contra um sistema que não garante o mínimo para que essas mulheres possam cuidar dos(as) filhos(as) com dignidade. O medo de contaminação, de estar em contato com resíduos de materiais desconhecidos, aumenta a pressão sobre suas consciências maternas, que se veem forçadas a colocar a saúde do(a) filho(a) em uma balança onde o trabalho pesa mais do que o cuidado, já que a escolha precisa ser sobreviver.

O que essas mulheres revelam, em suas palavras, é a resistência de quem, mesmo diante de adversidades, não se permite desistir. Amamentar sob o sol, em pé, cansada, é um gesto de entrega, mas também de dor. O corpo da mulher, muitas vezes exausto, se vê empurrado a dar de si para garantir o bem-estar do(a) filho(a), mesmo que isso signifique enfrentar riscos e desconfortos. Zélia fala com preocupação de levar seu filho para a creche, uma tentativa de proteção que ela não consegue proporcionar sozinha, mas que deseja profundamente.

As participantes discorreram sobre a **falta de acesso a políticas públicas** que ofereçam alternativas para as crianças ficarem durante a catação. **Falta de vagas em creches** ou a **burocratização para acessar essas vagas** foram as dificuldades mais citadas. Como sempre, as mulheres são as responsabilizadas por

esses cuidados: são elas, em geral, que buscam as vagas em creches e também que arcam com as consequências quando não conseguem acesso a esse serviço.

Ao serem questionadas sobre o **apoio do Estado para a diminuição da sobrecarga de trabalhos das mulheres** - especialmente no que se refere a vagas nos CMEIS e à necessidade de levar as crianças no trabalho da catação -, as entrevistadas pronunciaram as seguintes falas:

Ah tinha que ter né, mais vaga né, mais oportunidade né, para diminuir o sofrimento da gente. (Dilma).

Sim, com certeza. Não tinha né, ninguém ajudava, não era fácil correr atrás dessas coisas e pagar, como ia pagar os outros para cuidar também não tinha, daí era ruim tinha que se obrigar a fazer isso aí. (Eduarda).

Na verdade sabe, por creche, por escola, nessa parte, pra mim tá bom sabe, não sei se pra muitas pessoas não está, mas pra mim tá bom. A questão é essa burocracia sabe. Eles estão fazendo muita burocracia, hoje em dia pra você colocar um filho na creche, você precisa ir na prefeitura, você precisa ir em um lugar, em outro, pra ver se você vai conseguir resgatar uma vaga né. Sabendo que tem a creche ali, que tem a escola. Muitas vezes você tem que caminhar quilômetros e quilômetros pra você conseguir e ainda você fica numa fila de espera, pra saber se vai dar certo ou não. Então eu acho que o que tá acabando mesmo é a burocracia. (Luciana).

Bastante. Porque é um risco né para as crianças e se deixar em casa, como eles são de menor, também é perigoso. Se levar é muito mais complicado. Se for pagar para alguém ficar, com o que você ganha na catação, sai um pelo outro. (Maria).

Eu acho que nem eles né, tem criança pequena né, acho que dificultam muito. Tem que ter mais creche pra criança né, que deixe de cedo a tarde. Que daí a mãe sai mais despreocupada. Pensando, “não, tem que pegar a criança tal hora”, daí chega aquela hora tá na casa para buscar. (Terezinha).

Eu tenho esperança de pôr o meu bebê na creche, que é um direito dele. Eu já bati panela, já fui no CRAS, já fui no Conselho, já liguei na Secretaria da Educação, já fui no CMEI, mas parece que os olhos estão meio fechados em relação a isso. Eu acho que é só se meu filho tivesse sofrendo mesmo algum tipo de abuso que eles voltariam os olhos para ele. Como ele está sendo bem cuidado, acho que eles não estão se preocupando muito. Mas ele está sendo exposto, o meu filho está sendo exposto e não é porque eu quero. Eu não quero estar com meu filho na rua. Porque corre o risco do sol esquentar muito, o que faz mal pra ele, se chover, se tiver frio, se tiver vento, o meu filho está sendo exposto, as pessoas estão olhando para ele, as pessoas estão achando que eu to usando meu filho para ganhar as coisas e eu não quero isso pra ele, sabe? Quando a última vez que eu tive notícias tinha 42 crianças na fila na frente dele. Então nem sei se ele entra esse ano agora, talvez metade desse ano pro final né. (Zélia).

Seus depoimentos revelam um retrato de mães que, dia após dia, se veem empurradas por uma realidade difícil, onde o cuidado e o trabalho se entrelaçam

com as limitações de um sistema que não as apoia da forma que precisam. Elas pedem mais oportunidades, mais creches, mais espaços de acolhimento que permitam que, enquanto trabalham para garantir o sustento, também possam oferecer aos(as) seus(as) filhos(as) um futuro mais seguro e cheio de possibilidades.

A falta de vagas nas creches e a burocracia, que se ergue como uma barreira a cada tentativa de acesso a esses serviços essenciais, é um grande obstáculo. Para essas mulheres, a luta não é apenas pelo amanhã, mas por algo tão simples quanto garantir que seus(as) filhos(as) tenham um lugar seguro para aprender e se desenvolver. A frustração presente em suas falas, revela a dor de viver em um ciclo onde o amor pelos(as) filhos(as) não é o suficiente para romper o desafio constante de um sistema insensível.

O trabalho, muitas vezes, exige que elas se adaptem, que arranjem soluções, enquanto lutam contra o estigma de serem vistas como mães negligentes por levar seus(as) filhos(as) a lugares inadequados, ao invés de poder deixá-los em um espaço institucional de proteção e aprendizado. E o medo de expor seus(as) filhos(as) ao sol forte, à chuva, ao vento, é um medo constante, que caminha com elas a cada dia.

Mas o que essas falas nos trazem não é só uma dor, mas também esperança, uma esperança de que, algum dia, o direito ao cuidado infantil, à educação, à dignidade, seja algo tão natural quanto o amor que essas mães sentem. Elas não querem favores, mas sim a justiça de um sistema que as reconheça, que entenda suas necessidades e que ofereça, sem burocracia, as condições mínimas para que possam viver com mais leveza. O que essas mulheres pedem é apenas o **cumprimento dos direitos mais básicos**, os direitos de ser mãe e trabalhadora com dignidade, de ver seus filhos crescerem em um mundo mais justo, onde a luta diária não precise ser tão árdua.

Como discorremos no capítulo anterior, nós, mulheres, criamos a força de trabalho - a futura mão de obra, que sustenta o sistema (Federici, 2021). É nosso direito que o cuidado com as crianças seja compartilhado e que o Estado assuma a responsabilidade de prover os direitos previstos na Constituição, tanto em relação a nós, quanto aos(as) nossos(as) filhos(as). A Constituição Federal de 1988 tem como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (Art. 1º), e declara como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988, Título I, Art. 3º).

Nesse sentido, constitucionalmente é direito fundamental a promoção do bem de todos, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades, para isso, é intrínseco que essas mulheres e suas crianças recebam proteção e oportunidades comuns a todos e a todas.

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), os relatos evidenciam a violação de direitos fundamentais: o art. 4º estabelece ser dever da família, da sociedade e do poder público assegurar, “com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”; o art. 53 garante o acesso à educação; o art. 54, IV, prevê o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos e o art. 5º veda qualquer forma de negligência ou exposição a situações de risco. Assim, a ausência de vagas, as barreiras burocráticas e a desconsideração das condições concretas de cada família configuram o descumprimento de direitos legalmente assegurados, resultando na exposição dessas crianças a contextos inadequados e inseguros.

O enfrentamento das situações de vulnerabilidade está diretamente relacionado à superação da desarticulação entre as políticas públicas e à falta de integração entre as instituições do poder público, agravada pela ausência de uma rede municipal de serviços bem estruturada. Essa fragmentação contribui para a manutenção e a reprodução das desigualdades sociais. Somente através do acesso a políticas públicas básicas, como educação, habitação, saúde, trabalho, renda, entre outros, as pessoas terão a “[...] oportunidade de desenvolver sua autonomia, autodesenvolvimento e capacidade de ação [...]”, dentro do sistema capitalista (Lopes; Prates, 2021, p. 29), mesmo que de maneira limitada.

Portanto, o que as mulheres chefes de família em situação de pobreza e negras, majoritariamente precisam é de um Estado protetivo e interventivo, que reverta os impostos pagos em melhorias para o território que elas habitam. Elas precisam de uma escola ou creche em tempo integral para deixar os filhos e poder ir trabalhar tranquilas, sabendo que eles ficarão seguros e bem alimentados. E quando precisar de uma consulta médica, não precisará amanhecer em uma fila, mesmo depois de ter trabalhado o dia todo fora de casa e ainda cumprir o seu papel de mãe e dona de casa. Porque a realidade das mulheres que vivem em situação de pobreza, é de descaso e abandono total, elas e seus filhos lutam um dia de cada vez para sobreviver, nesse sistema tão cruel (Lopes; Prates, 2022, p. 35).

Izabela relata que não levava a filha e o filho durante a catação por medo: “*Não, criança eu não levei, eu nunca levei, porque eu tenho medo do Conselho.*” Em outro momento ela fala que pôde contar com sua cunhada, fato que novamente mostra a rede de apoio que as mulheres criam entre si, pela falta da responsabilização do Estado - assim como as mulheres que tiveram a colaboração de suas filhas para cuidarem dos(as) filhos(as) mais novos(as), enquanto elas realizam a catação.

Dilma conta que a filha mais velha, na época ainda criança, ia junto para ficar cuidando das menores dentro da gaiota, enquanto a mãe coletava e ainda tinha a responsabilidade de cuidar de todas as suas crianças. Ana Eliza Belizario Rodrigues (2017) define como uma estratégia cotidiana nas famílias de catadoras(es) a incumbência do(a) filho(a) mais velho(a) de assumir responsabilidades relacionadas aos irmãos(ãs) mais novos(as), além da divisão das tarefas domésticas entre os filhos(as). Essas práticas refletem a forma como a mulher busca, com os recursos disponíveis, manter a sua família. Ressaltando novamente, que essas

tarefas são majoritariamente atribuídas às meninas (Mota, 2018), como entre o grupo de entrevistadas em que somente as filhas foram citadas por colaborarem com as mães nas atividades.

Nesses relatos, podemos observar novamente a maternidade transferida na concretude da vida. E como, apesar de ser uma maneira de as mulheres conseguirem apoio para desempenharem o que precisam fora de casa, transferindo o cuidado, também constitui um meio de atualizar “[...] desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais” (Costa, 2002, p. 303).

A fala da Izabela, revela uma contradição perversa do sistema, que, em vez de estender a mão para apoiar essas mulheres, as sobrecarrega com uma culpa que não é delas. O poder público, ao invés de oferecer o amparo necessário, como creches ou programas de assistência, deixa-as mais vulneráveis, desprotegidas e, muitas vezes, à mercê do medo de serem criminalizadas por simplesmente tentar garantir o sustento da família. Como esperar que essas mulheres, que carregam o peso da responsabilidade do cuidado sozinhas, consigam equilibrar o trabalho e o cuidado sem o apoio mínimo para isso?

Não se trata apenas de uma falha do Estado, mas de uma sociedade que, em seu olhar conservador e patriarcal, reforça a culpa das mulheres catadoras, julgando-as por levarem seus(as) filhos(as) para a catação, sem compreender a complexidade da situação em que vivem. Elas não estão apenas lutando pela sobrevivência, mas também enfrentando a condenação constante, como se o simples ato de tentar cuidar de seus(as) filhos(as), enquanto trabalham, fosse um crime. A falta de redes de proteção, de políticas públicas adequadas, não é apenas uma falha institucional; é a **negação de um direito básico**, de um apoio justo para a formação dos novos membros da classe trabalhadora.

Ao conversar com Zélia, que tem um bebê de um ano e que, desde cedo, precisou levá-lo com ela para a catação, perguntei se em algum momento ela já havia sofrido **discriminação por estar com seu filho durante a coleta**. Ela relatou que:

Já. O pessoal fala “põe o bonezinho nele”, “ah, ele não tá com frio?”, “ah, será que ele não tá com calor?”, “será que ele não tá com fome?”. A pessoa pergunta como se eu não soubesse o que ele precisa, como se eu fizesse questão de levar meu filho junto. Uma vez um senhor falou para mim. Uma vez um senhor falou para mim: “Você tem que trabalhar e quando o seu filho crescer, você tem que colocar ele na escola, porque se não ele vai ficar com o mesmo futuro que você, catando lixo”. E isso é uma coisa que me doeu, porque eu não cato lixo porque eu quero, é porque eu preciso e porque eu não tive a oportunidade de ter um estudo bom, de poder continuar com os meus estudos. E parei por “n” motivos e eu só levo o meu filho junto porque não tem creche, que é um direito dele e não tem vaga, e as pessoas assim, apontam o dedo e quantos que não falam né, e vêem a gente com a criança ali e pensam: “nossa, esses locos saindo com a criança, expondo a criança à bactéria, lixo, sol, frio, chuva”, porque pode chover a qualquer momento, como tá calor pode esfriar, mesmo que esteja friozinho pode esquentar e fazer um solzão de rachar, então a criança está exposta, mas não é porque a gente quer. A gente precisa trabalhar e com quem é que eu vou deixar o meu filho? Eu não confio de deixar com ninguém, né. (Zélia).

O depoimento de Zélia revela o peso de ser reprovada, criticada, enquanto tenta fazer o impossível para garantir o sustento de seu filho. As perguntas que surgem ao seu redor, como se ela não soubesse o que seu filho precisa, são um reflexo de um olhar que não compreende a complexidade da sua luta. “Ele não está com frio?”, “Será que ele não está com fome?”, questionam como se o cuidado de Zélia fosse insuficiente. Mas ela não leva seu filho consigo por escolha; ela o faz porque a falta de uma creche, de um apoio que é direito, a obriga. Seu coração se parte com cada julgamento, pois a sociedade não vê a mãe que luta, mas apenas a mãe que expõe seu filho ao risco, sem entender que a verdadeira exposição vem da falta de oportunidades e do abandono de um sistema que deveria ampará-la.

E as palavras de um senhor, carregadas de preconceito, a ferem intimamente: **“Seu filho vai ter o mesmo futuro que você, catando lixo”**. Mas o que ele não vê é que Zélia não cata lixo por escolha; ela cata porque não teve outra opção, porque o futuro que sonhou para seu filho foi arrancado por um sistema perverso e injusto. Ela não quer expô-lo ao risco do sol, da chuva, das doenças, mas não há outra escolha. Sua fala é um clamor de quem, mesmo diante das dificuldades mais imensas, tenta, com todo o amor e sacrifício, proteger seu filho e dar a ele a chance de uma vida melhor. E, no fundo, o que Zélia diz é simples: ela só precisa de um apoio para que não precise mais carregar esse fardo sozinha.

A sociedade responsabiliza as mulheres pelos cuidados, fiscaliza a maneira que estão cuidando, critica as formas de cuidar, está sempre pronta para julgar e opinar em relação à vida e a maneira de fazerem tudo e por fim, abandona para que as mesmas se virem; “teve filho porque quis né, agora tem que cuidar”. O pensamento machista está tão enraizado, que as próprias mulheres criticam, com frequência, umas às outras.

Antropólogas feministas demonstraram que a divisão sexual do trabalho revela uma “[...] relação de poder dos homens sobre as mulheres” (Mathieu, 1991a; Tabet, 1998 apud Kergoat, 2009, p. 1), em que as funções desempenhadas pelos homens tendem a ser socialmente mais valorizadas do que aquelas atribuídas às mulheres (Kergoat, 2009). Assim, além de sermos historicamente responsáveis por grande parte do trabalho reprodutivo, ainda somos constantemente julgadas por nossas ações, como se o controle social das nossas decisões fosse legítimo. Essas interferências e opressões tornam-se ainda mais intensas quando atravessadas pelos marcadores de classe social e raça.

Sem ou com pouco apoio do poder público e fragilidade nas redes sociais familiares, para o cuidado dos(as) filhos(as) - ou de outros(as) dependentes -, fica mais difícil conseguir trabalhos com horários fixos, mais bem remunerados e com carteira assinada (Rodrigues, 2017). Apesar disso, parte das entrevistadas fala do **desejo de sair da catação** e também destacam **não quererem esse trabalho para os(as) seus/suas filhos(as)**.

Eu sempre tento deixar eles com a minha irmã ou com minha filha maior. E tento aconselhar eles para saírem¹. (Maria).

Mas eu tenho fé de arrumar um trabalho melhor e poder dar uma vida melhor. Dar um estudo, por meu filho em uma faculdade, eu

1 Refere-se à orientação para que busquem outras formas de inserção no mercado de trabalho, diferentes da atividade de catação de materiais recicláveis.

não quero isso para ele. Sabe, eu tenho esperança e eu sei da minha capacidade, mas eu acho que vai dar tudo certo, se Deus quiser. (Zélia).

O desejo de Maria e Zélia de sair do trabalho da catação não é apenas uma aspiração por melhores condições de vida, mas uma busca pela possibilidade de garantir um futuro mais seguro e promissor para seus(as) filhos(as). O trabalho da catação, apesar de ser uma fonte de sustento, representa a precariedade, a invisibilidade e a falta de opções. Para estas participantes, essa atividade é um reflexo das limitações impostas pela falta de acesso a melhores oportunidades, e não uma escolha de vida.

O desejo de “arrumar um trabalho melhor” carrega em si o sentimento de quem sabe da própria capacidade, mas também reconhece as barreiras que o contexto social e econômico impõem. Elas querem proporcionar aos(as) filhos(as): educação, dignidade, possibilidades. Para elas, sair da catação não é só uma questão de se afastar de um trabalho fisicamente desgastante e socialmente não reconhecido, mas uma tentativa de romper com um ciclo de dificuldades, onde o trabalho, muitas vezes, é sinônimo de exaustão e, em alguns casos, de estigmatização.

Esse desejo reflete o anseio por uma vida com mais oportunidades, onde não é preciso carregar o peso do julgamento da sociedade ou viver na constante luta por garantir o básico. A busca por um trabalho melhor é um reflexo da luta diária por um futuro diferente, onde, possam olhar para os(as) filhos(as) e ver neles a esperança de um caminho com mais chances. E esse anseio por mudança não é apenas pessoal; é uma esperança coletiva, uma aspiração de transformação social e econômica, que vai além da busca individual por melhores condições de vida.

Cláudia Moraes da Costa Vieira (2020), ao escrever sobre narrativas de estudantes, filhos(as) de catadores(as) de materiais recicláveis, aponta que mães e pais catadores buscam encaminhar seus(as) filhos(as) para a escola, para que através do progresso escolar suas vidas mudem, através de profissões que consideram melhores do que a que exercem no presente e em que tenham acesso aos direitos trabalhistas.

Apesar de tanto as catadoras quanto os catadores, que trabalham de forma individual, estarem à margem do sistema de proteção social que garante algum direito às(aos) trabalhadoras(es), as **mulheres possuem situações específicas relacionadas à saúde e à falta de direitos advindos de trabalhos informais.**

Dilma responde à pergunta sobre se já teve algum prejuízo à saúde decorrente da catação: *“Sim. A saúde, da hérnia né, de tanto empurrar o carrinho né, que agora vou ter que fazer uma cirurgia. Já está marcada, só esperar o médico chamar, porque eu tive esse problema por causa de fazer muito esforço. De saúde.”* E complementa sobre a condição que irá ficar, *“É uma hérnia. Vou ter que fazer a cirurgia, daí vou ficar em cama né, um mês por aí, daí não vou poder trabalhar, até eu poder me recuperar.”* Lembrando que não possui nenhuma segurança em relação a receber qualquer renda durante esse período, no que diz respeito ao seu trabalho.

De acordo com Dilma, o motivo de ter tido hérnia foi por trabalhar durante

toda a dieta², sendo que “[...] O único sustento que eu tinha para sustentar meus filhos né, era trabalhando no reciclado [...]”. Essa é a realidade da maior parte das mulheres catadoras, as quais, como Dilma, precisaram trabalhar durante toda a gestação e também no pós-parto, devido à falta de direitos protectionistas à maternidade para mulheres que trabalham informalmente.

No caso da Luciana, ela trabalhou em todas as gestações, tendo inclusive complicações na última.

Na verdade, em todas as minhas gestações, eu nunca parei de catar materiais recicláveis. Agora do neném também. Do neném foi, que era uma gravidez de risco né. Ainda que eu peguei pressão alta na gravidez. E daí era gravidez de risco, daí até ele nasceu de oito meses, ele nasceu prematuro de oito meses. Por causa disso também um pouco. Por causa da reciclagem. Daí tinha que continuar. [...] então era só eu e as minhas filhas, eu não tinha quem me ajudasse, era só Deus e eu mesma.

Esse relato traz à tona uma dura realidade, onde a negligência do Estado se mistura com a perversidade de um sistema que ignora as necessidades básicas das mulheres trabalhadoras. Ao continuar trabalhando durante sua gravidez de risco, enfrentando complicações graves e um nascimento prematuro, Luciana nos revela o preço que muitas mulheres pagam para garantirem o sustento de suas famílias. Ela não teve escolha, pois a necessidade de sobrevivência e a falta de alternativas a forçaram a seguir, mesmo colocando sua saúde e a de seu filho em risco.

Esse sacrifício é uma imposição de um sistema que não vê as mulheres como seres humanos inteiros, mas como peças dispensáveis, que devem se ajustar para atender às exigências do mercado. O Estado, que deveria ser um amparo, permanece ausente, deixando Luciana e tantas outras mulheres a mercê de sua própria luta. Não há descanso, não há apoio, apenas a dura exigência de continuar. O capitalismo, com sua frieza, exige que o corpo da mulher se doe, sem considerar o quanto ela precisa de cuidados e de amparo. É a perpetuação de um ciclo onde o cuidado e a vida das mulheres são tratados como secundários, enquanto a precisão de trabalhar permanece inquestionável.

Mulheres que atuam na catação de materiais recicláveis são trabalhadoras como quaisquer outras, enfrentando, inclusive, condições de trabalho extremamente insalubres. Ainda assim, seguem desamparadas por leis que deveriam protegê-las. A legislação brasileira possui leis específicas voltadas à proteção da maternidade, contemplando gestantes e puérperas. Mas a quem, de fato, essas leis alcançam? Quem são as mulheres realmente protegidas por esses direitos? Certamente, não são aquelas que vivem à margem do sistema, na pobreza e informalidade. Para essas, a proteção não chega e, diante da omissão estatal, é como se suas vidas simplesmente não importassem.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que gestantes e lactantes devem ser afastadas de atividades classificadas como de grau máximo de insalubridade, como o trabalho na catação de recicláveis. Ainda que assim seja,

2 “Dieta” refere-se ao período de cerca de 40 dias após o parto, fase em que se recomenda repouso e recuperação da mulher.

devido à informalidade do trabalho das catadoras, essa legislação não lhes oferece proteção.

Em algumas situações, como no caso de Zélia, quando o pai do bebê estava presente e eles conseguiram se organizar, ela pôde interromper o trabalho. No entanto, como Zélia mencionou em outro momento, o que ganham com a catação é pouco, e a sua ausência fez uma grande diferença no sustento da família. Embora a decisão tenha sido difícil, foi a possível naquele momento, com o casal assumindo inteiramente a responsabilidade pela escolha.

Olha eu vou falar a verdade, quando descobri que estava grávida já parei. Já parei porque gestante não tem como puxar peso né. Por mais que eu precisasse, não tem como você arriscar, porque dá muita dor no ventre e é perigoso descolar a placenta. Mas por sorte meu marido já estava mais recuperado, ele já conseguia puxar a gaiota. (Zélia).

A maioria das entrevistadas não conseguiram parar de trabalhar na catação, nem mesmo durante a gestação. Parte dessas mulheres chefiavam suas casas sozinhas, precisando garantir o sustento sem nenhum apoio, mais uma vez ficando responsabilizadas pela manutenção de suas vidas e das vidas de seus/suas dependentes.

Eu catei até um tempo da minha gestação. Só que daí o meu ex-marido ia junto né, ele trazia a gaiota e eu só ajudava a catar. Daí depois ele ia sozinho, até um tempo que a gente ainda tava juntos. Aí separamos e ficou só eu. (Maria).

Em sua narrativa Maria revela a fragilidade das relações e como, muitas vezes, as mulheres se veem sozinhas diante dos desafios da vida. Durante a gestação, ela contava com o apoio do ex-marido, que a acompanhava na catação, trazendo a gaiota e compartilhando a carga do trabalho. No entanto, após a separação, essa parceria se desfez, e Maria se viu sozinha, tendo que assumir toda a responsabilidade.

Essa transição, de um momento de apoio para um período de solidão, reflete a dureza que muitas mulheres enfrentam quando se encontram sem suporte, seja familiar ou social. A separação não trouxe apenas a perda de um parceiro, mas também o peso de ter que sustentar a família de forma isolada, em um trabalho informal e instável. Sua fala ecoa a luta de mulheres que, após o fim de uma relação, continuam, sozinhas, a carregar o mundo nas costas, sem a devida assistência e sem as condições necessárias para viver com mais leveza.

A respectiva fala mostra a realidade de muitas mulheres, que além de viverem a desresponsabilização do Estado na garantia de políticas públicas - as quais atendam a todas que precisam de apoio durante a gravidez e na assistência ao cuidado de filhos(as) pequenos(as) -, também não contam com o auxílio do pai da criança, exercendo sozinhas o cuidado dos(as) filhos(as) e dependentes, a manutenção da casa e as outras obrigações que existirem em seus cotidianos.

Perguntando sobre o que as entrevistadas acham em relação à **“questões femininas” dificultarem o trabalho na catação de materiais recicláveis**, foi quase unânime que existe o aumento da dificuldade, sendo que somente uma

entrevistada respondeu de forma negativa à questão. As participantes responderam da seguinte maneira:

[...] eu fui de dieta, fui grávida das minhas crianças. De dieta, de fazer esforço que eu peguei hérnia, porque eu não me cuidava né. Eu fiz esforço. (Dilma).

Não, não tem perigo. Porque onde eu vendo as coisas, tem bastante mulher grávida, trabalhando na boa ali. (Izabel).

Torna sim. Que nem eu falei, eu estava trabalhando tive que parar porque eu engravidei né e depois que eu engravidei não pude voltar por estar puérpera né. Agora meu neném vai fazer um ano mês que vem, só que eu não consegui creche pra ele. Não tenho com quem deixar. Então ainda não pude retornar, sendo que é uma coisa que eu preciso. Porque o reciclado dá pouco. O meu marido, quando eu estava trabalhando junto com ele, depois que ele melhorou, a gente ainda tava mais ou menos. Mas aí eu tive que parar, e ele doente fazendo uma viagem por dia só, agora com o bebê, pandemia, as coisas subiram, não adianta a gente tapar o sol com a peneira. (Zélia).

A partir dos relatos apresentados, observa-se que, nos casos em que a mulher conta com o apoio do companheiro, ainda há, em algumas situações, a possibilidade de interromper o trabalho, mesmo que isso comprometa a renda familiar. Por outro lado, quando a responsabilidade pela geração de renda recai exclusivamente sobre ela, não há escolha: é preciso continuar trabalhando para garantir a própria sobrevivência e a de sua família.

Independentemente do estado civil, a maioria das entrevistadas concorda que as “questões femininas” tornam o trabalho da catação mais difícil. Como a remuneração das mulheres depende diretamente da quantidade e qualidade do material coletado a cada dia, fica claro que a gestação e o pós-parto impactam negativamente a renda das catadoras durante esses períodos. Além disso, o trabalho pode trazer sérios riscos à saúde da gestante e do bebê, agravando ainda mais as dificuldades enfrentadas por essas mulheres.

As transformações relacionadas ao trabalho feminino são necessárias, porém ambíguas, pois geraram novas formas de constrangimentos e de discriminações, produzindo perversos efeitos, reforçando a dominação masculina e continuando o alinhamento das mulheres às normas dos homens. Resultando em formas de trabalho precário que atingem majoritariamente as mulheres, o que culminou em um “processo de pauperização invisível” da classe trabalhadora feminina (Bihr; Pfefferkorn, 1996 *apud* Gonçalves, 2005, s/p).

Renata Gonçalves (2005), discorre que há cerca de três décadas anteriores à sua pesquisa, iniciou-se a recomposição do proletariado, por meio do crescimento da participação feminina na chamada população economicamente ativa, contudo esse aumento não ocorreu em todos os setores de maneira equilibrada.

No Brasil, enquanto no setor primário houve a queda de 46,8% em 1940, para 19,3% em 1983 de mulheres trabalhando na área; no setor secundário, durante o mesmo período, aconteceu o crescimento de 10,6% para 13,6 %; e no setor terciário ocorreu o salto de 24,6% para 67,1% de participação feminina (Gonçalves, 2005). Tornando-se perceptível a maior concentração em específicas categorias

ocupacionais, o que foi chamado de “sexualização das ocupações” (Bruschini; Rosenberg, 1982 *apud* Gonçalves, 2005).

Fernanda Mota (2018) discorre sobre a divisão sexual do trabalho, mais especificamente em relação ao de cuidado, mostrando que a mesma opera sob o princípio de separação e de hierarquização. Diferentes atividades são atribuídas a diferentes sexos, de acordo com a natureza desses sexos. Essas atividades ocupam posições distintas em uma escala de valor e de moral, sendo que as ditas femininas ocupam as piores posições nessa escala. Tais atividades também são relacionadas a outros grupos subalternos, como às mulheres que vivem em situação de pobreza. Isso mostra que a divisão sexual do trabalho opera em um sistema de gênero, e também na formação de um sistema de classes, interagindo ambos entre si.

Seguindo esta linha, concluímos que: a maior parte da população pobre brasileira é formada por mulheres negras (IBGE, 2020), a maior parte da categoria de catadoras(es) é de mulheres (MNCR, 2014) negras (Dagnino; Johansen, 2017) e a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e de cuidados está quase sempre sobre as mulheres (IBGE, 2019b), estando estes fatores todos relacionados e mostrando assim o caráter sexista, misógino, racista e classista da nossa sociedade. Características que possuem longas e fortes raízes históricas e aparecem através do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis.

Este capítulo, ao contar as histórias das catadoras, nos convida a olhar para as vidas destas mulheres, para as suas subjetividades, suas lutas e os significados profundos que carregam no trabalho da catação. Ao longo dos relatos, fica claro que, apesar da importância dessa atividade para a sobrevivência e a economia, ela é marcada pela precarização, invisibilidade e pela sobrecarga imposta pelas desigualdades de classe, gênero e raça.

As mulheres catadoras, em sua maioria negras e chefes de família, não só enfrentam a vulnerabilidade do trabalho informal e desprotegido, mas também a pressão de equilibrar o sustento da casa com as demandas do cuidado doméstico e da maternidade, frequentemente sem o apoio institucional. A falta de creches e de políticas públicas adequadas, somada à persistente visão patriarcal, aprisiona essas mulheres em ciclos de exploração e limita suas opções. Elas continuam a trabalhar, muitas vezes contra a própria saúde, porque não há escolha, não há espaço para pausas ou para se proteger do desgaste.

A trajetória de Carolina Maria de Jesus serve de inspiração, pois sua escrita denuncia a marginalização e a invisibilidade dos(as) mais pobres, e especialmente das mulheres negras. Ela é uma voz que ecoa e ressoa nas catadoras de hoje, que buscam não só o sustento, mas uma transformação que vá além da catação, que ofereça dignidade e respeito. Mesmo quando enfrentam tantas adversidades, essas mulheres não perdem a esperança. Elas sabem da sua força e da sua capacidade de lutar por um futuro melhor, não só para elas, mas para seus/suas filhos(as), para suas famílias e para todas as mulheres que, como elas, buscam, dia após dia, continuar a viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



“Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (Freire, 1992, p. 05).

Ao concluirmos esta obra, o que pulsa com mais força não são os dados, mas a força, a garra e a coragem de cada uma das sete mulheres que compartilharam suas vidas conosco e que representam tantas outras que seguem existindo e resistindo em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais. Suas trajetórias revelam não apenas estratégias de sobrevivência, mas formas cotidianas de enfrentamento, nas quais se afirmam como protagonistas de suas próprias histórias.

As entrevistas realizadas constituíram um importante caminho de escuta e aprendizagem, permitindo compreender os cotidianos de trabalho feminino no contexto do sistema capitalista, especialmente na catação de materiais recicláveis - atividade na qual as mulheres representam a maioria da categoria (MNCR, 2014) - e também nos trabalhos domésticos e de cuidado.

O trabalho na catação de materiais recicláveis, embora essencial do ponto de vista ambiental, está inserido em uma lógica que articula precarização e exploração, expressando as contradições do sistema capitalista. O trabalho das catadoras se revela, muitas vezes, como um grito abafado em meio a estruturas que mantêm desigualdades, afastando essas mulheres da riqueza que, com as próprias mãos, ajudam a produzir. Ainda assim, também se constitui como espaço de reinvenção e de construção de sentidos, onde transformam o que é descartado em possibilidade de sustento e continuidade da vida.

Ao olhar para a vida cotidiana dessas mulheres, com as lentes sensíveis de Agnes Heller (1985), observa-se que a rotina é o alicerce de suas existências concretas, sendo marcada pela ausência de tempo livre. Essa condição é ainda mais restrita para aquelas que acumulam responsabilidades de cuidado, evidenciando a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo e resultando em jornadas extensas e exaustivas. Nesse contexto, o trabalho doméstico e de cuidado, embora fundamental para a manutenção da vida, permanece invisibilizado e desvalorizado.

Quando colocamos em diálogo as experiências das mulheres com o referencial teórico mobilizado, evidencia-se que a exploração presente no trabalho da catação se intensifica quando atravessada pelas desigualdades de classe, gênero e raça. Mulheres negras, em situação de vulnerabilidade, muitas vezes responsáveis pelo sustento familiar e pelo cuidado dos(as) dependentes, são as mais atingidas, dividindo seu tempo entre o trabalho nas ruas e o cuidado dos(as) filhos(as), que frequentemente as acompanham nas rotas de coleta.

A insuficiência de políticas públicas, especialmente no acesso a creches,

evidência a ausência do Estado na garantia de condições mínimas para a conciliação entre trabalho remunerado e cuidado, exigindo dessas mulheres soluções cotidianas. Nesse contexto, a chamada maternidade transferida - quando mulheres assumem cuidados que são responsabilidade de outras -, acaba por se tornar uma alternativa, ainda que marcada por limites, podendo reproduzir a sobrecarga de desigualdades quando realizada entre mulheres de diferentes classes sociais.

A flexibilidade de horários, longe de ser uma vantagem, é uma necessidade contundente para conciliar o trabalho remunerado com os domésticos e de cuidado, mas essa flexibilidade as mantém em condições de instabilidade. O estigma social, o julgamento constante e a violência simbólica que enfrentam diariamente são como grilhões invisíveis, que tentam fazê-las se sentirem culpadas. A sociedade patriarcal as responsabiliza por tudo, mas nunca reconhece a sobrecarga que carregam.

O sistema que estrutura essa realidade não é apenas econômico, é também um sistema de invisibilização, onde os intermediários e a grande indústria se apropriam da maior parte do valor gerado. A ausência do Estado reforça processos de vulnerabilização e exclusão social. Diante disso, torna-se indispensável o fortalecimento de políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho das(os) catadoras(es), especialmente por meio da criação, organização e manutenção de cooperativas e associações autogestionárias, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2012).

As experiências relatadas evidenciam que a feminização do trabalho precário, especialmente na catação, não se refere apenas ao aumento da presença feminina, mas também a desvalorização material e simbólica das atividades associadas ao feminino. Ao longo deste estudo, foi possível refletir sobre a naturalização dos trabalhos domésticos e de cuidados como responsabilidades intrínsecas das mulheres - muitas vezes justificadas por discursos que remetem ao instinto ou ao amor materno -, evidenciando-se seu caráter socialmente construído.

O trabalho das mulheres dentro de casa, mais do que uma necessidade, é uma peça chave que mantém o capitalismo funcionando, alimentando a força de trabalho que segue para as fábricas e para os escritórios. Mas, quem paga por isso? Quem reconhece essa força invisível? As mulheres, novamente, são apagadas, reduzidas a um papel secundário na engrenagem social, enquanto seu trabalho, sua vida, sua energia são sugados sem que elas vejam retorno e visibilidade.

As trajetórias das catadoras demonstram o quanto essa sobrecarga é extenuante. Essas mulheres vivem o avental e a gaiota simultaneamente, em um ciclo que não acaba. Sem descanso e sem apoio, carregam o fardo do cuidado, da casa e dos(as) dependentes.

Ao desconstruir o mito da multitarefa, este estudo revela uma verdade dolorosa: a ideia de que as mulheres são naturalmente capazes de realizar múltiplas funções ao simultaneamente não é mais do que uma ferramenta de controle social, utilizada para justificar uma sobrecarga que não é reconhecida. O trabalho emocional, o cuidado e o afeto, somados ao esforço físico da catação, produzem um desgaste psicológico profundo. O adoecimento mental e físico é o preço pago por um sistema que exige o impossível. A sociedade precisa entender que o trabalho reprodutivo é a estrutura para o funcionamento do mundo. Se alme-

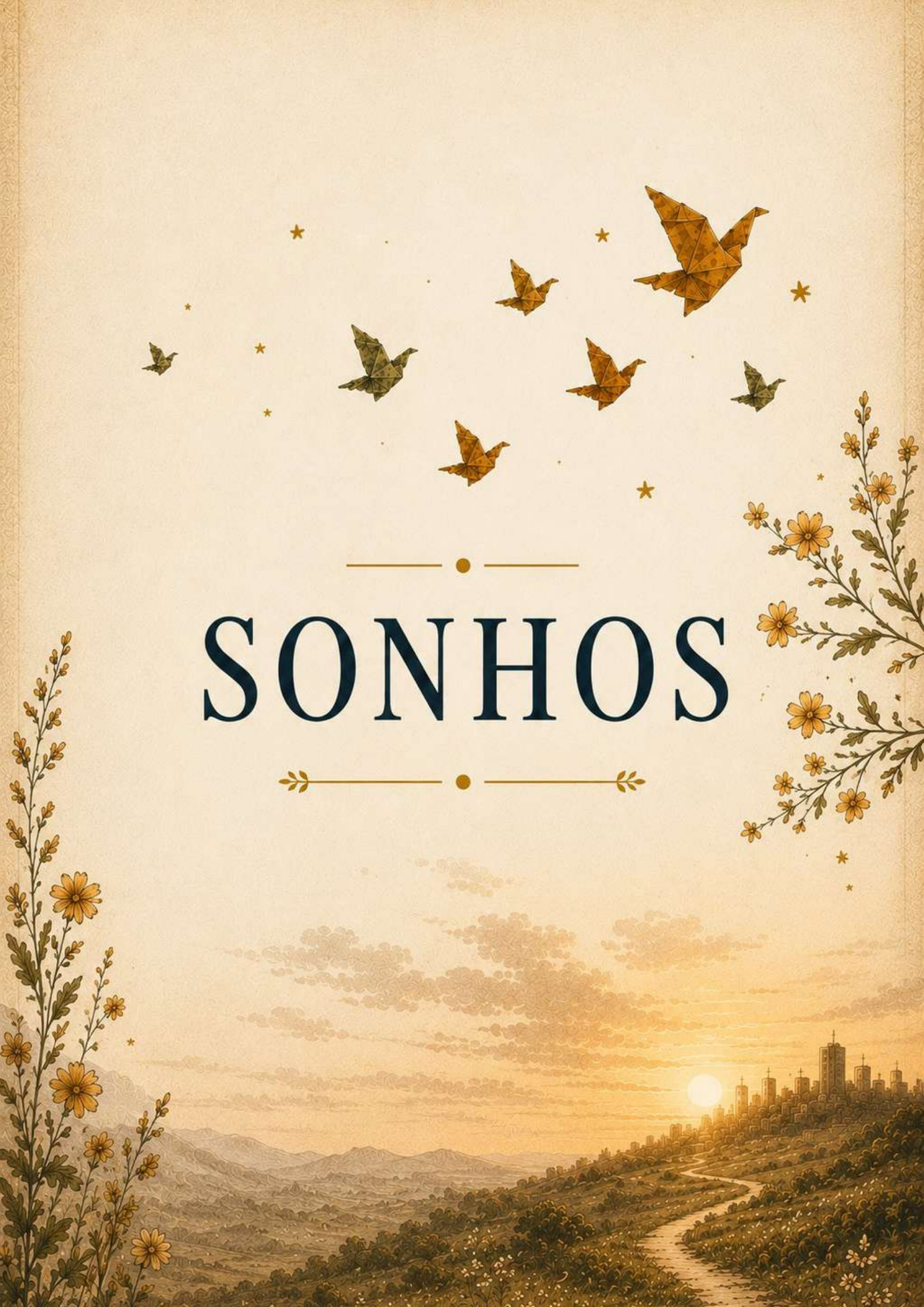
jamos uma sociedade mais justa, ele precisa ser redistribuído, tanto em termos de responsabilidade entre homens e mulheres, quanto no reconhecimento do Estado.

As narrativas reafirmam que, mesmo diante das dificuldades, essas mulheres constroem, no cotidiano, formas de reexistência e projetos de futuro. Elas não desistem. Elas querem um trabalho digno, com direitos garantidos. Elas querem um futuro para seus(as) filhos(as) que não seja marcado pela precariedade. No silêncio que a sociedade tenta lhes impor, elas forjam o grito de uma resistência que não se apaga e que transforma a sobrevivência diária em “Esperança”.

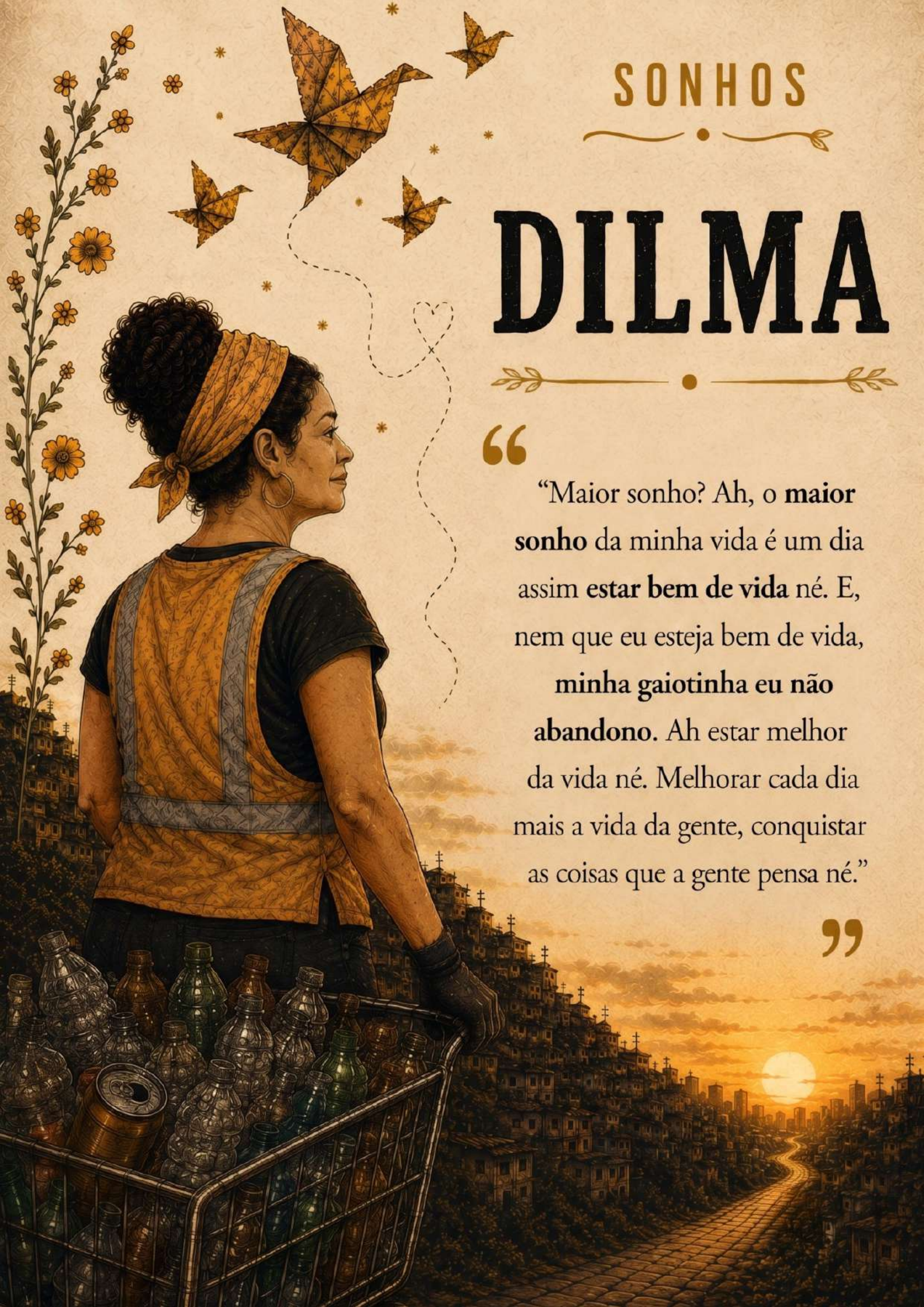
Desta forma, este estudo reforça a necessidade de compreender o trabalho das catadoras a partir de uma perspectiva que considere as intersecções entre classe, gênero e raça, bem como a urgência de ações que enfrentam as desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e com maior reconhecimento do trabalho realizado por essas mulheres.

Por fim, à frente estão sonhos expressos por nossas queridas participantes. Eles revelam que, mais do que aspirações individuais, tratam-se de reivindicações por direitos básicos, como moradia digna, segurança, acesso ao trabalho e melhores condições de vida para suas famílias.

Quanto a nós, seguimos lutando por uma sociedade mais justa e plena de direitos, reconhecendo que a transformação da realidade começa no cotidiano, fazendo do presente a construção para um futuro mais digno para todas as pessoas. Esse é o nosso sonho. E sonhar é parte do caminho para realizar!



SONHOS



SONHOS

DILMA

“

“Maior sonho? Ah, o **maior** sonho da minha vida é um dia assim **estar bem de vida** né. E, nem que eu esteja bem de vida, **minha gaiotinha eu não abandono**. Ah estar melhor da vida né. Melhorar cada dia mais a vida da gente, conquistar as coisas que a gente pensa né.”

”

A woman with grey hair, wearing a light-colored t-shirt and a patterned apron over blue jeans, sits on stone steps in front of a house. The house has a tiled roof, a hanging plant, and a window with blue shutters. The scene is set at sunset, with a warm orange glow in the sky and a street lamp visible. The woman is looking off to the side with a thoughtful expression.

SONHOS

EDUARDA

“

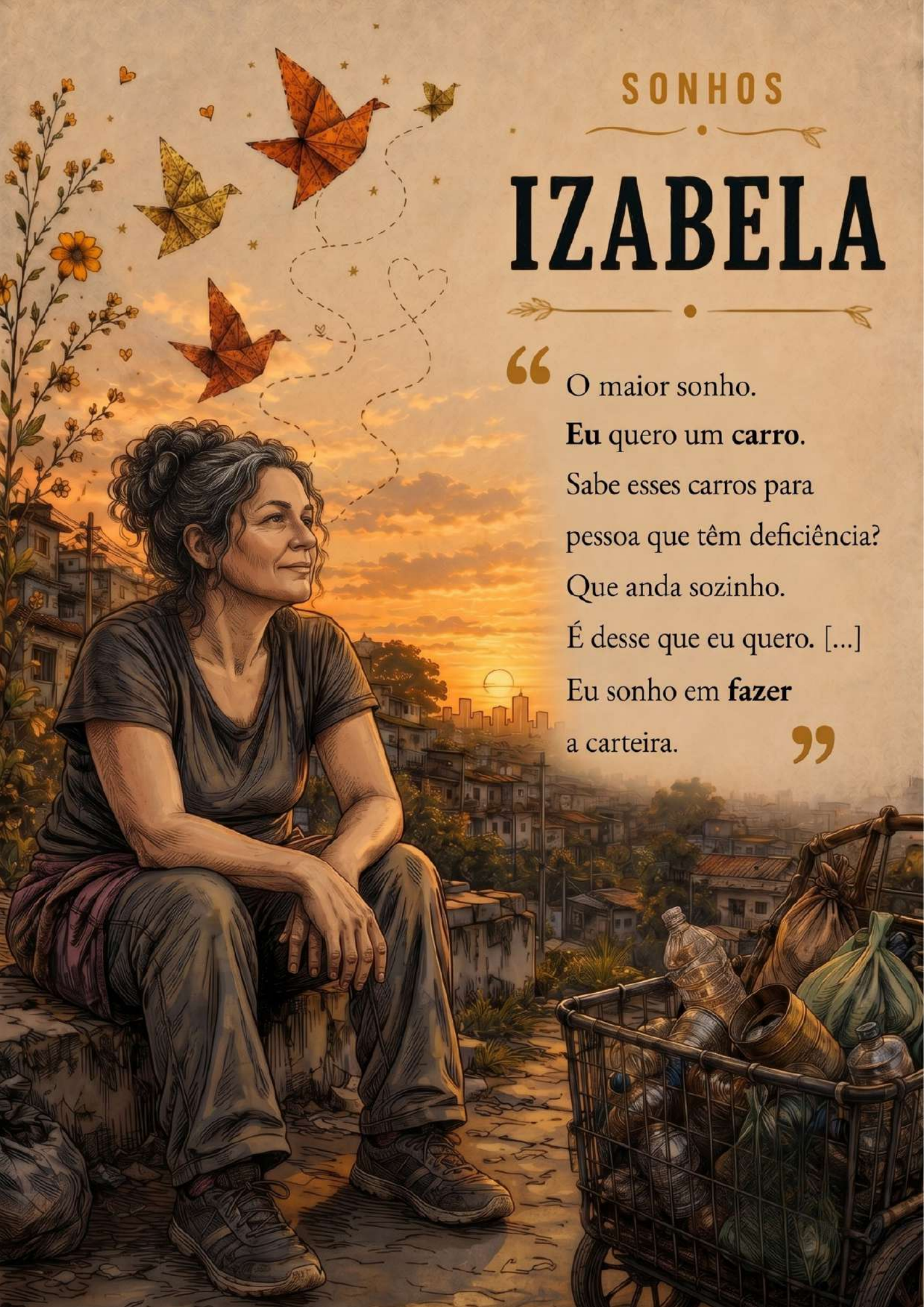
Um sonho? Para minha vida penso em estar tudo tranquilo e no meu sonho quero que **minha filha e meu filho estejam empregados, trabalhando.**

E que no dia em que eu não estiver mais nesse mundo estejam bem.

O meu sonho é que não sofram né.

Não quero que nenhum deles sofram.

”



SONHOS

IZABELA

“ O maior sonho.
Eu quero um **carro**.
Sabe esses carros para
pessoa que têm deficiência?
Que anda sozinho.
É desse que eu quero. [...]
Eu sonho em **fazer**
a carteira. ”



SONHOS

LUCIANA

“

Meu sonho é um dia chegar no lugar que eu quero. Meu sonho é um dia poder **ver minhas filhas formadas, o meu filho ter uma pastelaria ou um restaurante**, que eu gosto muito de **lidar com comida**.

Então o meu sonho é um dia ver **minha família** chegar no que eu não consegui chegar até agora.

O meu sonho é **ver os meus filhos se formando, serem alguém na vida**. Ser uma pessoa importante né, uma pessoa que **não seja tratada muitas vezes como lixo**. Por causa que quem trabalha com materiais recicláveis muitas vezes é tratado como lixo. Eles pensam que a gente **não é um ser humano**, que a gente **não é pessoa igual eles**.

Então o meu maior sonho é **não ver meus filhos passar necessidade** igual eu passo hoje em dia.

”



A detailed illustration of a woman with dark curly hair, wearing a yellow patterned headscarf and a matching apron over a dark t-shirt. She is focused on kneading a large ball of dough on a wooden table. To her left is a basket filled with several golden-brown loaves of bread. To her right is a metal bowl containing flour. The background shows a hillside town with many small houses under a warm, golden light, suggesting a sunset or sunrise. Decorative elements include yellow flowers on the left and stylized paper airplanes and a heart shape floating in the upper left.

SONHOS

MARIA

“

“Ver meus filhos **formados** né. E eu acho que **eu evoluir** na profissão, que eu fiz um curso. Eu acho que é isso. Eu viver o meu sonho que é o curso que eu fiz, de **segurança a mão armada**, e trabalhar nessa área e ver os meus filhos **formados**.”

”

TEREZINHA

“

Olha o meu sonho mesmo, que eu queria muito mesmo, **era, essa casa aqui que eu ganhei.**

Que eu morava num banhado, olha eu nem quero lembrar. Eu queria muito. **Cada litro que eu enchia lá no chafariz, eu pedia para a Nossa Senhora Aparecida de Santa Rita me ajudar. Queria ter uma casa com água, banheiro, luz minha mesmo e hoje em dia eu tenho. Meu sonho eu realizei.** Que eu não tinha nada, naquela casa esquentava água na chaleira para a gente tomar banho. Não tinha banheiro, água não tinha, luz nós não tinha, era banhado.

Então a cada chafariz que eu chegava pegar água, chorando eu pedia para Deus que me ajudasse. Me ajudasse a ter uma casa minha mesmo com água e luz, um banheiro para tomar banho, para descansar o meu corpo.

Hoje em dia eu agradeço. **Tenho! Tenho!** Agora, o que eu penso é de eu fazer **uma área para mim.** Um calçamento na frente, um piso, para eu sentar com as visitas. **Mas ainda vou realizar meu sonho.**

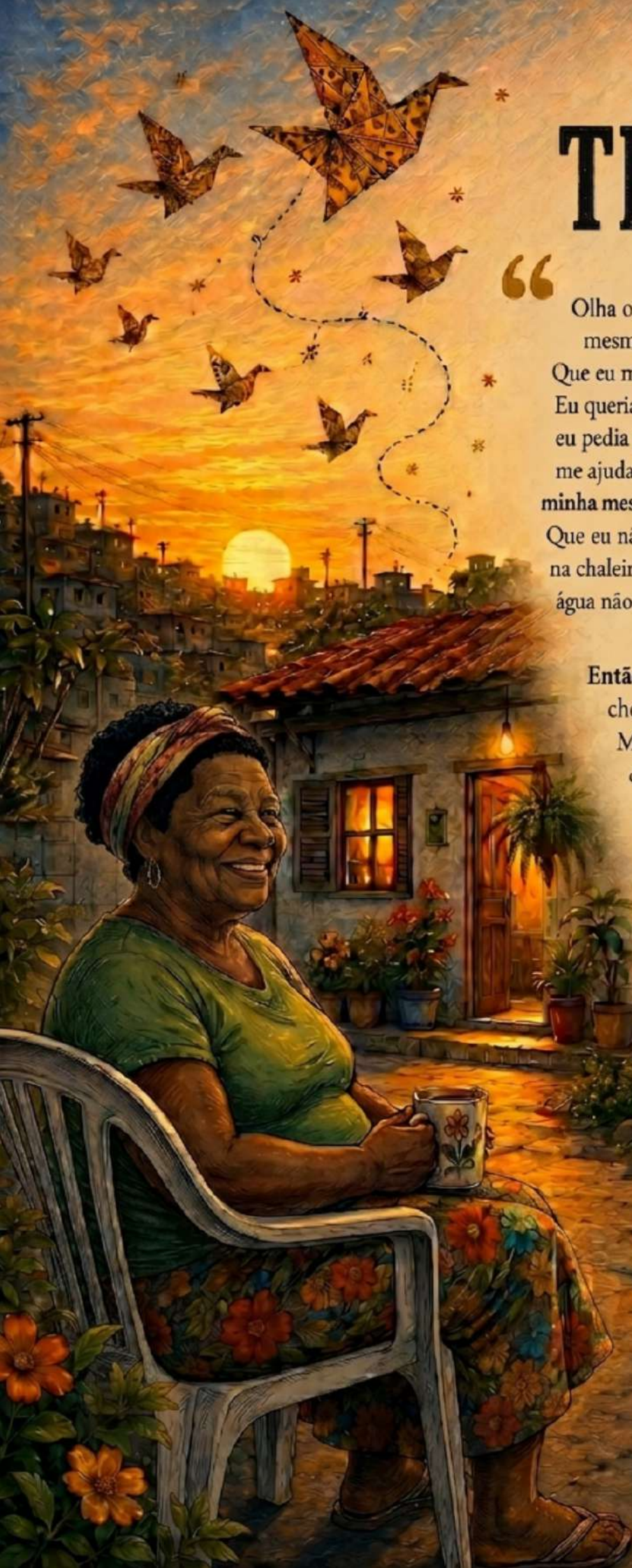
Eu só pedia para Ele me ajudar que eu tivesse uma casa minha mesmo.

Com água, luz e banheiro.

E hoje em dia agradeço muito a Deus que me deu essa casinha.

Tó feliz na nossa casa. Sofri muito.

”



A woman with curly hair, wearing a blue t-shirt and a patterned skirt, stands in a narrow stone-paved alleyway at night. She is looking up at a sky filled with stars and a large full moon. String lights hang across the alleyway, and potted plants with orange flowers are visible on the sides. The scene is warmly lit by the streetlights and the moonlight.

SONHOS

ZÉLIA

“Meu maior sonho é um dia rever o outro filho meu. Por motivos e circunstâncias que não vou falar agora. Mas meu maior sonho é se um dia eu puder **reencontrar** ele de novo e dar um abraço nele. E pedir perdão pra ele. Esse é o maior sonho da minha vida. Não é nem dinheiro, não é nem bem material, sabe. **Meu maior sonho é ver meu bebê de volta um dia.**”



REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Josieli; BUSATO, Maria Assunta. **Coleta e separação de materiais recicláveis, potencialidades e limitações de associações de catadores**. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25260> . Acesso em: 10 mar. 2023.
- AGUIAR, Maria Lívia de Sá Roriz; HERSCHMANN, Micael. **Vida cotidiana: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Artigos Seção Livre. Número 5. Dezembro/ 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midia-ecotidiano/article/view/9728/6855> . Acesso em: 05 fev. 2023.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Coleção Feminismos Plurais).São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. (Coleção Feminismos Plurais).São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. O trabalho reprodutivo sob o capital. Belo Horizonte, MG: Letramento; Temporada, 2021.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na linguagem**. 8ª Ed. - São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL, República Federativa do. **Cadernos de Formação. Educação Popular e Direitos Humanos**. Prefeitura de São Paulo. 2015. Disponível em chrome- www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf Acesso em 15 de junh/2026.
- BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 1988.
- BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL, República Federativa do. **Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (p.313-322).
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo E Desigualdade No Brasil**. Selo Negro Edições, 2011.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª Ed – São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Gênero, saúde e enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 345-348, mai./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000300018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/xWX6N8BkKsm4bcMhXBL-CdQp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- COELHO, Eduardo. **Quarentena da resistência: na voz de 21 catadoras**. 1 ed. Santo André: Coopacesso, 2021.
- COFEN, Conselho Federal De Enfermagem. **Pesquisa perfil da enfermagem no Brasil: relatório final**. Brasília: FIOCRUZ, 2013. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário**

- Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009, p. 133-138. Disponível em <https://dokumen.pub/qdownload/dicionario-critico-do-feminismo.html> Acesso em 15 de jun/2026.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição.** In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (p.271-310).
- CORNETTA, William. **A obsolescência como artifício usado pelo fornecedor para induzir o consumidor a realizar compras repetitivas de produtos e a fragilidade do CDC para combater esta prática.** 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19874> Acesso em: 15 de jun/2026.
- COSTA, Priscila Rosa Bandeira da. O papel do catador de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14290/12965 . Acesso em: 20 fev. 2023.
- COSTA, Suely Gomes. **Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva.** **Revista Estudos Feministas.** Universidade Federal Fluminense. Ano 10, n. 322, 2002. p.301-323. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000200003>. Acesso em: 09 jun. 2025.
- DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. **Os Catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010.** *Mercado de Trabalho.* 2017;62:115-25. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/dagnino/publications/os-catadores-no-brasil-caracter%C3%ADsticas-demogr%C3%A1ficas-e-socioecon%C3%B4micas-dos-colet> . Acesso em: 20 fev. 2023.
- DELPHY, Christine. **Um feminismo materialista e possível?** In: *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression.* Great Britain: The University of Massachusetts Press, 1984. p. 154-161. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Um-Feminismo-Materialista-%C3%A9-Poss%C3%ADvel-parte-Christine-Delphy.pdf>. Acesso: 17 de out. 2025.
- DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores.** São Paulo: Senac; Sesc, 2013.
- DIAS, Brenda. **Apropriação capitalista do trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado da dona de casa sob a perspectiva de gênero.** Observatório de Segurança Pública. 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/pesquisas-e-estudos/apropriacao-capitalista-do-trabalho-domestico-e-reprodutivo-nao-remunerado-da-dona-de-casa-sob-a-perspectiva-de-genero/> . Acesso em: 05 mar. 2023.
- DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um giro decolonial a la metodología científica: notas epistemológicas para metodologías desde y para américa latina. **Espirales**, Edição Especial. Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- ESPERANÇAR. **Projeto de Extensão “Esperançar” junto aos catadores de materiais recicláveis de Guarapuava – PR.** Pesquisa Perfil dos Catadores (as) de materiais recicláveis. Mimeo. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2023.
- ESPERANÇAR. **Projeto de Extensão “Esperançar” Junto aos (as) Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Guarapuava – PR.** Mimeo. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Coletivo Sycorax. 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo. Feminismo e a política dos comuns.** Tradução Coletivo Sycorax: Solo Comum. Editora Elefante. 2022.
- FERREIRA, Rekle Gean Pereira Siriano et al. **Condições de saúde e estilo de vida dos catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa da Ceilândia, no Distrito Federal: um olhar acerca dos determinantes sociais e ambientais de saúde.** In.: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fer-

- nanda Lira (Orgs). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (p.151-168). Disponível em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf Acesso em: 15.jun.2026.
- FILHO, Jomar Fernandes Pereira. **Superexploração da força de trabalho**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/superexploracaodaforcadetrabalhoimplicacoesnociclodocapitalenohiatotecnologicodaseco.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2023.
- FORBES BRASIL. **Como mulheres são excluídas de altas posições Judiciário**. Forbes Brasil, 20 set. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2023/09/3-em-cada-171-como-mulheres-sao-excluidas-de-altas-posicoes-judiciario/> . Acesso em: 8 jun. 2025.
- FRANÇA, Fagner Torres de França. Metodologias decoloniais: um museu de grandes novidades? **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 77-88, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/cesc.v2i24.11699> . Acesso em: 01 set. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. (Notas: Ana Maria Araújo Freire). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares. **Serviço social e questão ambiental: uma demanda emergente?** In: Serviço social: questão social e direitos humanos, volume II. FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral Sampaio. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- GARLON, Tanyse; MARZIELE, Maria Helena Palucci. **Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo**. In.: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (p.169-200). Disponível em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf Acesso em: 15.jun.2026.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a Ed – São Paulo: Atlas, 2011.
- GOMES, Ivanilda da Conceição. **A origem do catador**. In: COELHO, Eduardo. *Quarentena da resistência: na voz de 21 catadoras*. 1 ed. Santo André: Coopacesso, 2021.
- GONÇALVES, Renata. **Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário**. 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/is/article/view/25776> . Acesso em: 26 set. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In.: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (p. 237-256).
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje: artes, ciências, educação**. Brasília: CNPq, 1984. p. 223-244.
- GUARAPUAVA, Prefeitura de. Lei nº 1016/2001. **Denomina de operadores ecológicos os lixeiros, garis, varredores de ruas, e outros trabalhadores**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guarapua-va/lei-ordinaria/2001/101/1016/lei-ordinaria-n-1016-2001-denomina-de-operadores-ecologicos-os-lixeiros-garis-varredores-de-ruas-e-outros-trabalhadores> . Acesso em 10 de fev. 2026.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.
- GUTBERLET, Jutta et al.. **Pesquisa-ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 201-220. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736. Acesso em 10 de fev. 2026.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HENNINGTON, Élica Azevedo. **O trabalho de cuidados na agenda da saúde: invisibilidade, sobrecarga e desgaste de mulheres trabalhadoras**. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 49, n. Especial 2, p. e10430, ago. 2025.
- HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução de Homero Santiago. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de

Janeiro: Objetiva, 2001.

https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 12 de fev. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível: https://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogeppes/fotos/262.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 fev. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. (Informativo). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 6 maio 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas**. Agência IBGE de Notícias, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019b. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 6 maio 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Editoria: Estatísticas Sociais**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 20 fev. 2023.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KERGOAT, Danielè. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75. Disponível em <https://dokumen.pub/gdownload/dicionario-critico-do-feminismo.html> Acesso em 15 de jun/2026.

KERGOAT, Danielè. **O cuidado e as imbricações das relações sociais**. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 17-26).

LAJOLO, Roberto Domenico. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia de implantação**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas: SEBRAE, 2003.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. (Tradução Luiza Sellera). São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

LOPES, Dienifer Aparecida; PRATES, Angela Maria Moura Costa. **Trabalho, pobreza e relações de gênero**. In: SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; GALDINO, Gabriel. **Reflexões acerca das relações de trabalho e de modelos produtivos latino-americanos**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2022. p. 13 - 39.

LORDE, Audre. **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (p.239-249).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, Ricardo Santos da. **Trabalho alienado em marx: a base do capitalismo**. Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

- MACHADO, Marília Novais da Mata. **Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário**. Faculdade Novos Horizontes. Psicologia e Sociedade, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5t5dNgXh7yTsQTLjQWMC87F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- MAGERA, Márcio. *Os catadores de lixo e a cidadania: do lixão à organização em cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Átomo, 2003.
- MAGNI, Ana Amélia Calaça; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua**, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Bg67vwpxrqpZwBWVgk4JT9t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- MARCIANO, Káthia Rebecca Gomes; SOUZA, Antonio Carlos Zambroni de. **Catadores de materiais recicláveis: a invisibilidade visível através da presença da exclusão, humilhação no trabalho diário**. Revista Sociedade em Debate (v.05 – nº 01). Pelotas, RS, 2023. Disponível em <https://www.sociedadeemdebate.com.br/index.php/sd/article/view/68> Acesso em 02 de fev/2026.
- MARIE, Fhoutine; FERREIRA, Gabriela. **Trabalho reprodutivo: o trabalho que torna todos os outros possíveis**. iG Delas. 2021. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/2021-05-01/as-mulheres-e-o-trabalho-invisivel.html> . Acesso em: 01 mar. 2023.
- MARTINS, Ingrid Gomes et al.. **Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na Política Pública de Resíduos Sólidos no Distrito Federal**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (Org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 75-98. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736. Acesso em: 10 fev.2026.
- MARTINS, Keila Karina Sousa. **Retrato da solidão da mulher negra em quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus**. Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16377/1/2016_KeilaKarinaMartins_tcc.pdf Acesso em: 22 abr. 2022.
- MARUANI, Margaret (Org). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. (Tradução Dora Rocha). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política V. I.** (Coleção Os Economistas – Tradução Regis Barboza e Flávio R. Kothe). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política V. II.** (Coleção Os Economistas – Tradução Regis Barboza e Flávio R. Kothe). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital, livro I, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª Ed – São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense - UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade (nº 34, p. 287-324). 2008. Disponível em https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 15 jun. 2026.
- MIOTO, Regina Celia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. 248 p.
- MIURA, Paulo Koichi. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial do trabalho na rua**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17373>. Acesso em: 03 abr. 2026.
- MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 26 set. 2022.

- MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** 2021. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil> Acesso em: 15 jun. 2026.
- MOTA, Fernanda Ferreira. **Gênero, raça e classe: da desigualdade à democracia do cuidado**. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35338/3/2018_FernandaFerreiraMota.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.
- MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa Quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 414-430, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8ac9/f5d8fbd44ab24a31ab2ceaaede3143fee19.pdf>. Acesso: 23 jan. 2023.
- MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos! Antologia Política da I Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (p.259-263).
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/%20anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- OLIVEIRA, Alexandre Rosa de et al. O peso do excesso: como o consumo desenfreado compromete o futuro sustentável. **Revista Ft Ciências Sociais Aplicadas** (v. 29 – Edição 149/ago – 2025). Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-peso-do-excesso-como-o-consumo-desenfreado-com-promete-o-futuro-sustentavel/>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (Paraná). **OAB divulga dados inéditos sobre o perfil da advocacia brasileira**. Curitiba: OAB PR, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/oab-divulga-dados-ineditos-sobre-o-perfil-da-advocacia-brasileira/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; ONU MULHERES. **Trabajadoras remuneradas del hogar en América Latina y el Caribe frente a la crisis del COVID-19**. Santiago: OIT; CEPAL; ONU Mujeres, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/publications/trabajadoras-remuneradas-del-hogar-en-america-latina-y-el-caribe-frente-la>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectivas**, São Paulo, 16: 119-141, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/775> . Acesso em: 05 fev. 2023.
- RIBEIRO, Izaque Machado; NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. **Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2012, vol. 15, n. 2, p. 243-254. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/61621>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- RODRIGUES, Ana Eliza Belizario. **Vivências de crianças filhas de catadores de materiais recicláveis: implicações para enfermagem**. Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14134/DIS_PPGENFERMAGEM_2017_RODRIGUES_ANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 mar. 2023.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. Editora Moderna Ltda. Coleção Polêmica, 2001.
- SANTOS, Daniella Barbosa Monteiro. **A feminização da pobreza advinda da divisão sexual do trabalho: uma análise da desigualdade social no Brasil pela perspectiva de gênero e raça**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/0342de60-7946-47d0-8412-900b8cf84388/content>. Acesso em: 02 de fev. 2026.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23a Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

- SILVA, Joel Dias da; SOUZA, Roseane Maria Garcia Lopes de; SCHNEIDER, Vania Elisabete (Orgs.). **Vozes das catadoras: um diagnóstico participativo**. 1. ed. São Paulo: Editora Limiar, 2025. (Caderno Temático de Resíduos Sólidos; 1). Disponível em https://www.abes-sp.org.br/arquivos/caderno_vozes_catadoras.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.
- SILVA, Monique Nunes; SIQUEIRA, Vera Lúcia. **Riscos ocupacionais de catadores de materiais recicláveis: ações em saúde e segurança do trabalho**. Centro de Pós-Graduação Oswaldo Cruz. Disponível em: http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_16_SILVA_Monique_N.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.
- SOBRAL, Natália Gomes; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; COSTA, Jussara Carneiro. **Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB**. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. Culturas, leituras e representações. 2009. Disponível em: <https://www.itaporanga.net/genero/gt5/1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A Desigual Divisão Sexual do Trabalho: Um olhar sobre a última década**. Mercado de trabalho, n.30. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- SUCUPIRA, Fernanda. Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda. **Idéias** – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, v. 7, n. 1, p. 15-40, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649509>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- SUDRÉ, Lu. **A crise tem rosto de mulher: elas são as mais afetadas pela precarização no país**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/a-crise-tem-rosto-de-mulher-precizacao-e-desmonte-de-politicas-afetam-mais-elas/>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- THINK OLGA. Laboratório Think Olga de Exercícios de Futuro. 2020. Disponível em: https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/12/LABThinkOlga_Relatorio_EconomiadoCuidado.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Rio Grande do Sul: Editora Unijui, 2005.
- VICENTE, Teresa Aracena. **As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02082018-103012/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- VIEIRA, Cláudia Moraes da Costa. Narrativas de estudantes, filhos de catadores de materiais recicláveis, suas famílias e as relações estabelecidas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 16, p. 1846-1863, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8061>. Acesso em: 5 abr. 2026.
- YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>. Acesso em 15 jun. 2026.

ÍNDICE REMISSIVO



A

Alienação do trabalho, 17-18

Amor materno, 54-55

Autonomia feminina, 96-98

C

Capitalismo, 16-18, 20-21, 49-52, 75-76

Catadoras de materiais recicláveis, 15-25, 75-98

Classe social, 20-21, 54-60, 95-98

Colonialidade, 10, 13

Consumo, 20-21

D

Decolonialidade, 10-11

Desigualdade de gênero, 19, 54-74, 75-98

Desigualdade racial, 54-60, 95-98

Divisão sexual do trabalho, 45-74

E

Economia do cuidado, 13, 45-74

Empobrecimento feminino, 68-71

Esperançar, 8-9, 15, 96-98

Exploração do trabalho, 16-18, 31-34

F

Feminismo decolonial, 9-10

Feminismo marxista, 8-9

Feminização do trabalho precário, 75-79

Força de trabalho, 16-18, 50-52

G

Gênero, 9, 13, 21, 54-60, 75-98

I

Informalidade, 19-20, 68-69, 82-84

Interseccionalidade, 9, 54-60, 95-98

M

Maternidade, 54-55, 68-69, 82-92

Mais-valia, 16

Materialismo histórico, 9, 16-18

Meio ambiente, 8, 15, 20-21

Mulheres catadoras, 8-9, 15-98

P

Patriarcado, 9, 49-52, 75-76

Pobreza, 19-21, 68-71

Políticas públicas, 68-69, 95-97

Precarização do trabalho, 15-21, 75-98

R

Raça, 9, 54-60, 95-98

Reciclagem, 15-25

Redes de apoio, 63-69, 82-84

Resistência feminina, 15-25, 96-98

T

Trabalho doméstico, 45-54

Trabalho produtivo, 8, 75-98

Trabalho reprodutivo, 8, 45-74, 82-98

Tripla jornada, 13, 68-71, 82-84

V

Vulnerabilidade social, 20-21, 82-98

AUTORAS



Natali Sabrina Fatima Picolotto Zoletti

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2023), a autora desenvolve estudos e atuações voltados às temáticas da educação popular, extensão universitária, gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho na catação de materiais recicláveis. Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a defesa dos direitos sociais, a produção de conhecimento crítico e o fortalecimento das políticas públicas. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, onde aprofunda suas pesquisas no campo educacional, com ênfase no acesso à universidade, na extensão universitária, na educação popular e nas interseccionalidades entre classe, raça e gênero. Paralelamente, atua como servidora pública na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Camboriú, contribuindo para a implementação de ações e políticas voltadas à promoção da cidadania e da inclusão social.

Angela Maria Moura Costa

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especialista em Formação de Professores para a Docência no Ensino Superior e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É professora efetiva do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO, desenvolvendo pesquisas nos campos da educação popular e da dialogicidade articuladas às práxis feministas e antirracistas; das interseccionalidades e substancialidades nas relações sociais; da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo e seus rebatimentos na educação e nas políticas públicas; do patriarcado e das violências de gênero em contextos educacionais; e das epistemologias marxistas, feministas e decoloniais no âmbito da educação e das políticas sociais. Lidera o Grupo de Estudos Educação, Políticas, Feminismos e Práxis: Relações Sociais, Sexuais e Étnico-Raciais.



***Entre o Avental e a Gaiota* dá voz às mulheres catadoras de materiais recicláveis, revelando os desafios de conciliar trabalho, maternidade e cuidado em um contexto marcado por desigualdades de gênero, raça e classe. A partir de suas narrativas, a obra analisa a feminização do trabalho precário, a invisibilidade do trabalho doméstico e as estratégias de resistência construídas no cotidiano. Mais do que um estudo sobre vulnerabilidades, o livro evidencia a força, a dignidade e o “esperançar” dessas mulheres que transformam a própria sobrevivência em luta por reconhecimento e justiça social.**

ISBN 978-65-84364-44-8

